

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

ARTIGOS

Festejos commemorativos 15 de Novembro de 1906.
CUYABÁ — MATTO-GROSSO JARDIM DA PRACA „IPYRANGA“



Presidente do Estado Presidente e Membros da Assembléa Legislativa, Chefes politicos, Representantes do Município, Directores de Repartições Publicas, Chefe de Policia e Commandante do Batalhão Militar do Estado



NÚMERO 71

FAPEMAT

Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

Vinicius de Carvalho Araújo

Editor *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT-FE/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/NDIHR)

Sônia Regina Romancini (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa (UFMT/IHGMT)

Diretoria 2012-2014

Presidente: Vinicius de Carvalho Araújo

1º Vice-Presidente: Aníbal Alencastro

2ª Vice-Presidente: Isis Catarina Martins Brandão

1ª Secretária: Sônia Regina Romancini

2ª Secretária: Nileide Souza Dourado

Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2ª Tesoureira: Suíse Monteiro Leon Bordest

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Joel Waner Leão

Nilza Queiroz Freire

Tereza Cristina Cardoso Souza Higa

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Cientific Council

História *History*

Arno Welling (UFRJ/Unirio/UGF)

Giovani José da Silva (UFMS)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Seções da RIHGMT, 71

Textos

Avaliação Capes: Qualis B3

CUIABÁ
2012

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

ARTIGOS



NÚMERO 71

FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso

© Copyright @ 2012 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 71. Cuiabá, 2012
172 p.: 16 cm.
Anual
Inclui bibliografia, índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:
Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:
Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Candida Bitencourt Haesbaert

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro)
Cuiabá-MT – 78050-500
ihgmt@org.br

Esta Revista foi publicada com o apoio da Fundação
de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso - FAPEMAT

FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso

ÍNDICE

EDITORIAL..... 7

ARTIGOS

RUSGA – SOBRE UM EVENTO POLÍTICO E SEU NOME..... 11
Ernesto Cerveira de Sena

UM FENÔMENO AVISTADO E ANOTADO POR AUGUSTO LEVERGER
EM 1846..... 29
Paulo Pitaluga Costa e Silva

A PRIMEIRA REPÚBLICA EM MATO GROSSO POR MEIO
DOS PERIÓDICOS 39
Lauro Portela

RITMOS URBANOS: ESPAÇO E CONSUMO NA CUIABÁ 24 HORAS..... 55
Silvina Maria dos Anjos
Sônia Regina Romancini

CRUCINA, DE JOSÉ DE MESQUITA 75
Yasmin Jamil Nadaf

40 ANOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS 107
Benedito Pedro Dorileo

A ALMA DE RONDON 113
Aecim Tocantins

A PALEOGRAFIA E A EVOLUÇÃO DAS LETRAS 121
João Euripedes Franklin Leal

DISCURSOS

DISCURSO DE ABERTURA DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS BRASILEIROS..... 135
Arno Wehling

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS
HISTÓRICOS BRASILEIROS NA SESSÃO MAGNA DO ANO DE 2011.... 143
Arno Wehling

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT..... 151
Nileide Souza Dourado

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT 157
Vinicius de Carvalho Araújo

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT..... 165
Suzana Schisuco Hirooka

NOTÍCIA

COLUNA PRESTES EM MATO GROSSO 171
Vinicius de Carvalho Araújo

CONTENTS

EDITORIAL..... 7

ARTICLES

QUARREL – ABOUT A POLITICAL EVENT AND ITS NAME..... 11
Ernesto Cerveira de Sena

A PHENOMENON SEEN AND RECORDED IN 1846 BY AUGUSTUS
LEVERGER 29
Paulo Pitaluga Costa e Silva

THE FIRST REPUBLIC IN MATO GROSSO THROUGH THE NEWSPAPERS ...39
Lauro Portela

URBAN RHYTHMS: 24 HOURS OF SPACE AND CONSUMPTION IN CUIABÁ... 55
Silvina Maria dos Anjos
Sônia Regina Romancini

CRUCINA BY JOSÉ DE MESQUITA 75
Yasmin Jamil Nadaf

40 YEARS OF ACCOUNTING..... 107
Benedito Pedro Dorileo

RONDON'S SOUL..... 113
Aecim Tocantins

THE PALAEOGRAPHY AND THE EVOLUTION OF LETTERS 121
João Euripedes Franklin Leal

DISCURSOS

OPENING SPEECH OF THE 5TH SYMPOSIUM OF THE BRAZILIAN
HISTORICAL INSTITUTES (OCTOBER 19, 2011)..... 135
Arno Wehling

CLOSING REMARKS OF THE V BRAZILIAN SYMPOSIUM OF HISTORICAL
INSTITUTES IN MAGNA SESSION OF THE YEAR 2011 (21/10/2011) 143
Arno Wehling

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT 151
Nileide Souza Dourado

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT 157
Vinicius de Carvalho Araújo

INAUGURAL SPEECH IN IHGMT 165
Suzana Schisuco Hirooka

NEW

PRESTES COLUMN IN MATO GROSSO 171
Vinicius de Carvalho Araújo

EDITORIAL

A presente revista é constituída de **Artigos** que versam sobre eventos de períodos da trajetória histórica de Mato Grosso. O primeiro deles, *Rusga – sobre um evento político e seu nome*, de Ernesto Cerveira de Sena, inova a abordagem sobre o movimento ocorrido em 1834, colaborando para uma releitura do episódio; *Um fenômeno avistado e anotado por Augusto Leverger em 1846*, de Paulo Pitaluga Costa e Silva, dá a conhecer um episódio até então inédito, o avistar, por Augusto Leverger, de um globo luminoso, que ele chamou de disco, estampado no céu durante a viagem que implementou para Assunção, Paraguai, no ano de 1846; *A Primeira República em Mato Grosso por meio dos Periódicos*, de Lauro Portela, privilegiou os periódicos depositados no Arquivo Público de Mato Grosso e editados entre os anos de 1889-1930, deles destacando os artigos relativos à Primeira República; *Ritmos urbanos: espaço e consumo na Cuiabá 24 horas*, de Silvina Maria dos Anjos e Sônia Regina Romancini, analisa a vida noturna de Cuiabá sob a perspectiva dos espaços comerciais e sua dinâmica; *Crucina*, de José de Mesquita, de Yasmin Jamil Nadaf, reúne os artigos de José de Mesquita publicados no jornal *A Cruz*, num movimento articulador das concepções do autor sobre mulher, genealogia e sofrimento; *40 Anos de Ciências Contábeis*, de Benedito Pedro Dorileo, enfeixa o pronunciamento do autor por ocasião da comemoração dos 40 anos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso; *A Alma de Rondon*, de Aecim Tocantins, objetivou mostrar o lado humano do mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon, com destaque para suas relações sociais e familiares; e *A Paleografia e a evolução das letras*, de João Eurípedes Franklin Leal, versa sobre as origens das letras do alfabeto latino e as modalidades de sua escrita. Todas as temáticas apresentam importantes resultados de pesquisa.

Na seção intitulada **Discursos** foram incorporadas, inicialmente, duas peças literárias produzidas pelo Presidente do IHGB, Arno Wehling, e lidas durante o *Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros*, na abertura (19 de outubro de 2011) e fechamento do evento (21 de outubro de 2011) que reuniu, no Rio de Janeiro, o conjunto dos Institutos Históricos no Brasil. Nessa seção damos também a público os discursos dos empossados como sócios efetivos do IHGMT, a saber, *Discurso de posse no IHGMT*, de Nileide Souza Dourado; *Discurso de*

posse no IHGMT, de Suzana Schisuco Hirooka; e *Discurso de posse no IHGMT*, de Vinicius de Carvalho Araújo.

A seção **Notícia** apresenta um texto escrito pelo sócio efetivo Vinicius de Carvalho Araújo, intitulado *Coluna Prestes em Mato Grosso*, que rememora o evento de lançamento do vídeo-filme de autoria do sócio efetivo Joel Leão e da exposição curada pelo sócio efetivo Aníbal Alencastro, ocorridos no dia 8 de maio de 2011.

O esforço de nossa Instituição na organização do segundo número do periódico relativo ao ano de 2012, objetiva tornar pública e mais conhecida a produção intelectual do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, iniciada no ano de 1919, e que neste número recebeu a chancela da Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT.

A Comissão Editorial

ARTIGOS



RUSGA – SOBRE UM EVENTO POLÍTICO E SEU NOME

QUARREL – ABOUT A POLITICAL EVENT
AND ITS NAME

Ernesto Cerveira de Sena¹

RESUMO: O texto aborda o episódio conhecido por “Rusga” – ocorrido em 1834 no Estado de Mato Grosso –, a memória que os homens públicos tinham sobre ele nos anos subsequentes e como foi designado posteriormente. Pouco tempo após sua ocorrência, o evento ficou conhecido por “30 de maio”. As pessoas que o vivenciaram tinham recordações de um acontecimento fatídico, com repercussões na política local e mesmo nas considerações nacionais. Novas configurações políticas se formaram depois do episódio. No século XX, o acontecimento passou a ser designado por “Rusga”, termo que conotava pequena desavença, corroborando a ideia de uma nação coesa desde muito tempo.

Palavras-chave: Regência. Mato Grosso. Rusga.

ABSTRACT: The text discusses the episode called “Quarrel”, in 1834 occurred in Mato Grosso, his memory by public men in subsequent years and as it was called then. Shortly after the episode, he became known as “May 30”. People who experienced the event had memories of a fateful event, having an impact on local politics and even on national considerations. New political configurations formed after the event. In the twentieth century, the event became known as “Quarrel”, a term that connoted tiff, supporting the idea of a united nation for a long time.

Keywords: Regency. Mato Grosso. Quarrel.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. Leciona na graduação e na pós-graduação em História. ernesto.sena@gmail.com

Celso Pereira de Sá (2005), a respeito dos vários estudos sobre memória, desde Hawbwachs, passando por Nora, até Frentress, afirma que todos têm um aspecto em comum: o de que a memória não é uma reprodução das experiências passadas, mas, sim, uma construção que se faz a partir delas, sendo elaborada, sobretudo, em função de uma realidade presente e com o apoio de recursos proporcionado pela sociedade e sua cultura. Acrescentaríamos, nesse sentido, que a memória é elaborada devido a uma determinada imagem que se atribui (ou assim se pretende) a determinados eventos históricos e/ou às pessoas passadas.

Com base nessas considerações, este texto pretende tratar do fato político conhecido por “Rusga”, mas principalmente de como as pessoas se lembraram dele nos anos seguintes. Trata-se de um episódio que era lembrado com pesar, visto como um divisor de águas na política local e nomeado por “30 de maio”. Somente no século XX o evento aparece designado por “Rusga”, nome que não correspondia à violência vivenciada em Mato Grosso, nem à força incisiva que veio a ter na vida política da região.

Apoiando-nos em alguns documentos e nas principais pesquisas sobre a “Rusga” (SIQUEIRA, 1992; 2002; CORRÊA FILHO, 1993), podemos sintetizar o movimento da maneira que segue. Em Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, vários ataques fatais foram dirigidos principalmente contra lusitanos, vistos como privilegiados dentro do ordenamento social, ou como “perigosos” para os propósitos políticos dos “verdadeiros brasileiros”. Eram percebidos assim tanto por parte da elite política local como por boa parcela da população em geral.

O ódio aos portugueses, demonstrado em várias partes do país que se constituía, foi carregado em Mato Grosso por um grupo da pequena elite política cuiabana que desejava ascensão na carreira pública, fazendo frente a um antigo grupo. Para isso, contava com determinado apoio popular, principalmente da soldadesca.

De fato, foi um levante formado na maior parte por milicianos e soldados rasos da Guarda Nacional, que se reuniram em frente ao palácio do governo, no dia 30 de maio de 1834 (dia já marcado com antecedência), para exigir a saída dos portugueses não só de cargos governativos, mas da província, tendo que deixar todos os seus pertences (CORRÊA FILHO, 1993, p. 476-483).

O líder da revolta, até então, seria o comerciante e oficial de milícia Poupino Caldas, que também era um dos principais membros

da Sociedade dos Zelosos da Independência, organização que preconizava resguardar a separação do Império de Portugal e, para isso, hostilizava abertamente os lusitanos, incluindo os naturalizados. De outro lado, existia a Sociedade Filantrópica, com portugueses e outras pessoas da elite de Cuiabá (SIQUEIRA, 2002, p. 88-89). Esse tipo de sociedade espelhava-se em várias outras disseminadas pelo Brasil (GUIMARÃES, 2001), posicionando-se não apenas em relação aos lusos que moravam nesta parte do Atlântico, mas também quanto à maneira com que deveriam ordenar política e socialmente o novo país – como, por exemplo, de que salvaguardariam um grau elevado de autonomia para o poder legislativo.

Essas agremiações políticas, precedendo a existência de partidos que existiriam mais tarde, eram marcas registradas do chamado Período Regencial. Esse período, com mobilizações não apenas pautadas por associações, ficou conhecido como um momento de muitos confrontos, debates e fortes combates, por motivos e formas bastante diferenciadas. Não seriam de um tipo único, tal como pessoas que desejassem autonomia local contra o governo central, ou mesmo tendo os lusitanos como alvos principais. As motivações e os atores foram diversos, no momento em que a figura do imperador estava afastada como centro de emanação e execução do principal poder, enquanto muitas ideias políticas eram conflitadas na tentativa de se formular e construir um novo país (BASILE, 2009).

No entanto, em Mato Grosso a discussão estava polarizada em relação à presença dos portugueses em qualquer atividade. Segundo um proeminente militar da Marinha, autor de corografias e memórias sobre a província, sendo mais tarde uma figura ímpar na política mato-grossense, os lusos não eram maioria nem predominavam nos principais cargos políticos (LEVERGER, 2001). Entre o pequeno grupo que configuraria os principais homens públicos, somente Jerônimo Joaquim Nunes era lusitano de nascimento e já morava há mais de três décadas nos momentos que antecederam a “Rusga”. Mas no comércio havia peninsulares com bons ganhos, pelo menos aparentemente, numa região que vez por outra enfrentava a carestia. Como aconteceu em vários lugares, a culpa de muitos problemas era fartamente atribuída aos lusitanos.

Depois de diversas pequenas rebeliões militares em vários lugares de Mato Grosso, sem um fim específico maior do que o protesto pelo atraso dos soldos e maus-tratos, o “30 de maio” de 1834 estava marcado como o dia no qual estouraria um grande levante, com

ampla mobilização, com o propósito de expulsar definitivamente os portugueses da província. O conselho (formado por cinco pessoas) que governava a província soube com antecedência da rebelião planejada. Ciente da impossibilidade de contar com soldados leais e homens armados o suficiente para deter uma insurreição, os principais administradores da província renunciaram e saíram da cidade, até que o próprio Poupino Caldas, que também integrava o pequeno conselho governativo, assumisse como único governante, já na véspera do levante. Talvez acreditassem que o chefe dos *zelosos* ainda pudesse impedir a insurreição. No entanto, a população reunida, na noite de 30 de maio, pouco atenção teria dado ao novo governante e prosseguiu em seus planos de expulsar os portugueses e seus parentes, além de saquear suas posses e combater seus aliados. Se muitos já haviam deixado a capital, vários foram pegos, seviciados e mortos. Olhos foram furados com bastões. Orelhas eram enviadas de outras partes da província para comprovação tanto da degradação como da morte de brancos peninsulares. Corpos foram impedidos de ser enterrados e suas esposas e filhas foram violadas (MESQUITA, 1978). A violência vitimou várias dezenas de pessoas.

Em carta ao governador de Chiquitos, na Bolívia, Pimenta Bueno, que foi presidente de província entre 1836 e 1838, sem dar nome ao movimento político fazia uma descrição da maneira atroz com que as pessoas foram mortas semelhante à de José de Mesquita.

[infringiram] actos da mais refinada crueldade lançando fogo em alguns ainda semivivos, cortando-lhes as orelhas, partes pudentas, atravessando os ouvidos com baionetas, obrigando as familias de tais desgraçados a por luminarias, prohibindo que se desse sepultura aos cadáveres e finalmente outros factos que causão horror de lembrar (APMT. PIMENTA BUENO, 8 de março de 1837).

Pouco depois das atrocidades, Poupino Caldas se correspondia com o governo central destacando que a província estava finalmente em “ordem”, justamente devido ao fato de os portugueses a terem deixado. Ou seja, o líder dos *zelosos* representava que haviam sido os lusitanos que teriam causado o conflito. De toda maneira, logo depois comandou tropas acalmando os amotinados restantes. Poupino, presidindo a província, não ressaltou as matanças para os políticos do governo central, e ainda imputou a culpa dos ocorridos aos próprios portugueses, em sua participação governamental controversa (AN. CALDAS, 3 de junho de 1834). Com a chegada de novo governante

enviado pela Corte, Antônio Pedro de Alencastro, não era mais possível omitir que tinha, sim, acontecido uma série de crimes contra os “adotivos” e outras pessoas, sendo eles, portanto, os vitimados. Tinha-se que iniciar um processo criminal e todos também sabiam das ligações de Poupino com os insurretos.

Os processos teriam que encontrar culpados, mas o *ex-zeloso* conseguiu proteção justamente do presidente de província enquanto delatava os antigos companheiros. Os outros cabeças, em número de cinco, chegaram a ser presos e enviados para fora de Mato Grosso, mas depois se livraram da cadeia. Os miúdos – ao menos alguns – pagaram sentença até conseguirem fugir. Eram 17 presos na cadeia de Mato Grosso que, após matarem o carcereiro e levarem armas, se instalaram na Bolívia. Além desses, outro que participara das matanças, mas logo conseguiu evadir-se para o país vizinho, foi Antônio José Rodrigues. Isso foi motivo de uma série de reclamações do governo provincial, inclusive da diplomacia brasileira, quando enviou delegação a Sucre requisitando a extradição dos evadidos (entre outros, APMT. ALENCASTRO, 19 de dezembro de 1835; APMT. PIMENTA BUENO, 10 de junho de 1837).

Na ocasião em que o presidente Alencastro deixou a província, Poupino Caldas perdeu a proteção e passou a ser perseguido pelo presidente subsequente, o futuro marquês de Santos, Pimenta Bueno. Depois de várias ameaças de processos, Poupino resolveu deixar Mato Grosso. Quando percorria algumas casas para se despedir, foi morto por um de seus incontáveis desafetos. Para Pimenta Bueno, todos os indícios apontavam Antônio José Rodrigues, que estava refugiado na Bolívia, como o autor do crime (APMT, PIMENTA BUENO, 10 de junho de 1837). O governo de Mato Grosso, em suas negociações com as autoridades bolivianas, conseguiu apenas que ele se retirasse da zona fronteira para o interior do país que lhe deu asilo (APMT. PIMENTA BUENO, 10 de março de 1838).

É interessante observar que, depois da morte do oficial de milícias Poupino Caldas, iniciou-se uma nova e acentuada reconfiguração política que deixaria praticamente de fora as antigas lideranças residentes em Cuiabá, como Fernando Corrêa da Costa e Jerônimo Joaquim Nunes. Em seguida, os novos grupos se antagonizaram em duas facções (como se chamavam os grupos políticos à época), mas dessa vez sem um elemento muito claro que distinguisse um do outro, tal como foi a distinção entre os aliados dos portugueses e os não portugueses. De maneira geral, podemos dizer que um grupo se formou (1837),

mas, sobretudo, se consolidou no intuito de sobrepujar os parentes e herdeiros políticos das chamadas famílias tradicionais da baixada cuiabana, formando o Partido Liberal. Para isso, contavam com a adesão de homens públicos de outros lugares de Mato Grosso, mas ao mesmo tempo não prescindiam de outras figuras da capital. Foi justamente a bem-sucedida articulação com lugares que distavam centenas de quilômetros de Cuiabá, tais como Miranda (aproximadamente 750 km ao sudeste) e a cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela, aproximadamente 400 km a noroeste), que fez o grupo conseguir a supremacia na política provincial por mais de uma década ininterruptamente, a despeito das várias quedas de gabinete na Corte e da oposição exercida pelos presidentes de província (SENA, 2007).

As lutas entre os dois grupos incluíam várias estratégias legais, ilegais ou extralegais para vencer eleições e conseguirem nomeações, tais como a utilização de chantagens, subornos, ostentação de poderio bélico, entre outras modalidades, que garantiram a proeminência de um grupo político desde o fim da Regência até a primeira década do Segundo Reinado. Mas também houve um certo “acordo”, além de muitas vistas grossas do governo central em relação ao grupo que tinha como principal líder um fazendeiro de Poconé, chamado Manuel Alves Ribeiro, cuja hegemonia pôde ser duradoura, para o desgosto de muitos presidentes de província, que se chocavam constantemente com seu partido, e de antigos políticos de Cuiabá, que também amargavam várias derrotas políticas. O governo central do Império não poderia enfrentar os “liberais” de maneira aberta e direta ante o terrível fantasma de uma possível guerra civil na longínqua região de fronteira (em relação à Corte). O próprio “30 de maio” lembrava o potencial explosivo existente em Mato Grosso (SENA, 2009). Deixar quase despercebidas ou fazer vista grossa foi na maioria das vezes a política do governo central diante de situações como, por exemplo, o sequestro do doutor Sabino, o líder da Sabinada na Bahia, quando era levado para a prisão. Ele foi enviado para residir em uma das fazendas das lideranças locais e servir como médico privativo (CORRÊA FILHO, 1948).

Durante as décadas de 1830 e 1840, os discursos governamentais, sejam os provinciais, sejam os proferidos na Corte, acentuavam a necessidade de “ordem”. Era a ordem política que era questionada e posta à prova em diversos locais do território que desejavam fazer e manter como um império. Explodiam revoltas no Pará e no Rio Grande do Sul, e a fronteira oeste também apresentava necessidades

de cuidado. No entanto, se os grupos que haviam assumido a província podiam até certo ponto delinquir, não chegaram a desafiar aberta e contundentemente o regime monárquico e constitucional. A lembrança do “30 de maio”, exposta de maneira oficial, era um modo de mostrar a adesão aos princípios fundamentais do regime, enquanto várias insurreições em diversas partes do país colocavam em perigo a unidade do Império. As precauções e as remissões aos fatos passados eram expressas nos principais documentos produzidos pela administração local: os relatórios dos presidentes de província.

Esses textos eram normalmente lidos na abertura da Assembleia Legislativa. Aí podiam averiguar os ditames que norteariam tanto a condução da administração provincial como as direções empreendidas pela Corte. Faziam-se recomendações às casas legislativas provinciais sobre quais deveriam ser os procedimentos adequados para o bom andamento das governanças. Mas também aí se mostravam, vez por outra, os dissabores do lugar.

Os relatórios presidenciais de Mato Grosso começaram a ser divulgados em julho de 1835, quase 14 meses depois do movimento conhecido posteriormente por “Rusga”, como exigência das novas leis monárquicas que estabeleciam a existência de assembleias provinciais. Deveria permanecer ao menos uma cópia em Mato Grosso, enquanto outras eram enviadas para o governo central, com a finalidade de estreitar e concatenar os atos administrativo-políticos com o que era formulado na Corte para as várias regiões.

Dessa maneira, uma das preocupações dos chefes do Executivo, na segunda metade dos anos 30, era justamente mostrar como deveriam ser recordados os acontecimentos que envolveram o “30 de maio”, ainda sem chamarem o conflito de 1834 de “Rusga”.

O principal delegado do governo, Antônio Pedro de Alencastro, mesmo acobertando o controverso Poupino Caldas durante sua administração, afirmava em seu primeiro relatório que as pessoas (as que poderiam mobilizar homens e que tinham participação política) reconheciam que o “Governo Supremo, pelo andamento que tem dado ao Sistema Constitucional”, regia as pessoas, graças “ao fiel e obediente Povo Brasileiro”, percebendo garantida sua “liberdade e felicidade social”. Assim, refletia a linguagem pactualista que prosseguia desde a época da independência, pelo menos. No entanto, dizia que lhe era “forçoso”, naquele momento, trazer “a lembrança – apesar de me ser sobremodo doloroso – que, depois do fatal 30 de maio, de que fostes [os membros da Assembleia Legislativa] testemunha ocular”, pois os

chamados “cabeças” (com exceção de Poupino) dos “tão horrorosos crimes tentaram um outro levante, mas foram presos pelos “cautos e pacíficos cidadãos” (ALENCASTRO, 1845).

O vice-presidente que assumiu depois de Alencastro, Antônio José da Silva, mostrava a preocupação com o problema da ordem política, mostrando que não se deveria confundir “liberdade” com insubordinação, indicando que, mesmo sendo um fazendeiro morador distante dos principais centros de decisão política do Império, estava afinado com os debates que requalificavam a palavra “liberdade”, ou seja, que antes era um atributo do “cidadão” diante do “despotismo”, mas que sendo o governo constitucional e construtor de instâncias representativas, não haveria razão para descontentamentos políticos na província. Assim, lembrava aos parlamentares o “30 de maio”, quando havia “desvairado este povo, bandeado pela intriga”. Tal atitude, do “povo”, poderia ter sido a ruína completa da província, pois poderia tê-la tirado do sistema em que estavam vivendo. Ou seja, a “prosperidade” e o “bem-estar” eram assegurados, sobretudo, por viverem na monarquia constitucional, forma garantidora da harmonia social. Dessa maneira, acontecimentos como os expressados no “30 de maio” poderiam ter levado a província para um “futuro desastroso” depois da “terrível tempestade” (SILVA, 1845, p. 2).

Pimenta Bueno, durante sua presidência na província, dizia que o estado de desordem em que se achavam os corpos armados, notadamente a Guarda Nacional, era justamente devido ao “legado enfadonho, que nos deixou o funesto dia 30 de maio” (PIMENTA BUENO, 1845, p. 6). Se o discurso da ordem era o principal direcionamento para as ações administrativas, era também o entendimento fundamental entre as elites políticas, justamente no momento em que os grupos políticos estavam em recomposição. Nesse sentido, como assinalava Pimenta Bueno, era fundamental reorganizar os corpos armados, notadamente a milícia cidadã. Mas isso, de fato, somente começaria a ficar mais a contento na década de 1850. Até então, várias pessoas qualificadas como cidadãos lembravam que era urgente atacar qualquer “calo anárquico”, que poderia inclusive induzir a vinda de um possível governante “déspota” enviado pela Corte (AN. ABAIXO-ASSINADO, 1º de dezembro de 1835; AN. SILVA, 16 de dezembro de 1835; ABAIXO-ASSINADO, 17 de dezembro de 1835), independentemente de como as forças regulares estivessem estabelecidas.

Nas primeiras décadas do novo país, as formas representativas da política eram vivenciadas e discutidas acaloradamente em várias partes,

e foi quando justamente durante a Regência houve a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com a intenção clara tanto de se fazer uma História unificadora como de se conceber uma geografia específica, dando forma e passado a uma identidade coletiva, chamado Império do Brasil (DIEHL, 1998).

Neuma Brilhante Rodrigues (2001) mostra que, se desejavam fazer uma História do novo país, esta teria de “esquecer” vários episódios ocorridos tanto nas províncias como nos territórios das épocas coloniais. As lições de esquecimento de Ernest Renan, nas suas constatações de como era formada uma nação, em “Qu’est-ce qu’une nation?”, somente seriam publicados em 1882, mas como mostra a autora, no propósito de se escrever o passado eram obliterados fatos em que o Estado português tinha sido notoriamente violento, assim como também evitavam-se episódios que pudessem denotar intenção separatista. Ainda, continuando a autora, a História pátria do Instituto, representada e sintetizada pelas propostas de Von Martius publicadas na década de 1840, deveria promover a criação de laços entre as diversas regiões do país, procurando garantir a manutenção do território nacional, a despeito das diferenças existentes.

Assim, acontecia no Brasil o que ocorria também em várias outras partes do mundo ocidental no século XIX: forjavam-se nações tendo como um dos suportes a construção e a admiração de sua História pelas elites e pelo Estado, que passava a ser um Estado-nação, com cunho fortemente emotivo, atrelando-se aos antigos sentidos de pátria e amor à terra, ao mesmo tempo que procurava expandir-se territorialmente, principalmente para “dentro” (MATTOS, 2009, p. 17). A unificação de vários grupos separados e distintos, que queriam se fazer unidos no presente, preconizava também a unificação deles no passado, fenômeno que se espalhava pela América Latina (GUERRA, 2003).

Nesse intuito, em 1845 o presidente de província Ricardo Gomes Jardim escrevia de Cuiabá para o ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, que conforme havia sido ordenado, estava mandando documentos “que pareçam interessantes à nossa História”. Lamentava o presidente que muitos documentos tinham se perdido devido à sua má conservação e à falta de funcionários na secretaria do governo. Em relação a outros documentos, de que não tinha como prescindir, poderia conseguir um copista para enviar à Corte os dados que continham. Na maior parte, dados biográficos, “memórias” de um engenheiro “e de outras pessoas”, registro de costumes de “certas hordas de indígenas”, dados sobre a exploração de rios e minas. O

presidente ressaltou que faltavam muitos dados da época de capitania (APMT. GOMES JARDIM, 5 de maio de 1845). Podemos destacar que não coube a ele fazer qualquer referência a acontecimentos que demonstrassem inequívoca contundência política, como a que tinha acontecido em 1834.

Se para se formar a nação era preciso uma boa dose de esquecimento, o “30 de maio” era lembrado pelos habitantes de Mato Grosso, ainda na década de 1840, como algo sem dúvida funesto. Em Cuiabá, nos anos e décadas imediatamente seguintes, quando as autoridades se referiam a ela em seus pronunciamentos, não deixava de ser lembrada como atitude injustificada e pesarosa.

Dessa maneira, foi extremamente espantoso quando os membros do Partido Liberal saíram às ruas comemorando o “30 de maio”. Era 1848, ano em que aconteceram revoltas encabeçadas por liberais em São Paulo e em Minas Gerais. Em Pernambuco também houve uma insurreição contra o governo central, que estava composto principalmente pelos senhores do Partido Conservador (NABUCO, 1997). No entanto, se os conservadores estabeleciam a direção do Império, como demonstrou Ilmar Mattos (1987) em *O tempo saquarema*, em Mato Grosso acontecia o contrário: o partido hegemônico era o partido oposto ao governo central. Desde que se formara a agremiação política chamada de “Liberal”, eles conseguiam fazer a maioria na Assembleia provincial e elegiam os deputados que eram mandados para representar a região no Rio de Janeiro. Somente perdiam, até um determinado momento, na Câmara de Vereadores de Cuiabá.

De toda forma, a política provincial era terreno no qual os membros do Partido Conservador tinham cada vez menos espaço. Assim, também no ano de 1848, os liberais, capitaneados por Manuel Alves Ribeiro, conseguiram derrotar os conservadores inclusive na vereação da capital, enfrentando lideranças das chamadas “famílias tradicionais” e a despeito da oposição que recebiam constantemente de vários presidentes de província. Nesse mesmo ano chegou como o principal delegado do Império o major Oliveira, homem enviado para a província com o propósito de barrar o domínio dos partidários do fazendeiro de Poconé. Um dos meios (sem podermos precisar a eficácia) de o major tentar minar os chamados liberais foi imputar-lhes apelidos depreciativos, de maneira que viessem a ser politicamente estigmatizados. Nos discursos, talvez como outras pessoas também já o fizessem em suas conversas, chamava o grupo político de “Partido de Camapuã”, em alusão a uma fazenda que Manuel Alves Ribeiro

teria tomado para si, subtraindo posse do governo imperial. Nela, teria até mesmo cometido crime inafiançável de reduzir à escravidão os negros que lá moravam. Mas o fazendeiro, em uma série de manobras, conseguiu manter-se ileso às acusações (SENA, 2009, p. 78-99).

Mesmo assim, o major estava resoluto. Para diminuir a força do grupo oponente, estabeleceu uma ligação entre os adversários e os que haviam participado dos assassinatos de 1834:

O Partido que hoje é aqui conhecido pela denomina[ção] de Partido de Camapuá, e que em 8 de junho de 1846 a Sessão do conselho de Estado dos Negócios do Império já qualificava de audaz, é o sucessor do que no dia 30 de maio de 1834, e seguintes, cobriu de luto esta Província com a carnificina e roubos que cometera (AN. OLIVEIRA, 29 de novembro de 1848).

Devido a essa associação entre os que participaram do evento de 1834 e o Partido Liberal, os seguidores de Ribeiro fizeram vários festejos justamente no dia 30 de maio seguinte. Muitos ficaram admirados com a ousadia. Se o estigma político é um fator com bastante peso, seja para o sucesso, mas também para o fracasso, os identificados com o episódio de 15 anos antes fizeram eventos durante todo esse dia. Primeiramente, organizaram a “festa do Espírito Santo”, que segundo o chefe de polícia, “tomou o caráter de devoção especial de um partido, que *in totum* a ela concorreu, mediante rigoroso convite tanto para os atos da cerimônia religiosa, como para os mais festins de uso”. Poderia ser insignificante em si, se não houvesse as possibilidades de ruptura que existiam ainda em Minas e São Paulo, já expressas nas rebeliões de 1848. Mas era significativo porque os “festins de uso” naquela data não era nada usual, ao contrário. O chefe de polícia assinalava que o deputado provincial Delfino de Almeida, braço direito de Manoel Alves Ribeiro, “se atreveu a festejar o aniversário” do dia em que “a piedade pública e cristã comemora com dobres de sino, missas e mais cerimônias religiosas!”. Fez um sarau especial para a data cujos convidados foram “escrupulosamente escolhidos segundo seus antecedentes e preconceitos, como títulos, para nele terem ingresso” (AN. COELHO, 1º de junho de 1849).

Mas o verdadeiro confronto se daria nas eleições para deputado-geral. Concorreram ninguém menos que o presidente de província, major Oliveira, e o líder dos liberais, Manuel Alves Ribeiro. Porém, se antes o governo central era condescendente com várias irregularidades do fazendeiro de Poconé, dessa vez atendeu aos pedidos do chefe

do Executivo provincial. O major foi atendido em vários pontos de suas solicitações à Corte, conseguindo inclusive mudar as pessoas de comando de postos armados, como a Guarda Nacional, comandada até então pelo próprio fazendeiro de Poconé. Dois outros fatores foram também extremamente importantes para o major: primeiro, ter conseguido sucesso na criação de uma força armada, chamada de Guarda de Segurança, comandada por pessoas que faziam oposição a Ribeiro na capital, e, segundo, ter sido bem-sucedido em uma articulação com homens públicos de outros lugares da província, que antes apoiavam o fazendeiro de Poconé. Assim, o próprio presidente de província saiu vencedor. No entanto, o governo central abriu uma segunda vaga para a deputação, que coube ao líder de Poconé. De toda forma, iniciava-se uma nova década sem mais o predomínio político dos liberais na província (SENA, 2009, p. 84-96).

Se a combinação dos homens públicos do Partido Liberal ao movimento do período regencial contribuiu decisivamente para o fim da hegemonia de Ribeiro, não sabemos ao certo. Mas foi fato que várias alianças com que Ribeiro usualmente contava, como a que existia com os Pereira Leite, de Vila Maria (hoje Cáceres), foram desfeitas e deixaram de fornecer seu apoio nas disputas eleitorais de 1849. Se não podemos estabelecer a causa direta dessa vinculação de imagens, a memória do “30 de maio” não deixava de causar temor ou, ao menos, inspirava respeito. O deboche fazia parte desse receio de fragmentações do Império que procuravam construir, cujos limites estavam na província de Mato Grosso, projetando extensas fronteiras internacionais – ainda indefinidas e questionadas – com países também em conflitos civis nas suas tentativas de configurações políticas e territoriais.

Como visto anteriormente, casos que denotassem mácula numa História que estavam construindo, fundamental para a ideia de nação, eram dispensados de constituir a substância do “corpo da pátria”. Nesse sentido, François-Xavier Guerra nos mostra que as Histórias nacionais foram o principal empreendimento das nações ocidentais inventadas no século XIX, que procuravam agregar províncias e cidades díspares. Tinha-se na Espanha, por exemplo, uma determinada História que antecedia até mesmo o Império Romano, prenunciando o futuro da terra onde seria oficial a língua castelhana ao lado das “pátrias locais”. Uma das “dificuldades” da configuração das nações na América Latina era justamente não terem tido, antes da independência, sociedades que promovessem a erudição histórica, a pesquisa geográfica, o inte-

resse pela literatura, danças e músicas específicas de uma região, tal como ocorreu, por exemplo, ainda no XVIII, na Espanha e na França (GUERRA, 2003, p. 31-56).

Ao contrário de Benedict Anderson (2008), que vê nos *criollos* os pioneiros da nação moderna, por fazerem residir na população a ideia e sentimento de uma comunidade imaginada, o historiador Guerra prefere ver justamente nas grandes monarquias católicas, França e Espanha, o engendramento dos países que vão se imaginar como soberanos independentes das dinastias de realeza, ou seja, o que seriam as nações modernas. Nesses lugares, a ideia de unificação e diversificadas práticas de sociabilidade, tais como a fundação de academias, a proliferação de saraus, o culto de uma História, incentivadas pelas coroas, acabam por corroborar a ideia de que era na nação, depois de um tortuoso caminho, que a soberania dos povos residiria. Quando estabeleceram a constituinte, não havia mais volta para a ideia da soberania no corpo do rei. Na América, continua o autor, existiam “nações soberanas”, mas sem liga, sem haverem tido Histórias compartilhadas, associações que discutissem a sua geografia, sarau que comemorassem as produções literárias e musicais. Não havia um culto à pátria suficiente que pudesse fazer a definição “comunidade imaginada” (GUERRA, 2003, p. 57-60).

O conflito em Mato Grosso, de 1834, era uma dessas imagens que poderiam causar repugnância à forma ideal, de cujos fundamentos se erigiria a História de um lugar indivisível, uma nação predestinada a ser líder continental, segundo os principais homens públicos do século XIX. Para isso corroborava a ideia de que havia uma “índole-pacífica-do-povo-brasileiro”, propagada desde a época da independência, como mostra o historiador Marco Morel. Ela ganhou terreno durante as regências, sendo enfaticamente reafirmada durante o Segundo Reinado, e virou verdadeiro lugar-comum na República. Era lugar-comum, mas também a maneira de reforçar a visão unitária e unificadora dos habitantes do Brasil desde tempos coloniais, em uma visão anacrônica. E foi justamente no período da República que o conflito em tela ficou definitivamente conhecido por “Rusga”.

Veyne (1987) e Kosseleck (1992) mostraram que é positivo perceber os acontecimentos semânticos, ou seja, como ocorreram mudanças de significado de um termo ou conceito. Nesse sentido, autores como François-Xavier Guerra (2009) e Manoel Hespanha (2003) encontraram formas de análise e de pesquisa utilizando-se do

vocabulário político da época, como, no caso, a polissemia de “nação” e “Estado”, que ganharam outros significados com o fim do Antigo Regime, tanto na Europa como na América.

Ao procurarmos no *Moraes*, o dicionário de língua portuguesa mais utilizado no século XIX, nas edições de 1813 e de 1823, não encontramos nenhuma designação para “rusga” ou para alguma palavra próxima à grafia ou derivação. Mesmo em um compêndio que diz pretender “capturar” os vocábulos e frases não encontrados em outros dicionários, ou que teriam significações diferentes das encontradas em outras publicações etimológicas (SOARES, 1954), não aparece referência à palavra que veio a designar o episódio de 1834. Entre outros dicionários em circulação no Brasil Império, incluindo ainda mais uma edição do *Moraes*, de 1877, o de Fonseca e Roquete, de 1848, além do dicionário de Eduardo de Faria, José Maria Almeida Lacerda e Portugal de Araújo, de 1862, não há nenhuma menção ao vocábulo que nos interessa. Ele aparece somente no *Caldas Aulete*, de 1881. O sentido não difere daquele que se emprega nos dias de hoje: “briga, desordem, contenda”. Em termos “chulos”, segundo a publicação, a palavra era relacionada a “prender soldado”. Trata-se de uma derivação do inglês *rush*, para designar correria, o que não diferencia dos nossos dicionários atuais, não indicadores de algo tão atroz como torturas e execuções sumárias de dezenas de pessoas.

Apesar de encontrarmos em documentos de época a palavra “rusguento”, e de ela não estar dicionarizada na época, não podemos deixar de considerar o que foi mencionado anteriormente: a tendência de enfatizar o caráter sempre pacífico do povo brasileiro no processo de construção da nação. Não sabemos precisamente quando o termo passou a designar o evento, como de fato ficou amplamente conhecido. Rubens de Mendonça, em publicação de 1967, já utilizava a palavra. Sua explicação do evento baseava-se em um nacionalismo contra os portugueses. Utiliza-se de um binarismo, praticamente enaltecendo o movimento como uma “revanche à tirania lusa”, mesmo considerando que os revoltosos estavam “cegos de ódio”. É ressaltada, sobretudo, a perspectiva de que a soberania nacional residia na vontade popular dos brasileiros recém-libertos (MENDONÇA, 1967, p. 39-40).

Em trabalhos recentes, aqui já citados, a historiadora Elizabeth Siqueira envereda por investigações que prescindem da chave explicativa baseada na legitimidade de uma “reivindicação nacional” dos participantes, passando a enfocar principalmente o conflito intraelite, mas com participação popular. Tanto brasileiros natos como “ado-

tivos” foram alvos dos descontentamentos, desembocando no que já estava costumeiramente chamado de “Rusga”. De toda forma, a autora fornece ampla documentação e balanço historiográfico para os historiadores que queiram destrinchar o complicado evento².

Seriam importantes também pesquisas que utilizassem o *Matutina Meyapontense*, jornal publicado na província de Goiás, mas que tinha espaço para as falas políticas mato-grossenses, expressando as rivalidades locais antes da eclosão do “30 de maio”. Essa coleção de documentos também está disponível no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Da mesma maneira, os documentos no Arquivo Nacional, que contêm correspondência entre as autoridades locais e o governo central, também deixam em aberto novas possibilidades de pesquisa, além do próprio Arquivo do Estado de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Sem dúvida, muitas publicações atuais, mesmo utilizando a palavra “Rusga”, não abrem mão de assinalar a violência ocorrida na província, inclusive já sem justificá-la como uma atitude contra a “arbitrariedade” dos portugueses que aqui residiam. Além do mais, é com esse nome que o evento é bastante conhecido. No entanto, procurar o vocabulário da época, e perceber quando a historiografia nomeou-o com termo que o reduzia a uma pequena querela, também ajudaria a entendermos melhor como foi construída sua memória, além do próprio episódio, que é por si só bastante pertinente para compreender os vários momentos da construção da nação.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. Antônio Pedro de Alencastro para Marcelino de la Penha. Cuiabá, 19 de dezembro de 1835.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. José Antônio Pimenta Bueno para Marcelino de la Penha. Cuiabá, 8 de março de 1837.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. José Antônio Pimenta Bueno para Marcelino de la Penha. Cuiabá, 10 de junho de 1837.

2 O *Auto Sumário-Crime*, parte dessa dissertação de Siqueira, é o principal documento de um trabalho de mestrado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso pela mestranda Patrícia Figueiredo de Alencar, sob orientação do professor Oswaldo Machado Filho.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. Antônio José Pimenta Bueno para Coronel D. Pedro José de Urtuby. Cuiabá, 10 de março de 1838.

APMT. Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Anos: 1843-1847. Ricardo José Gomes Jardim para José Carlos Pereira de Almeida Torres, Ministro do Império. Cuiabá 5 de maio de 1845.

Relatórios de Presidente e Vice-Presidente de Província

ALENCASTRO, Antônio P. *Relatório de presidente de província de Mato Grosso – 1835*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acesso em: 12 set. 2011.

PIMENTA BUENO, Antônio Pimenta. *Relatório de Presidente de Província – 1836*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acesso em: 12 set. 2011.

SILVA, Antônio José da. *Relatório de Vice-Presidente de Província – 1836*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acesso em: 12 set. 2011.

Arquivo Nacional

AN. IJJ (9) 505. *Officio*. Poupino Caldas para A. Pinto Chinchôrro da Gama, Cuiabá, 3 de junho de 1834.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Abaixo-assinado de vários cidadãos surpreendidos com a notícia de que o Presidente de Província Antônio Pedro de Alencastro iria ser removido de seu exercício*. Cuiabá, 1º de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Abaixo-assinado dos cidadãos residentes no distrito do Livramento – Termo da Cidade de Cuiabá*. Cuiabá, 16 de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Officio Reservado*. Joaquim José Gomes da Silva para Ministro dos Negócios do Império, José Limpo de Abreu, Cuiabá, 17 de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 507. *Officio*. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, Ministro da Justiça. Cuiabá, 29 de novembro de 1848.

AN. IJJ(9)507. *Officio*, Manuel Pereira da Silva Coelho, Chefe interino de polícia, para Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 1º de junho de 1849

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120.
- CALDAS AULETE. *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Bahianos em Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 200, p. 71-91, jul. 1948.
- _____. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: UPE, 1998.
- FARIA, Eduardo de; LACERDA, José Maria Almeida; ARAÚJO, Portugal Correia de. *Diccionario da lingua portuguesa: para uso dos portuguezes e brasileiros; seguido do diccionario de synonymos: com reflexões criticas*. Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1862.
- FONSECA, José da; ROQUETE, Jose Inácio. *Diccionario da lingua portuguesa*. Paris: Aillaud, 1848.
- GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. p. 33-60.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias – ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Encuentro, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.) *O liberalismo no Brasil imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 73-102.
- HESPANHA, António Manuel. Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. p. 93-108.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

- _____. O gigante no espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.13-52.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso (através de seus governantes)* – “pro patria cognita aque immortalis”. Cuiabá: IHGMT, 1967.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Do amor da pátria, do amor das letras: as origens da nação na Revista do IHGB (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- SENA, Ernesto Cerveira de. O jogo político em Mato Grosso e o “Partido Anarquizador” (1840-1851). In: AXT, Gunter; Maria D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes M. (Orgs.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007. p. 53-64.
- _____. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política nas fronteiras do Império*. Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2009.
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos até agora*. 2. ed. Lisboa: Lacerdina, 1813.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 3. ed. Lisboa: M. P. Lacerda, 1823.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos nossos dias*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguêsa – Elucidário Etimológico Crítico, das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou nêles vêm com forma ou significação diferente* (1875). Rio de Janeiro: MEC/INL, 1954.
- TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *A cidade do ouro e das ruínas*. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.

UM FENÔMENO AVISTADO E ANOTADO POR AUGUSTO LEVERGER EM 1846

A PHENOMENON SEEN AND RECORDED IN 1846
BY AUGUSTUS LEVERGER

Paulo Pitaluga Costa e Silva¹

RESUMO: Augusto Leverger, foi oficial da Marinha Imperial brasileira, cientista e Presidente da Província de Mato Grosso por cinco vezes. Em viagem pelo rio Paraguai até Assunção, em 1846, foi testemunha de um fenômeno inexplicável. Um globo luminoso, que também chamou de disco, passou pelo navio em que estava, fez uma curva e desapareceu no horizonte. O globo deixou um rastro luminoso e era composto de 3 partes distintas e superpostas. Em Assunção, o embaixador do Brasil Pimenta Bueno, também observou o fenômeno. Leverger fez todos os cálculos trigonométricos e verificou a direção do disco e registrou que o mesmo passou há 50 léguas de Assunção. Fenômeno atmosférico ou disco voador em 1846?

Palavras-chave: Augusto Leverger. OVNI. Rio Paraguai.

ABSTRACT: Augusto Leverger, was former officer of brazilian Imperial Navy, scientist and President of Province of Mato Grosso for five times. Traveling on river Paraguai down until Assunção, was witness of an inexplicable phenomenon. A luminous globe, that also he called disk, passed over the ship, did a curve and disappeared over the horizon. The globe left a luminous track e was compounded of three distincts and superimposed parts. In Assunção, the brazilian ambassador, Pimenta Bueno, also observed the phenomenon. Leverger did trigonometrics calculations and verified the course of the disk and registered that it had passed 50 leagues from Assunção. Atmospheric phenomenon or a flying saucer in 1846?

Keywords: Augusto Leverger. UFO. Paraguai river.

¹ Membro efetivo e ex-Presidente do IHGMT. Historiador e autor de diversas obras que versam sobre Mato Grosso. ppitalug@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Augusto Leverger foi sem dúvida um dos grandes nomes da administração pública, das letras, das ciências e das lides militares que Mato Grosso já teve em toda a sua história. Estudioso, produzia relatórios e mais relatórios de seus estudos e observações, e os mandava para a Corte Imperial, no Rio de Janeiro.

Em um relatório produzido em 1846 durante uma viagem a Assunção e Rio de Janeiro, Leverger criteriosamente descreveu um estranho fenômeno por ele observado quando navegava pelo rio Paraguai abaixo, certamente já perto de Assunção.

Utilizando-se de palavras interessantes para a época, como *hum globo luminoso*, três corpos brilhantes, *aparência quase circular* e dimensão dos discos, o seu relatório assanhou cientistas, amadores, aficionados em OVNI² por todo o mundo.

Pelos detalhes fornecidos em seu relatório, a observação de Leverger foi considerada o primeiro avistamento devidamente documentado de um OVNI no Brasil ou na América do Sul.

Um disco voador ou algum fenômeno meteorológico foi realmente observado pelo Barão de Melgaço?

Sem tentar qualquer explicação para a observação, apenas analisamos a mesma em função das estritas palavras contidas no relatório de Augusto Leverger em 1846, dando, antes, uma breve notícia da vida do ilustre almirante e governador de Mato Grosso.

LEVERGER - BREVE MEMÓRIA

Augusto Leverger nasceu em Saint Malò, na França, em 1802, tendo sido incorporado à Marinha Imperial Brasileira como 2º Tenente em 11 de novembro de 1824. Combateu nas batalhas do Rio da Prata contra as repúblicas vizinhas, entre 1826 e 1828.

Em 1830, através a antiga rota fluvial das monções, chegou Leverger a Cuiabá, destacado para organizar flotilha de chalupas e barcas canhoneiras destinadas à defesa da fronteira sul mato-grossense.

Além de suas atividades militares, adicionam-se as científicas de levantamentos e explorações de rios, tendo desempenhado ainda funções diplomáticas junto à Republica do Paraguai.

Casou-se em Cuiabá, no ano de 1842, com D. Ignez de Almeida Leite, tendo no ano seguinte, durante viagem ao Rio de Janeiro em 1844, obtido a sua naturalização como cidadão brasileiro. De 1845

2 OVNI – Objeto Voador Não Identificado, do inglês UFO – Unidentified Flying Object.

a 1851, Leverger realizou inúmeras viagens de estudos e observações geodésicas e astronômicas, levantamentos de cursos de rios e acerca da defesa da fronteira mato-grossense.

Nomeado Presidente da Província de Mato Grosso em 1850, tomou posse em 11 de fevereiro de 1851, ficando no cargo por mais de 6 anos. Em 1852, foi também nomeado Comandante das Armas da Província. Em 1855, face às dificuldades havidas com o governo paraguaio, viajou até o Forte de Coimbra, limite da fronteira sul-mato-grossense e ali instalou provisoriamente a sede do Governo Provincial. Além de um trabalho político e administrativo, reorganizou a Guarda Nacional, sendo que o 1º Batalhão de Cuiabá era citado como modelo no Brasil. Em 1857, pediu demissão do cargo de Presidente e até 1862 ficou ocupado com a família e dedicado aos seus estudos e pesquisas.

Entre 1863 e 1865, assumiu por duas vezes o Governo da Província, na qualidade de Vice-Presidente.

Em dezembro de 1864, o exército paraguaio tomou de assalto o Forte de Coimbra e a Colônia Militar de Dourados. Com o pânico instalado entre a população cuiabana, Leverger ofereceu-se para chefiar a defesa da capital. Comandou a fortificação do Morro do Melgaço e organizou a defesa de Mato Grosso através da Guarda Nacional. Em 1865, foi mais uma vez nomeado Presidente da Província, mas, ilhado do resto do país pela guerra, pouco pôde realizar de concreto.

Em 1865, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, com o título de Barão de Melgaço.

Em 1870, foi pela última vez nomeado Presidente da Província, cargo que ocupou ao todo 5 vezes, sendo o governante de Mato Grosso que mais vezes exerceu essa função.

Além de corajoso militar, hábil diplomata, Augusto Leverger foi um grande pesquisador e escritor, deixando nada menos que 36 títulos acerca da história e geografia de Mato Grosso, levantamentos hidrográficos minuciosos de diversos rios e bacias da região e ainda a materialização de inúmeros pontos geodésicos a partir de medições astronômicas.

Sempre foi respeitado em Cuiabá, não só pelos seus trabalhos intelectuais e científicos, ou pela firmeza administrativa frente ao governo provincial, mas pela sua integridade moral e honestidade de propósitos, que sempre marcou a sua vida e carreira. Foi um homem de exemplar dignidade moral e familiar. Hoje em dia, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso tem Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, como seu único patrono.

Em 14 de janeiro de 1880, faleceu em Cuiabá aos 78 anos.

O RELATÓRIO

Como oficial da Marinha Imperial, Leverger era habituado aos relatórios militares. E a maior parte de seus trabalhos científicos é composta justamente de relatórios e observações acerca de suas viagens, seus trabalhos de campo e de astronomia. Conhecia profundamente a geodésia, a cartografia e astronomia. Tudo era devidamente relacionado e enviado aos diversos ministérios do Império, no Rio de Janeiro, em especial o da Marinha.

Em 1846, fez uma viagem pelo rio Paraguai abaixo, fazendo o levantamento hidrográfico desse rio. Uma flotilha de canhoneiras da Província de Mato Grosso, formada pelos barcos *18 de Julho* e *23 de Fevereiro*, o conduziu nessa expedição científica. Aportou em Assunção em junho de 1846.

Virgílio Corrêa Filho assim registrou esses momentos de Leverger:

Estava fundeado no porto [de Assunção], quando o diplomata [Pimenta Bueno] fê-lo descer ao rio Paraná em viagem de estudo [...]. Desta vez o hidrógrafo logrou completar o levantamento do rio famoso que já conhecia em vários trechos explorados anteriormente [...]. (CORRÊA FILHO, 1979, p. 36).

Das observações e levantamentos obtidos nessa viagem, Leverger obteve os dados científicos necessários para a elaboração do trabalho “Roteiro da Navegação do rio Paraguay desde a foz do São Lourenço até o Paraná”.

Leverger assim registrou os objetivos dessa expedição de 1846:

No desempenho de diversas commissões que me foram incumbidas na Província de Matto Grosso, fiz seis vezes a viagem fluvial de Cuyabá ao Forte de Olimpo; duas vezes descí pelo rio Paraguay até a cidade de Assumpção; e finalmente uma vez (no decurso do anno de 1846) cheguei à confluencia do dito rio com o Paraná. Em todas essas viagens, tendo em vista a recommendação que o governo Imperial me fizera de colher materiaes para o levantamento da carta hydrográphica do Paraguay [...]; fazendo quanto era-me possível as precisas observações astronômicas para correcção da estimativa; [...]. O presente roteiro e a carta em ponto grande que o acompanha, são o resultado das minhas diligências a tal respeito. (LEVERGER, 1862, p. 211).

Assim, claramente mostrou os objetivos de sua expedição à Assunção e ainda registrou, dentre outros, os seus trabalhos astronômicos.

Certamente, ainda em Assunção, preparou um de seus costumeiros relatórios e em um trecho do mesmo anotou o estranho aparecimento nos céus o que para ele foi “Huma circunstância que ao me parece muito digna de notar-se.” No Rio de Janeiro, tendo a descrição de Leverger impressionado algum redator da *Gazeta Official do Império do Brazil*, em data de 26 de novembro de 1846, fazendo um pequeno introito, o funcionário fez publicar um trecho do relatório de Leverger, na *Parte Official* desse periódico imperial.

Assim estampou a *Gazeta do Império* nessa data:

Na expedição das canhoneiras de Cuyabá para a cidade de Assumpção, ao comando do Capitão de Fragata Augusto Leverger, observou este hum extraordinário phenomeno meteorológico que descreve de maneira seguinte:

Observei esta noite hum phenomeno como nunca antes vira. Às 5 horas e 57 minutos estando o céu perfeitamente limpo, calmo, thermometro 60°, hum globo luminoso com instantânea rapidez descreveo huma curva de como 30°, ao rumo NNO. A direcção fazia com o horizonte angulos de, aproximadamente, 75° e 105° e agudo aberto pelo lado do Oeste.

Deixou subsistir huma faxa de luz de 5° ou 6° de comprimento e 30° a 35° de largura, na qual distinguão-se três corpos cujo brilho era muito mais vivo que o da faxa, e igualava, se não excedia, em intensidade, o da lua cheia em tempo claro. Estavão superpostos e separados huns dos outros.

O do meio tinha a aparência quase circular; o inferior parecia um segmento de circulo de 120° com os raios extremos quebrados; a forma que apresentava o de cima era de hum quadrilátero irregular; a maior dimensão dos discos seria de 20° a 25°. Emfim acima delles via-se huma lista de luz muito fraca em forma de zig-zag de como 3° de largura e 5° ou 6° de comprimento. A altura angular da faxa grande sobre o horizonte parecia de 8° (Receoso de perder alguma circunstancia do phenomeno não recorri ao instrumento para medir essas dimensões).

Foi tudo abaixando com não maior velocidade apparente do que os astros no seu ocaso, porém os globos luminosos mudarão de aspecto tomando a forma elíptica de cada vez mais achatada, e embaciando até parecerem pequenas nuvens. A faxa grande inclinou-se para N até ficar quase horizontal, mas o zig-zag sempre conservou a mesma direcção. Depois de 25° tudo desapareceo, e não houve o mais leve signal de perturbação na atmosphaera.

Na cidade de Assumpção conversei com o Ministro do Brasil e diversas outras pessoas que testemunharão esta, para nós todos, sin-

gular aparição. Huma circunstância que me pareceo muito digna de notar-se, hé a direcção em que o Ministro observara o phenomeno, não houve engano, pois referia a observação a hum muro cujo azimuth era fácil verificar, a esta direcção era proximadamente de ONO, fazendo por tanto hum ângulo de 45° com a de NNO, que eu notara.

Submeti ao calculo trigonometrico esta enorme parallaxe combinada com as posições geográficas de Assumpção e do logar onde eu observei, e achei que o phenomeno devera verificar-se na região atmospherica e tão somente a 50 légoas de distancia de Assumpção”.

ANÁLISE DO RELATÓRIO

Leverger foi um cientista cuja área de estudo e atuação abrangia vários ramos, inclusive a astronomia. Fazia observações das estrelas e calculava pontos geodésicos de locais de interesse na Província. E para isso observava quotidianamente os céus, as estrelas, as constelações, a posição da lua e do sol. E em suas próprias palavras, “Observei esta noite hum phenomeno como nunca antes vira.” Tal seja, Leverger foi realmente surpreendido por aquela aparição, por aquele fenômeno por ele presenciado e, certamente, por toda sua tripulação. Apesar de ter visto em suas observações inúmeras ocorrências representadas por eclipses, explosões solares, quedas de meteoros e meteoritos, estrelas cadentes, raios, trovões, formações estranhas de nuvens, aquela súbita aparição nos céus o impressionou a ponto de denominá-la simplesmente de fenômeno. Dentro de seus conhecimentos científicos, se aquele “fenômeno” tivesse sido um acidente meteorológico ou climático, ele não se impressionaria tanto e, talvez, nem o tivesse registrado.

A observação deve ter ocorrido no mês de junho de 1844, vez que nessa data a história relata que ele estava em Assunção. Ainda era noite, mas já alvorecendo, às 5h57 da manhã. O céu limpo e a temperatura marcando 60° Fahrenheit ou $15,5^\circ$ Celsius. Um dia típico de inverno, amanhecendo mais tarde e com tempo frio.

Nesse preciso horário ocorreu o fenômeno e Leverger registrou que “hum globo luminoso com instantânea rapidez descreveo huma curva de como 30° .” Pois bem, um globo luminoso poderia muito bem ser um meteorito, mas esse corpo espacial, ao entrar na atmosfera terrestre realmente brilha, mas não faz curvas. E esse objeto luminoso em sua trajetória deixou um rastro, uma faixa, em seu dizer, cujo comprimento e largura foi devidamente calculado pelo autor.

Leverger ainda registrou que na passagem do tal globo luminoso pôde perfeitamente distinguir “três corpos cujo brilho era muito mais vivo que o da faxa, e igualava, se não excedia, em intensidade, o da lua cheia.” Essa comparação é interessante, pois determina cada intensidade de brilho. O menos intenso era o do rastro e a luminosidade mais brilhante era a do globo, que se assemelhava à da lua cheia. Isso também descarta um meteoro ou meteorito, pois o brilho destes se assemelha ao sol, de tão intenso, e não da lua como observou Leverger.

Continuou o autor do relatório mencionando que as três partes estavam umas superpostas às outras, mas bem separadas entre si.

Detalhista, Leverger registrou até mesmo os formatos das partes que constituíam o globo luminoso. A parte de cima “era de hum quadrilátero irregular; a do meio era quase circular, quase redonda; a inferior se constituía em um segmento de círculo de 120° com os raios extremos quebrados.”

E nesse ponto do relato fez uma estimativa do tamanho dos objetos, utilizando uma instigante palavra no contexto da observação “[...] a maior dimensão dos discos seria de 20° a 25°.”³ A aplicação da palavra *discos*, para cada uma das partes do globo luminoso mostra claramente o formato desses objetos. Realmente eram três partes tinham mais ou menos o formato de discos. Com relação aos graus e minutos que Leverger usou para determinar medidas de comprimento dos discos é difícil hoje em dia de se estimar, pois cada um desses dados depende da altura que os objetos estavam passando. Mas uma coisa é certa, os discos não passaram sobre as canhoneiras em grande altitude, senão não haveria a possibilidade de se distinguir três objetos e seus respectivos formatos, em especial no lusco-fusco do amanhecer.

Seguindo o relato, Leverger observou que os objetos continuaram seu trajeto em velocidade de descida ao horizonte igual à das estrelas. Notou também que os discos no ocaso tomaram uma forma elíptica achatada, sempre acompanhados dos rastros.

Depois de 25 minutos, “[...] tudo desapareceu, e não houve o mais leve signal de perturbação na atmosphaera.”

Ao chegar dias depois à Assunção, teve o ensejo de conversar a respeito dessa *singular aparição* com o Ministro brasileiro nessa cidade, o Dr. José Antonio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente” e outras testemunhas oculares da passagem do globo luminoso pelos céus da região.

3 Vinte a vinte e cinco minutos de grau.

Nas conversas com o Embaixador, verificou que a “[...] direcção em que o Embaixador observara o phenomeno” era quase a mesma que Leverger havia determinado na canhoneira. Facilitou essa verificação um simples muro de divisa de terrenos, determinada pelo azimute do mesmo em função da observação de Pimenta Bueno.

Posteriormente, efetuou cálculos trigonométricos da imensa paralaxe combinada com as posições dos pontos geográficos das observações efetuadas pelo Embaixador e por Leverger. Com essa trigonometria aplicada, Augusto Leverger chegou à conclusão de que “[...] phenomeno devera verificar-se na região atmospherica e tão somente a 50 léguas de distancia de Assumpção.”

CONCLUSÃO

Leverger foi um homem de reputação ilibada, militar, cientista, Presidente da Província de Mato Grosso por cinco vezes, homem culto e um grande escritor. Gozava de respeito e admiração entre a gente mato-grossense de então.

O seu relatório é claro. Ele viu passando pelos céus da América do Sul algo para ele inexplicável e que chamou de *fenômeno*, de *globo luminoso* e de *disco*. Esse aparecimento realmente o impressionou, por jamais ter visto algo semelhante em toda a sua vida de cientista e observador astronômico. Não foi um simples fenômeno atmosférico, como uma queda de meteorito ou estrela cadente. Realmente, esse tal fenômeno o impressionou tanto que acabou por fazer um relatório à Corte do Rio de Janeiro, registrando esse avistamento.

Leverger não mentiria a tal respeito, pois outras testemunhas, tanto nas canhoneiras como na cidade de Assunção, também informaram a ele que presenciaram essa aparição. E depois, para que mentir, como inventar algo tão fora do comum. Um homem daquela postura moral jamais inventaria uma história como essa.

E mais, naquele tempo não havia aviões, balões meteorológicos, dirigíveis ou objetos voadores feitos pelos homens para que ele se confundisse.

O registro feito por Leverger é simplesmente impressionante. Objeto luminoso era composto de três partes, uma redonda, uma em arco e outra em quadrilátero, passando pelos céus e deixando um rastro luminoso e depois fazendo uma curva. Tão estupefato ficou, principalmente depois do testemunho de Pimenta Bueno em Assunção, que se deu ao trabalho de fazer cálculos trigonométricos tendo em vista a paralaxe encontrada e definir a distância entre o aparecimento e a capital do Paraguai, 50 léguas.

Se não foi um dos inúmeros fenômenos atmosféricos pelo autor conhecidos, se não foi, bem sabemos, avião ou balão, o que poderia ter sido esse avistamento?

Bem, os céticos optariam ainda por um fenômeno atmosférico; os estudiosos de OVNI's afirmariam com convicção tratar-se da passagem de um disco voador.

E eu, bom, para que me preocupar com um fato observado há 166 anos atrás?

Mas, no caso, valem as palavras de Miguel de Cervantes em seu *Don Quixote*: “Yo no creo en brujerías, pero que las hay, las hay.”

REFERÊNCIAS

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Leverger, o bretão cuiabanizado*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

GAZETA OFFICIAL do Império do Brasil – Parte Oficial. Rio de Janeiro: v. I, n. 74, 26 nov. 1846, p. 295.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da Navegação do rio Paraguay desde a foz do São Lourenço até o Paraná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. 25, 1862, p. 211-284.



A PRIMEIRA REPÚBLICA EM MATO GROSSO POR MEIO DOS PERIÓDICOS

THE FIRST REPUBLIC IN MATO GROSSO
THROUGH THE NEWSPAPERS

Lauro Portela¹

RESUMO: Exponho neste artigo os questionamentos e abordagens que fiz durante a pesquisa que resultou em minha dissertação de mestrado, na qual utilizo séries documentais provenientes principalmente dos acervos da hemeroteca do Arquivo Público de Mato Grosso. Assim, primeiramente estabeleço os questionamentos que me direcionaram a selecionar principalmente os periódicos como fontes de pesquisa; depois, trato desse tipo de fonte especificamente direcionando minhas reflexões a alguns periódicos que circularam em Mato Grosso entre 1889 e 1930, no período da história do Brasil que se convencionou chamar Primeira República; finalmente, apresento alguns resultados obtidos no tratamento com essas fontes. **Palavras-chave:** Primeira República (1889-1930). Mato Grosso. Periódicos.

ABSTRACT: I show in this article the questions and approaches I've done during the research that resulted in my dissertation, in which I've used the newspapers collection from Arquivo Público de Mato Grosso (Public Archive of Mato Grosso). Thus, at first, I've set the questions that guide me to select the newspapers as sources; then, I write about this type of source directing my analysis specifically for some newspapers that were distributed in Mato Grosso between 1889 and 1930, during the history of Brazil which is conventionally called First Republic; Finally, I show some results obtained through the use of these sources.

Keywords: First Republic (1889-1930). Mato Grosso. Newspapers.

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente compõe os quadros da Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso como historiador, atuando no acervo iconográfico. laurosouza@sad.mt.gov.br.

O PROBLEMA: O QUE É CORONELISMO?

A operação historiográfica, como nos mostra Michel de Certeau, ou seja, essa relação entre o “lugar”, “procedimentos” e um “texto” (CERTEAU, 2000, p. 66), deve pautar-se pela problematização que orientará toda articulação futura que o historiador produzirá entre o processo de “seleção” e a construção da narrativa. Problematizar é, portanto, como em qualquer ciência, o primeiro passo para se refletir sobre um objeto e então encontrar as respostas desejadas. Assim, a questão que o historiador se coloca o faz estar face a face com as instituições sociais, seus autores e suas produções historiográficas, para quem uma obra de história verdadeiramente se destina. (CERTEAU, 2000, p. 71-2)

Neste sentido, ao tratar do coronelismo, minhas indagações partiram das produções e das lacunas que delas pude extrair. Percebi, ao longo deste primeiro contato, que o conceito de coronelismo esteve diretamente ligado à posse da terra, para Victor Nunes Leal (1993), em seu *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948; ou figurava como uma estrutura familiar, cuja posse de bens de fortuna (terra, comércio, herança etc.) é que permite o posicionamento de um indivíduo no todo da família grande o coronel, no artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), *O coronelismo numa interpretação sociológica*, de 1975; ou ainda, para o brasilianista Eul-Soo Pang (1979) em *Coronelismo e Oligarquias*, de 1979, o poder do coronel se ligava ao seu prestígio e honra pessoais tradicionalmente reconhecidos numa estrutura patriarcal de sociedade; ou mesmo relacionava-se à capacidade que o indivíduo tinha de impor a coerção, segundo a compreensão de Ibarê Dantas (1987) em *Coronelismo e Dominação*. Tantos reducionismos e generalizações acerca do fenômeno parecem ter feito com que os sociólogos Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Marcos Vinícios Vilaça (1978) em *Coronel, coronéis* chamassem de coronéis os políticos nordestinos da década de 1960. O próprio Victor Nunes Leal temia o retorno do coronelismo à cena política brasileira na década de 1940 (LAMOUNIER, 2001).

Certamente que estes modos diferentes de conceber o fenômeno do coronelismo se relacionam com tradições historiográficas outras, fundadas em maneiras diferentes de compreender a realidade brasileira. Não se pode desconsiderar tal dado. Antes, porém, é preciso situar estes autores e seus discursos em seus respectivos lugares de produção.

A relação entre o fenômeno político do coronelismo e a estrutura familiar brasileira como compreende Queiroz liga-se à tradição “feuda-

lista” (CARVALHO, 2005, p. 140) cujo maior representante é Nestor Duarte (1987) e sua obra *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de 1939. Este autor contrapunha a ordem privada, fundada na família patriarcal, ao Estado, que “há de resignar-se e viver dela e a apoiá-la” (DUARTE, 1987, p. 71). Cavando um pouco mais a fundo, encontramos a mesma interpretação em Oliveira Viana (2005) em sua obra de 1920, intitulada *Populações Meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses, mineiros* que entende ser o latifúndio monocultor o centro de gravitação da sociedade brasileira, cuja dispersão em “clãs rurais” centrados no poder patriarcal (o senhor da terra) exercido em latifúndios autossuficientes determinou a nossa única forma de associação que, invadindo a dinâmica urbana, torna as “outras formas de solidariedade social e política os ‘partidos’, as ‘seitas’, as ‘corporações’, os ‘sindicatos’, as ‘associações’, por um lado; por outro, a ‘comuna’, a ‘província’, a ‘Nação’”, em “entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias” (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 345).

A obra de Victor Nunes Leal, portanto, rompe com esta tradição ao enfatizar o latifúndio e o contexto da estrutura socioeconômica precária em que a República nasceu como responsável pela dependência dos eleitores em relação aos proprietários rurais. Assim, concebe o coronelismo como uma relação de dependência entre o poder privado decadente (representado pelos coronéis) e o poder público (o Estado) paulatinamente fortalecido – na medida em que centraliza estruturas administrativas antes nas mãos dos poderes locais: o processo eleitoral, o orçamento, o monopólio da violência, a distribuição da justiça etc.

Entretanto, a tradição feudalista continuaria viva em Queiroz, como já foi visto e, posteriormente, em 1979, em Eul-Soo Pang, o qual fundamenta o poder do coronel dentro da organização da família extensa, ou o clã, cuja forma de poder era o patriarcalismo, contrapondo-a ao Estado. Nas décadas de 1960 e 1980, esta mesma organização familiar seria utilizada para explicar o exercício de poder na estrutura familiar brasileira. É deste modo que os textos de Vilaça e Albuquerque, datados de 1965, e de Dantas, de 1987, buscam explicar o fenômeno transpondo-o, inclusive, para além das barreiras da Revolução de 1930. Este último autor chega a apresentar quatro fases para o coronelismo: 1900-1930, 1930-1945, 1945-1964 e de 1964 em diante (DANTAS, 1987) – curiosamente a datação dos marcos temporais para as diferentes experiências republicanas do Brasil.

Como era de se esperar, essas produções historiográficas influenciaram a maioria das análises que versaram sobre a Primeira República e, por conseguinte, o coronelismo em Mato Grosso. O paternalismo,

a imposição da coerção, o patrimonialismo, o personalismo, o clientelismo são referenciais e conceitos recorrentes e que se esforçam em explicar, principalmente, o controle eleitoral por parte dos coronéis, o uso da violência como *modus operandi* do mundo político de então, o uso do público em benefício próprio etc.

Assim, a tese de Valmir Batista Corrêa (1981) *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, defendida em 1981, compreende o uso da violência, se não como única prática política possível, no mínimo como a predominante para o período. Toma-a, inclusive, como alternativa econômica de sobrevivência para bandos armados e coronéis, cujas indenizações eram pagas pelo Estado (CORRÊA, 1981, p. 62). Este ponto de vista apenas naturalizou o aspecto violento como característica peculiar à população mato-grossense por ele estudado.

Maior ênfase nas atividades econômicas da elite política mato-grossense teve Manuela Renha de Novis Neves (1998) em sua dissertação de mestrado de intitulada *Elites Políticas Matogrossenses: competição e dinâmica partidário-eleitoral (1945-1965)*, defendida em 1988, publicada, em 1998, como livro sob o título *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. E, muito embora, não trate especificamente do período da Primeira República, mas do período compreendido entre 1945 e 1965, Neves se baseia no processo de formação e consolidação da oligarquia mato-grossense que, segundo a autora, se encontra nos embates violentos de fins do século XIX e início do XX. Em sua análise é insistente a afirmação da preeminência da facção açucareira sobre outros grupos econômicos ligados a atividades rurais ou urbanas, principalmente comerciais (NEVES, 1998, p. 83). Para a autora, o único momento de cisão dessa “facção açucareira” seria durante a “Revolução de 1906”, quando “boa parte do apoio usineiro vai para a Coligação” (NEVES, 1998, p. 99) – partido político liderado em Mato Grosso pelos irmãos Joaquim e Manuel Murinho e o coronel Generoso Ponce, cuja ação armada culminou, em julho daquele ano, na morte do então presidente do estado coronel Antônio Paes de Barros, também conhecido como Totó Paes.

De maneira diferente que os dois autores acima, a tese de doutoramento de João Edson de Arruda Fanaia (2005) *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*, defendida em 2005, trata o período de maneira bastante abrangente, evitando os reducionismos socioeconômicos anteriores. Neste trabalho, Fanaia analisa (numa análise que vai além da prática da violência, mas engloba, por exemplo, o clientelismo e as alianças no âmbito estadual e nacional) as várias estratégias utilizadas pelos atores políticos de Mato

Grosso envolvidos nas disputas do campo político no Estado durante o período estudado. Contudo, em meu ponto de vista, o trabalho peca em se prender ao universo da elite política e suas práticas, sem tocar nas relações entre os chefes políticos locais e o eleitorado, as forças paramilitares e as mobilizações de homens armados (o que não foi raro e, guardada as proporções da população de Mato Grosso, chegou aos milhares). Embora, trate do clientelismo, todavia, sua principal contribuição foi a percepção da existência do espaço do *consenso*, ou acordo, entre os membros desta mesma elite política analisada pelo autor.

De qualquer maneira, foi preciso manter o constante diálogo com estas produções historiográficas, seus “lugares”, seus objetos, suas pertinências, para a elaboração de novos questionamentos e a definição de diferentes estratégias para solucionar tais questões (CERTEAU, 2000, p. 76). Deste modo, conceituar um fenômeno social, político e, por que não, econômico que foi característico da experiência republicana brasileira e produziu todo um imaginário social que perdura até os dias atuais, exigiu novas problemáticas para respostas novas que fugisse dos reducionismos que identifiquei.

Para tanto, parti da instituição que deu nome ao fenômeno, a Guarda Nacional, escapando, pois, das principais manifestações do coronelismo: o controle eleitoral e a mobilizações de homens armados. A escolha não foi à toa: todos os estudos aqui mencionados, com exceção de Victor Nunes Leal, que a menciona superficialmente, ignoram sua influência em reforçar, desde a década de 1850, uma cultura política personalista. É forçoso salientar que a única explicação possível para o ostracismo que a Guarda Nacional sofreu por parte dos estudiosos da Primeira República se deveu ao trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Esta autora assinalou que o termo coronelismo adveio da maior patente dessa milícia e que a mesma foi extinta pouco anos após a Proclamação da República, quando, na verdade, sobreviveu por 29 anos à queda do Império.

Por isso, é sabido que toda carreira política desse período teve início em suas fileiras, ou através dela se consolidou. É claro que a milícia “cidadôa” ou cidadã, como ficou conhecida, não era o único meio para que um indivíduo galgasse as mais altas carreiras no mundo político. Por isso não ignorei as atividades jornalísticas, as relações familiares (o sangue sempre contava muito) as amizades, as posses de bens de fortuna – tão relevantes nos autores já citados, mas que foram considerados, como demonstrei, quase que isoladamente.

Foram estes questionamentos e dados importantes que me direcionaram para um tipo específico de fonte de pesquisa: os periódicos.

O ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO E OS PERIÓDICOS

O Arquivo Público de Mato Grosso, criado como Arquivo da Secretaria da Presidência, a 16 de abril de 1896, pela resolução n. 153, guarda em suas prateleiras um acervo que abrange três séculos de memória administrativa que vai do Império português e suas questões de fronteira com terras hispânicas, chegando até os dias atuais. São milhares de documentos nos mais diferentes suportes: manuscritos, periódicos, fotografias, microfilmes, negativos, diapositivos. São quilômetros de vidas, suas vozes e silêncios. Arlette Farge (2009, p. 12) nos desafia: “Seria possível ler uma estrada, ainda que de papel?”

De modo algum, um arquivo deve ser encarado como um lugar neutro. Começa pelas circunstâncias que fizeram com que estes traços de vidas que nele aparecem se pronunciassem; passa pelo modo como foram fixados em diferentes tipos de registros em diferentes suportes e seus usos recorrentes (documentos oficiais da administração, policiais, médicos, cartoriais, judiciários, jornais, iconográficos etc.); passa ainda pela seleção do arquivista, crivado pelos critérios de seu tempo, exigências de seus superiores, das ideologias do Estado, dos silenciamentos de seus embates, além das condições de preservação a que estão submetidos os documentos; finalmente, encontra pesquisadores, como nós, historiadores, interessados em acordar os “mortos” do seu “descanso” em alguma prateleira, cheio de questões, pertinências, vivências, interesses próprios e sociais. Contudo, limitando qualquer pesquisa em arquivo, o que é permitido vislumbrar por entre estes papéis não é senão um momento que foi cristalizado em palavras, como escreve Farge (2009, p. 32), ou congelado, segundo um filtro cultural (o olhar do fotógrafo), em imagens - esta “segunda realidade” indiciária de uma “primeira realidade”, como diz Boris Kossoy (2001, p. 50).

Assim, quando subo a pequena escadaria em sua sede atual num prédio em estilo *art déco*, inaugurado, em 1941, pelo presidente Getúlio Vargas, ao lado de outras obras ditas “oficiais”, o que tenho em mente sobre o Arquivo é o caminho que irei percorrer por entre vestígios de vidas que não dizem tudo, mas enunciam uma falta. É a partir desta falta que toda pesquisa em arquivo se inicia, se limita e se organiza (FARGE, 2009, p. 58). Farge (2009, p. 65) nos fala de despojamento; Michel de Certeau (2000, p. 81) em separar. É nesse processo que o historiador retira das prateleiras esses objetos dispostos em suportes variados e, deles, produz “documentos”, organizando-os

de outra forma segundo seus critérios e necessidades. Cria, pois, o seu material, ao recortá-lo e recombiná-lo, destinando-o ao um reemprego coerente. Desta operação não se isenta a técnica; pelo contrário, ela se faz presente (CERTEAU, 2000, p. 81).

Início minha pesquisa pela separação. Busco em meio a tantas vozes os vestígios da Guarda Nacional e os encontro principalmente nos periódicos. Salpicadas aqui e ali, notícias de nomeações, de promoções, de ordem do dia, de convocações, de “revoluções”. Essas notícias esparsas não dizem tudo, apontam para outros vestígios. Delas entreveem-se os coronéis comandando os batalhões, os esquadrões e os comandos superiores dos municípios de Mato Grosso.

Os periódicos têm dupla vantagem sobre outros tipos de documentos: seu suporte não modificou em pouco mais de um século, sendo o mais comum o formato *standart* (entre 60x38 cm e 75x60cm), mas também o formato tablóide (38x30cm); sua periodicidade elástica e seu padrão de conteúdo organizado em editoriais e seções facilitam a formação de extensa série documental. Nestas páginas, mormente os partidos políticos travavam seus embates, através de articulistas apaixonados. Com exceção da folha governamental *Gazeta Oficial*, fundada em 1890, as restantes foram criadas e mantidas pelas efêmeras legendas políticas e tinham a função de divulgar as ideias emanadas por seus principais líderes políticos.

Era uma imprensa de “opinião”, cujo conteúdo apaixonado se dirigia a um público selecionado (seus correligionários), muito mais preocupado em atacar adversários do que em informar (ZICMAN apud ESPIG, 1998). Um contemporâneo ainda anônimo já havia constatado essa característica, em 1890, afirmando que, através dos jornais, pouco se importava “as discussões abstractas e philosophicas”, mas, isso sim, “em descobrir defeitos physicos ou domesticos em seos adversarios, e muitas vezes a ivental-os mesmo” (ESTUDOS..., 15 nov. 1891, p. 3).

Por isso mesmo, é possível uma história por meio dos periódicos, entremeando seus discursos de modo a tocar na cultura política da época. Em outras palavras, trata-se de compreender esse conjunto de códigos e referências simbólicas presentes em um partido político, em uma família ou em uma sociedade, sem que isso signifique reduzi-la a uma ideologia ou a uma tradição, caracterizando-se por seu caráter plural. (BERSTEIN, 1998, p. 350)

Destarte, como com qualquer outro documento, é preciso tomar cuidado com as motivações das notícias, os significados que os discursos adquiriram, a sua linguagem – sem nunca perder de vista o grupo

responsável pela linha editorial e o público a que se destina. No caso dos periódicos mato-grossenses, as relações diretas com os partidos locais, bem como por seu conteúdo fundamentalmente político, fizeram dos periódicos que circularam em Mato Grosso durante a Primeira República uma fonte privilegiada. (DE LUCA, 2006)

Na Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso estes periódicos se encontram organizados em caixas, microfilmados, ou ambos, sempre ordenados por data. Muitos estão encadernados; outros repousam em grandes folhas papel que os protegem das agressões externas. Ocupam todas duas salas imensas na “Gerência de Atendimento”. Perfilam-se em armários de aço ou em arquivos deslizantes – inovação tecnologia cujo objetivo é ocupar o mínimo de espaço possível. Mas meu olhar é impassível. Embora possa escapar, aqui e ali, meu olhar se concentrou na Primeira República brasileira.

Foi grande o número de periódicos, principalmente hebdomadários, que circulou em Mato Grosso entre 1889 e 1930, na capital ou em suas principais cidades e vilas. Entretanto, é necessário refinar. Concentrei-me nas discussões das folhas de Cuiabá, capital do Estado, portanto, seu centro político e econômico. Isto é demonstrado pela reprodução de notícias do interior, além das notícias nacionais e internacionais coletadas no porto da cidade. Assim, enumero estes jornais: *O Matto-Grosso*, fundado ainda no Império, e que, durante a Primeira República, foi órgão do Partido Republicano, circulando até 1935 e pertencente a Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calháo (MENDONÇA, 1971, p. 38-9); o *Quinze de Novembro*, fundado por membros do Partido Republicano Nacional, cuja derrota nas armas, em 1892, para seus adversários políticos do Partido Republicano ditou-lhe a curta duração e a quase ausência de referência, a não ser pela republicação de alguns artigos pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1926; *A Reação*, fundado pelo coronel Generoso Ponce quando do seu autoexílio no Paraguai, para servir de voz à sua oposição ao governo do presidente Antônio Pedro Alves de Barros, circulando de 1902 a 1903; *O Estado*, folha pertencente ao Partido Republicano Constitucional e que, por ser situacionista, circulou enquanto seus financiadores estiveram no poder, entre 1900 e 1905; *A Colligação*, fundado e mantido pelos partidários da Colligação Matogrossense cuja existência pautou-se pela curta vida de sua legenda mantenedora; *O Republicano*, fundado pelo Partido Republicano Conservador e que circulou de 1917 a 1930; finalmente, *A Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, fundado por Antonio Maria Coelho quando governador do Estado como folha de

editais e notícias oficiais da administração pública estadual e federal, e que circulou até os dias atuais como *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, inclusive em meio digital.

A REPÚBLICA EM MATO GROSSO ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS

Massa documental considerável, embora não englobe todos os periódicos circulantes em Mato Grosso, tampouco do Brasil. Este o limite imposto por essa documentação: os jornais, no Brasil, têm essa característica localizada devido à extensão geográfica e ao alcance de suas notícias. Embora o coronelismo tenha sido um fenômeno nacional, é imperativo se contentar em recolher aqui e ali seus retalhos – retalhos estes que nos dizem muito mais que apenas notícias de um sertão distante.

É possível encontrar neles o coronel “vulgar” da historiografia nacional que ignorou sua complexidade atribuindo-lhe a pecha de fazendeiro manipulador de eleições e “dono” da chave do cofre de municípios falidos. Entretanto, embora existam esses tipos clássicos, encontramos outros diferentes: o coronel Generoso Ponce, por exemplo, que foi comerciante e galgou as mais altas patentes da Guarda Nacional graças às suas relações com o chefe político dos liberais, à época do Império em Mato Grosso, o Barão de Casalvasco, e também sócio na casa comercial Firmo & Ponce. Se até 1889, Ponce foi apenas um capitão da milícia que havia conquistado por duas vezes a deputação provincial (1872 e 1889), sem nunca ter sido indicado para qualquer cargo político nacional, a partir da República, seus horizontes políticos se ampliam elegendo-se indiretamente como vice-presidente de Mato Grosso em 1890, senador para duas vezes (senadorias de 1894-1898 e 1898-1902) e para a presidência do Estado, que ocupou entre 1907 e 1908, quando se retirou para tratar da debilitada saúde (PORTELA, 2009, p. 37). É preciso, no entanto, acompanhar sua carreira na milícia cidadã. Por isso, não se deve ignorar que, entre 1889 e 1890, Ponce passa de capitão a coronel e, depois, num salto proporcional à sua trajetória política, a comandante superior da Guarda Nacional em Mato Grosso.

Deste modo, deve-se ficar atento aos Editais dos jornais que publicavam notícias das trocas de comandos superiores da Guarda Nacional. Seu comando era a chave para o domínio político em todo o Estado. Além disso, é nesses mesmos editais que veremos outros oficiais serem nomeados para as mesas eleitorais. Eram tenentes-coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes. Nessas mesas, a maioria de capitães é o

indício da manipulação: era esta a patente que comandava a menor unidade da Guarda Nacional, os esquadrões ou companhias. Estavam, portanto, mais próximos dos guardas nacionais que, obrigatoriamente, eram eleitores, de acordo com a legislação da época (PORTELA, 2009, p. 69-70). A partir deste dado, chega-se à conclusão de que o controle da milícia era fundamental para o controle das eleições.

É uma explicação plausível para um grande número de nomeações para sua alta oficialidade todas as vezes que uma situação política era derrubada e substituída por outra. E é através desse jogo de nomeações e demissões que o apoio do Governo Federal a um grupo político nos estados a despeito de outro funcionava, já que competia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores tais nomeações.

Fica claro aqui, que o fenômeno do coronelismo não se tratava apenas do simples falseamento de atas eleitorais, ressurreição de defuntos, duplicação de eleitores etc. Estes “motes” existiam desde o Império e continuarão a existir mesmo com as modernas urnas eletrônicas. Tampouco se tratava do simples controle eleitoral por algum indivíduo ou família em relação aos seus dependentes, pois esse controle ainda existe. Muito provavelmente estas caricaturas pintadas ao longo dos anos acerca de um folclórico “coronel” tenham feito com que muitos pesquisadores chegassem a identificar o fenômeno na década de 1960; ou ainda, com a expansão dos meios de comunicação no Brasil, mencionar um “coronelismo moderno”, cujos coronéis não são (apenas) donos de fazendas, mas de emissoras de televisão.

Entretanto, se o Brasil da Primeira República é um país agrário, e Mato Grosso não destoava dessa realidade, pode-se naturalmente afirmar o poder desta elite agrária sobre o mundo político. Dados não faltam para que esta suposição seja sustentada. O alistamento eleitoral de Cuiabá, em 1894, e publicado na *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, de 29 de maio a 13 de setembro daquele ano, entre os números 591 e 638, respectivamente, sempre na seção “Editaes” da “Gazeta Oficial”, o demonstra. Assim, dos 1.943 eleitores alistados, 45,14% exerciam atividades agropecuárias, 20,74%, comerciais, 17,81%, ofícios mecânicos, 14,57% serviços públicos (entre civis e militares) e 0,98% distribuíam-se entre profissões liberais, industriais e eclesiásticas, restando 0,77% para aqueles que não declaram nenhuma atividade.

Mas os fenômenos não devem ser analisados tão superficialmente. Primeiramente, a hegemonia das elites agrárias é explicável, como bem assevera Renato Lessa em seu ensaio *A invenção Republicana*, pela inexistência de outra elite capaz de ocupar o governo (LESSA,

1999, p. 19). Outro ponto relevante é o federalismo, implantado a partir de 15 de novembro de 1889. Através dele, o Brasil passou a dar visibilidade ao que antes não enxergava: o país real, agrário, dominado pelas “notabilidades de aldeia” ou por aquilo que Zacarias de Góis denominou de “segunda ordem” (CARVALHO, 2003, p. 399), distribuída nas vinte unidades federativas que formavam a jovem República brasileira.

O problema reside na ausência de partidos nacionais ocasionada pela dissolução dos partidos Liberal e Conservador, em 1889. Isto explica a quantidade de partidos nascidos nos estados, a partir de então; explica ainda a quantidade de periódicos a serem pesquisados – porta-vozes que eram destas legendas efêmeras.

Nestas fontes podemos escutar a voz de outro articulista anônimo que, em 1890, definiu a república como sendo “o governo do povo pelo povo”, e não “de um ou outro grupo político” (ASSEMBLÉA..., 19 jul 1891, p. 1). É uma citação de parte do famoso discurso de Gettysburg de um sintético Abraham Lincoln, em novembro de 1863, em plena guerra civil em seu país. Difícil adequação das duas situações, pois, mesmo se tratando de momentos difíceis como a guerra civil que enfraqueceu os EUA e a falta de uma rotina institucional que a nascente República brasileira enfrentou entre 1889 e 1898 (LESSA, 1999), os resultados foram distintos: lá, consolidou-se uma democracia representativa tendo como filtro dos interesses particulares os partidos de âmbito nacional; no Brasil, a solução instituída durante o governo Campos Salles (1898-1902) permeou o reconhecimento daquilo que Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, chamou de “distribuição natural do poder” (FAORO, 2000, p. 172; LESSA, 1999, p. 30). Em outras palavras, o Governo Federal reconhecia quem mandava em cada estado, não importavam os meios, em troca de deputados e senadores “dóceis” para votar o orçamento e não atrapalhar o andamento administrativo. A isto se chamou “política dos governadores”. Para todos os efeitos, esta foi a fórmula institucional mais duradoura no Brasil República: de 1898 a 1930, apenas o parlamentarismo às avessas do Império consumiu mais tempo (LESSA, 1999).

O que dizer, portanto, da fé do nosso articulista na República? Ela foi traída? Analisando outros tantos artigos, assevero que sim. Preponderou uma democracia com baixa taxa de participação popular em governos estaduais, cuja existência pressupunha a ausência de oposição, ou, ainda, a perseguição a seus membros. Isso é demonstrado pelo que se pode ler na capa do jornal *A Reacção* e que intitula este artigo: “Publica-se no Paraguy por falta de garantias no Estado”; e pelo grau

de comparecimento da população nas eleições. Embora os dados sejam escassos, pois nem todos os resultados foram publicados e encontram-se dispersos, e levando-se em consideração os limites da legislação da época (exclusão do voto feminino, do analfabeto, dos guardas de pré etc.), a maior taxa de participação ocorreu em Cuiabá, em 1930, nas eleições para a Presidência da República, com 7,79% da população votando. Para o estado de Mato Grosso de modo geral, os números apontam para as eleições para uma vaga de deputado federal, em 1895, quando 3,50% da população votaram. (PORTELA, 2009, p. 113-4)

Em Mato Grosso, mesmo que tenha sido adotado o voto cumulativo, ou livre, cujo objetivo era a representatividade das minorias, o que se viu foram eleições de legislaturas completamente governistas. Isso foi observado pelo coronel Generoso Ponce e pelo Dr. Antônio Corrêa da Costa ao comentarem as eleições para deputados federais em 1903, no já citado jornal que fundaram no autoexílio do Paraguai, *A Reacção*. Segundo eles, “diversos órgãos da imprensa [diziam] que o novo governo esforçar-se-há por obter a representação das minorias, dando assim uma valvula ao sentimento da opposição”. Contudo, reclamam, “como se há de conseguir que as opposições regionaes enviem um delegado seu ao Congresso senão por tolerancia dos governadores, com prejuizo de um dos muitos amigos, cuja dedicacão precisa ser recompensada?” Para os dois exilados “este appello aos governadores embora bem intencionado, revela claramente a situação do eleitorado e a sua absoluta falta de liberdade política” (PONCE & CORRÊA DA COSTA, 10 jan. 1903, p. 1).

Mas e o povo? Embora silenciado durante os pleitos – silêncio imposto pela composição das mesas eleitorais – também, ao seu modo, participou da política. A cada mudança de governo, como nos tempos idos do Império, lotava as portas das repartições públicas atrás das nomeações aos cargos públicos, numa prática que estava longe de ser a da cidadania (exercício contínuo dos direitos individuais e políticos). Ao contrário, exerciam aquilo que tão bem definiu José Murilo de Carvalho (1996) como *estadania* (a busca do atendimento dos seus interesses privados em troca da fidelidade aos governos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os próprios periódicos trazem o silenciamento dos coronéis. Abundantes estes nas composições das mesas eleitorais até 1911, quando foram realizadas eleições para presidente e vice-presidentes do Estado, a falta de patentes que antecederiam os nomes dos componentes para os mesmos pleitos de 1918 deixam uma pista. (PORTELA, 2009, p. 70)

A Guarda Nacional foi concebida em 1831 como a afirmação de uma elite civil sobre o suspeito Exército Imperial no contexto de abdicação de D. Pedro I. Permeava-a o mesmo ideal liberal de sua congênere francesa da “nação em armas” (CASTRO, 1977, p. 275). Durante o Império conviveu em curto espaço de tempo com as possibilidades de uma ascensão social impensável até então, quando a escolha democrática para seu oficialato permitiria que alforriados e pobres pudessem comandar membros da elite brasileira. Este estatuto foi alterado em 1850, com a Lei 602, de 19 de setembro, quando seu oficialato foi aristocratizado e a milícia cidadã passou a ser utilizada como força eleiçoeira.

Seu caráter eleiçoeiro perdurou até seu ocaso. Contudo, antes de ser extinta, essa força eleiçoeira encontrou no federalismo extremado da República, na ausência de partidos nacionais (e seus filtros aos interesses privados) e na “política dos governadores” a melhor maneira para utilizar a hierarquia de seus batalhões – que não destoava da hierarquia social de então – para manipular as eleições e manter situacionismos no poder, ou mesmo para derrubá-los, quando utilizados no campo de batalha das “revoluções”.

Seu fim, ao que tudo indica, foi perseguido por seu começo. Por quase 87 anos foi considerada uma força militar importantíssima para a defesa da Constituição e da ordem nacionais – força concorrente do Exército. Em 1918, o decreto 12.790, de 2 de janeiro, a declara Exército de 2.^a linha subordinada, agora, ao Ministério da Guerra. É o fim das trocas de suas oficialidades apoiadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Entretanto, em jornal algum uma nota sequer foi emitida em sua defesa. Seus coronéis parecem ter se retirado “à francesa” da vida política brasileira. Esta falta deixou em evidência o *consenso*, ou acordo entre os membros desta elite política (SANI, 2007, p. 240), que passou a perdurar, ao invés dos antigos movimentos armados. Em seu lugar, os partidos, sem coronéis com tropas à disposição, se entenderam acerca da posse, em 1918, do bispo D. Aquino Corrêa para a presidência do estado. Do mesmo modo, em 1921, a sucessão presidencial foi negociada nas “bases de um accordo que solucionasse sem pleito” a contenda (VARGAS, 19 ago. 1917, p. 2).

Por fim, sobreviveriam seus coronéis empunhando seus briosos uniformes sem tropa. Em 1930, com o fim do federalismo e, consequentemente, da “política dos governadores”, estes chefes militares já farão parte de um passado pouco democrático da história política brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis*. 2 ed. Brasília: EdUnB, 1978.
- ASSEMBLÉA constituinte. *O Matto-Grosso*, Cuiabá, 19 de Julho de 1891, n. 634, p. 1.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996, p. 337-359.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 130-153.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2000, p. 65-119.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. 1981, 216 f. Tese (Doutoramento em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC / Programa Editorial, 1987.
- DE LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-300.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Brasília: Ministério da Justiça, 1987.
- EDITAES. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso* de 29 de maio a 13 de setembro 1894, n. 591-638.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.
- ESTUDOS políticos, III. In: *O Matto-Grosso*, Cuiabá, Cuiabá, 15 de novembro de 1891, n. 651, p. 3.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (v. 2)
- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

- LAMOUNIER, Bolívar. Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 1. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001, p. 273-292.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. 2 ed. Goiânia: Rio Verde, 1971.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Vértice, 1998.
- OLIVEIRA VIANA. *Populações meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses, mineiros*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PONCE, Generoso & CORRÊA DA COSTA, Antônio. Tudo como dantes. In: *A Reação*, Assunção, Paraguai, 10 de janeiro de 1903, n. 20, p. 1.
- PORTELA, Lauro Virginio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira: Brasil republicano*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 154-190. (Estrutura de Poder e Economia, 1889-1930, 1)
- SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, v. 1. 13 ed. Brasília: EdUnB, 2007, p. 240-242.
- VARGAS, J. A última caetanada. *O Republicano*, Cuiabá, 19 de agosto de 1917, n. 71, p. 2.



RITMOS URBANOS: ESPAÇO E CONSUMO NA CUIABÁ 24 HORAS

URBAN RHYTHMS:
SPACE AND COMMERCE AT 24-HOURS CUIABÁ

Silvina Maria dos Anjos¹

Sônia Regina Romancini²

RESUMO: Este artigo é um estudo exploratório sobre espaço e consumo, realizado na cidade de Cuiabá-MT, que se destaca pela crescente urbanização e se consolida como capital na prestação de serviços regionais. Foram mapeados os espaços comerciais, enquanto atividade econômica e social, no que diz respeito ao impacto sobre o espaço, a paisagem e a dinâmica urbanas. Além disso, delineou as atitudes de consumo na cidade noturna a partir de uma pesquisa em três estabelecimentos comerciais que funcionam em três turnos de atendimento. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, além do estudo descrito que caracteriza os ritmos urbanos na perspectiva do espaço e consumo. As reflexões serão um contributo para compreender as novas articulações espaço-tempo nas metrópoles regionais.

Palavras-chave: Metrópole. Espaço Urbano. Comércio 24 horas. Consumo.

ABSTRACT: This article is an exploratory study of space and commerce at Cuiabá-MT, which is highlighted by the increasing urbanization and consolidates itself as the capital for regional services. Commercial areas were mapped, in the economic and social activity, with regard to the impact on space, landscape and urban dynamics. In addition, consumer behavior outlined in the city at night from a survey in three businesses that operates in three shifts. Literature and in field searches were conducted, and a study described that characterizes the urban rhythms in the perspective of space and commerce. The reflections will be a contribution to understanding the new joint space-time in regional cities.

Keywords: Metropolis. Cities Urban. Space 24-hours Commerce. Consumption.

1 Economista. Aluna do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMT, Professora do Unirondon. silvina-anjos@uol.com.br

2 Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. romanci@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A urbanização da sociedade é um fenômeno do século XX que ocasionou inúmeras transformações na produção, na distribuição, na troca, no consumo e nas relações sociais, imprimindo um novo modelo de vida urbana. São novas articulações espaço-tempo, ligadas a um novo conteúdo das relações sociais e ao modo de vida metropolitano, em que o ritmo incessante e efêmero, constituiu o discurso hegemônico das cidades que não param (SILVA, 2003, p. 21).

Este artigo é um estudo exploratório sobre espaço e consumo, realizado na cidade de Cuiabá-MT - uma cidade 24 horas, que mapeou as atividades comerciais em supermercados e hipermercados, bem como as atitudes de consumo nos comércios que oferecem serviços dia e noite.

Situada na área Centro-Sul do estado de Mato Grosso, encontra-se a capital Cuiabá, conhecida como cidade verde, com 70% do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e, de acordo com os primeiros resultados do IBGE-2010, sua população é de 551.350 habitantes.

Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá-CDL, dos 2.400 empreendimentos abertos no período de janeiro a abril de 2011 no município de Cuiabá, 40% deles são comerciais, o que faz da cidade a base da recém-criada Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, formando um aglomerado urbano próximo de atingir um milhão de habitantes (CDL, 2011, p. 1).

Considerada uma capital regional pelo IBGE, pois constituiu o terceiro nível da gestão territorial, ela exerce influência no estado de Mato Grosso e em estados próximos, não só pela localização estratégica, mas também por servir de entreposto comercial e polo de desenvolvimento da região Centro-Oeste.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram analisados três estabelecimentos comerciais de Cuiabá que oferecem serviços 24 horas (em três turnos distintos), considerando que, na perspectiva da Geografia, o estudo do consumo, sobretudo das atividades comerciais, possibilita ver a dinâmica da sociedade e o processo de (re)produção da cidade.

As pesquisas bibliográficas estão ancoradas nas definições propostas por Milton Santos (1982), Carlos Henrique Costa da Silva (2003 e 2006), Silvana Pintaudi (2004), Roberto Lobato Corrêa (1999), Ana Fani Carlos (2005 e 2007) Henri Lefèbvre (1991 e 1995), Cornélio Silvano Vilarinho Neto (2005) e Sônia Regina Romancini (2010) que discutem o espaço geográfico e suas inter-relações.

As pesquisas de campo foram realizadas no Extra Hipermercado, Supermercado Big Lar e Modelo a partir de um roteiro de entrevista, cujo interesse é conhecer os ritmos urbanos na perspectiva do espaço e consumo, para um público-alvo de agentes produtores e consumidores.

Para compreensão desse modelo de vida urbano, será utilizada a interpretação dialética proposta por Lefèbvre (1995) que permite um procedimento investigativo da realidade social em três momentos distintos: a descrição do visível, a análise regressiva e a progressão genética.

A descrição do visível será adotada para relatar a diversidade socioespacial do objeto de estudo. A análise regressiva será utilizada para especificar as temporalidades existentes e as inter-relações horizontais e verticais da complexidade do assunto. Por último, a progressão histórico-genética, que se denomina como a representação elucidativa, compreendida e explicada à luz da Geografia Humana (LEFÈBVRE, 1995, p. 103).

CONCEITOS GEOGRÁFICOS DE ESPAÇO, TEMPO E CONSUMO

A cultura do consumo na pós-modernidade e suas dimensões temporais assumem importância singular na Geografia Humana, uma ciência social que tem como objeto de estudo a sociedade e seus conceitos-chaves que guardam forte grau na inter-relação: espaço, tempo e lugar.

Compreendê-la requer inicialmente descrever e explicar à luz da Epistemologia da Geografia a importância deles enquanto espaço da sociedade humana, no qual as pessoas, ao mesmo tempo, produzem, constroem e vivem. É o espaço geográfico transformado que depende da natureza e do ser humano na produção e reprodução do espaço urbano.

Tradicionalmente, o conceito de espaço é um receptáculo de coisas, no sentido de área, com conjunto de fenômenos naturais, sociais e absolutos. Entretanto, essa nova concepção atrelada à geografia crítica, tem como base os pensamentos marxistas para a qual o espaço é definido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CASTRO et al., 2006, p. 15).

Nesse viés, Henri Lefèbvre (1991) descreve a cidade como local historicamente produzido pelo homem, à medida que organiza política e economicamente a sociedade, para além das relações de consumo e de produção do espaço urbano. Com lastro nas ideias marxistas, ele estabelece que o homem é o sujeito da sua história e as contradições

espaciais são em função do cotidiano das relações de troca e consumo – capital e consumo, ou seja, das relações capitalistas dos meios de produção (terra, capital e trabalho).

A releitura da cidade, pela ótica do espaço social de Lefebvre, permite compreender as contradições nas espacialidades e temporalidade do comércio 24 horas, através das quais a análise urbana ocorre em diferentes contextos, pois o homem se apropria da natureza para atender as suas necessidades imediatas de consumo, ao que esse autor chama de produção e reprodução da natureza e da sociedade.

Na mesma perspectiva, Corrêa considera a cidade como espaço urbano pelo conjunto de uso da terra, justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como:

[...] o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano. (CORRÊA, 1999, p. 1).

Assim a produção no espaço da cidade se dá a partir de vários agentes sociais que fazem e refazem a cidade, dentre eles se encontram os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais que se utilizam de estratégias e ações capitalistas para posicionar suas atividades comerciais em áreas e locais próximos às áreas do consumo (CORRÊA, 1999, p. 2).

Santos (1982, p. 71) acrescenta que a cidade corresponde a uma “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida derelações”. Nesse enfoque a cidade e as atividades econômicas têm uma perspectiva espacial e locacional, pois, à medida que oferece bens e serviços, atrai e concentra aqueles que deles dependem – os consumidores.

Por isso a cidade, ou seja, o espaço urbano é objeto de diferentes estratégias políticas e econômicas, sendo produto, meio e condição para a reprodução espacial. São agentes desse processo na cidade, segundo Silva (2003, p. 18), aqueles que integram o circuito da troca e da distribuição de mercadoria, isto é, as atividades de comércio, fatores primordiais para o surgimento das cidades e sua produção e reprodução.

As atividades comerciais são ligadas ao consumo. A palavra consumo significa o ato ou efeito de consumir; consumação, gasto, dispêndio; venda de mercadorias; rubrica - economia política: Fun-

ção da vida econômica que consiste na utilização direta das riquezas produzidas (MICHAELIS, 2009).

Considerando-se o sentido denotativo exposto, os espaços são organizados para apropriar as atividades de consumo tais como supermercados, hipermercados, *shopping*, lojas de conveniência entre outros. As atividades comerciais e de serviços passaram por inúmeras transformações ao longo do tempo e permanecem nas cidades, pois fazem parte dela, de sua natureza, são constitutivas do modo urbano (PINTAUDI, 1999 apud SILVA, 2001, p. 19).

Logo, desvendar o tempo do cotidiano é imperativo, pois é nele que as contradições da dinâmica da sociedade se apresentam com maior potência. Nas cidades metrópoles, o espaço geográfico é reproduzido ganhando ritmos e complexidades globais, oferecendo serviços e produtos na cidade que não para (PINTAUDI, 1999 apud SILVA, 2001, p. 21).

Em consequência dessa grande atividade, o ritmo do consumo na cidade 24 horas reflete uma nova dimensão de reprodução social do tempo e do espaço, adaptando este padrão às necessidades da sociedade. As novas articulações espaço-tempo, ligadas a um novo conteúdo das relações sociais e a um modo de vida metropolitano, em que o ritmo incessante e efêmero, constituiu o discurso hegemônico da sociedade (SILVA, 2003).

Ana Fani A. Carlos adverte que o ritmo urbano da cidade é instantâneo, em movimento e produzido pelo homem, por isso compreendê-lo significa entender “os modos” e o cotidiano dela, cujo ritmo alucinante é diferente do relógio biológico:

A grande metrópole “funciona” vinte e quatro horas por dia, o ritmo é diferente do ritmo do relógio biológico. O tempo aqui é diferente daquele do campo. O ritmo não é dado pela natureza, estações do ano, nem pelo clima. As cenas se sucedem em ritmo intenso e desumano. (CARLOS, 2005, p. 15).

Essa paisagem geográfica proposta por Carlos é a mesma concebida por Milton Santos como espaço geográfico cuja forma (sistema de objetos) exprime fixos e fluxos – os movimentos, a rede, a comunicação da relação do homem com a natureza (SANTOS, 1982), e que também foi transformada e reproduzida. Por conseguinte, essas dimensões são delimitadas pelo ritmo urbano, uma vez que

[...] o tempo e o espaço da vida cotidiana vão sendo invadidos por exigências que passam a organizar os momentos da vida

submetendo-os à repetição. Nesta direção, o uso do espaço, que comporta um emprego de tempo, vai se explicitando pela homogeneidade apoiada na medida abstrata (do tempo) que passa a comandar a vida social. (CARLOS, 2007, p. 52).

Como o tempo na cidade não para, está em movimento permanentemente, num ritmo contínuo, incessante e conseqüentemente estressante, então, revelam-se profundas contradições na vida metropolitana, que na perspectiva de Carlos (2007, p. 39), tornam “os dias infintos e sem noite”, isto porque a vida na cidade se realiza em sua multiplicidade, ininterruptamente e, de modo incansável, durante as 24 horas do dia.”

CUIABÁ: ESTRUTURA URBANA DE METRÓPOLE REGIONAL

Cuiabá foi fundada em 08 de abril de 1719, possui uma área total de 3.3538,17 km², distribuída entre a zona urbana e a rural: 254,57 km² e 3.283,60 km² respectivamente, para 551.350 habitantes (BRASIL, 2010). Está localizada na Depressão Cuiabana, com predominância de relevos de baixas amplitudes e com áreas urbanas cujas altitudes variam de 146 a 250 metros (PIAIA, 2003, p. 115).

Situada à margem esquerda do rio Cuiabá, forma uma conurbação com a cidade de Várzea Grande, cuja população total é de aproximadamente 800.000 mil habitantes, conforme Tabela 1 (Dados preliminares do IBGE, 2010).

Tabela 1 – Dados Populacionais Cuiabá e Várzea Grande

Cidade	População (Habitantes)		
	2000	2007	2010
Cuiabá	483.346	526.830	551.350
Várzea Grande	215.298	230.307	252.709
Total	698.644	757.137	804.059

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, e Primeiros Resultados 2010.

A estrutura urbana da cidade de Cuiabá foi organizada pela Lei n. 3.723, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o abairramento urbano dos 115 bairros da Capital, delimitados em quatro regiões administrativas: 10 bairros na Regional Norte, 33 na Sul, 48 na Leste e 24 na Oeste (CUIABÁ, 1997).

Nas regiões Sul e Norte da cidade, prevalecem as áreas de expansão urbana, como os condomínios horizontais nos bairros nobres e os projetos populares para comunidade de baixa renda.

Quanto à divisão administrativa, a cidade tornou-se a base da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), criada pela Lei Complementar n. 359/09, de 27 de maio de 2009, da qual também fazem parte os municípios de Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio de Leverger. Segundo o artigo 3º dessa Lei, a região atende aos critérios de metropolização que são:

I- dependência da prestação de serviços públicos e da utilização de equipamentos públicos dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, fatos que implicam no desenvolvimento regional;

II - vínculo socioeconômico exposto no deslocamento pendular da população no território metropolitano;

III - possibilidades de desenvolvimento integrado, por meio da complementaridade de funções. (MATO GROSSO, 2009).

Nessa perspectiva de metropolização, os municípios do entorno: Acorizal, Barão do Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste são inseridos nas políticas de prestação de serviços e totalizam aproximadamente um milhão de habitantes, visto possuir o mesmo complexo geoeconômico social (MATO GROSSO, 2009).

Devido a sua localização estratégica, Cuiabá é considerada como um polo de desenvolvimento da região Centro-Oeste. Em seus 292 anos de história, teve vários momentos de expansão urbana, principalmente a partir do século XX, face ao impulso desenvolvimentista da região Centro-Oeste de captação e distribuição de recursos para as áreas agricultáveis e expansão da bovinocultura no estado de Mato Grosso.

Segundo Vilarinho Neto (2009, p. 84), Cuiabá tem uma função estratégica, pois serve de entreposto comercial, drenando e abastecendo produtos e serviços para outros estados, especialmente da região Norte do Brasil. Sustenta ainda que em função disso, possui todos os problemas comuns às grandes cidades, com o acelerado processo de produção e reprodução do espaço urbano, mercantilização do solo e da moradia, deficiência nos meios de transporte coletivos, entre outros.

Pesquisa sobre os indicadores sociais dos municípios, realizada em 2007 pela Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN), em parceria com a Fundação Banco do Brasil,

evidencia que as empresas do setor terciário (comércio e serviços) representam 96,5% das empresas levantadas em Cuiabá, sendo 53% comerciais, 43,2% serviços; e as do setor secundário (indústrias) apenas 3,5%.

Do total de empresas levantado, 69,6% são legalmente constituídas e registradas e 30,4% atuam na economia informal. Da mesma forma, 92,3% das empresas são consideradas microempresas, 6,7% pequenas, 0,9% são médias e 0,1% são consideradas de grande porte.

Os dados de expansão comercial da cidade de Cuiabá expressam o momento econômico, principalmente pela iminência de sediar a copa do mundo de 2014, além de ser a porta de entrada da nova fronteira do agronegócio do Centro-Oeste. No ritmo de expansão, a cidade de Cuiabá mantém, segundo Romancini (2010, p. 5), um centro principal histórico, dotado de conteúdo simbólico e outras pluralidades de centros, incluindo sempre novas áreas e extensões fragmentadas principalmente em seu entorno.

CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO 24 HORAS

As atividades de comércio são categorizadas em duas áreas de *marketing*: atacado e varejo. O atacado inclui todas as atividades envolvidas na venda de bens ou serviços para aqueles que comprem para revenda ou uso industrial, exclui os fabricantes e agropecuaristas, por estarem basicamente envolvidos na produção. O *marketing* de varejo engloba todas as atividades de vendas de bens ou serviços diretamente para consumidores finais, para seu uso pessoal não relacionado a negócios (KOTLER, 1998, p. 511).

O IBGE segmenta o varejo em grupos de atividades cuja correspondência com o Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) são: combustíveis e lubrificantes; supermercados, hipermercados, produtos alimentícios; bebidas e fumo; tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e de comunicação; livros, jornais, revistas e papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico e, finalmente veículos e motocicletas, partes e peças; material de construção.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), na pesquisa mensal do comércio, o segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou uma variação de 1,9% ante o aumento do volume de vendas, em maio de 2011, sobre igual mês do ano anterior e também registrou o segundo maior impacto na formação da taxa do varejo (15%). Esse

desempenho foi influenciado pelo aumento do poder de compra da população, decorrente do aumento da massa de salários conforme pesquisa do IBGE (2011).

Como os percentuais demonstram, nos últimos anos o padrão da sociedade de consumo na sociedade brasileira sofreu transformações em função da renda e de suas relações de compra e consumo. Pesquisa de *O Observador Brasil* (CETEM, 2011), com 1.500 participantes distribuídos por 70 cidades brasileiras, nove delas em regiões metropolitanas, demonstra que a pirâmide de classificação econômica brasileira mudou. Verificou-se o aumento do consumo na classe C em 62%, e a redução de 49% nas classes D e E no período de 2005 a 2010, ocasionadas pelo aumento da renda média da população, impactando o padrão de consumo brasileiro.

Com a economia em expansão, os estabelecimentos comerciais a serviço do cliente é vasto e similar ao oferecido nas metrópoles mundiais. A Tabela 2 apresenta a diversidade de serviços 24 horas do comércio varejista que funciona em Cuiabá.

Tabela 2 – Estabelecimentos comerciais que funcionam 24 horas na cidade de Cuiabá

Bares e Lanchonetes	Hospitais, Policlínicas, Pronto-socorros e Maternidades
Borracharias	Laboratórios
Chaveiros	Lojas de Conveniência
Clínicas Veterinárias	Padarias
Distribuidora de Bebidas	Serviços de Guincho
Farmácias	Supermercados e Hipermercados
Funerárias	Táxis
Gelo	

Fonte: organizado a partir do Guia Mais (2011)

Na área de alimentação do comércio 24 horas, três estabelecimentos comerciais são destaque em Cuiabá: Extra Hipermercado e os Supermercados Big Lar e Modelo.

Nota-se na Figura 1 que, estando localizados em áreas de grande concentração e circulação de pessoas, tornam-se referências para a cidade e para seu entorno.

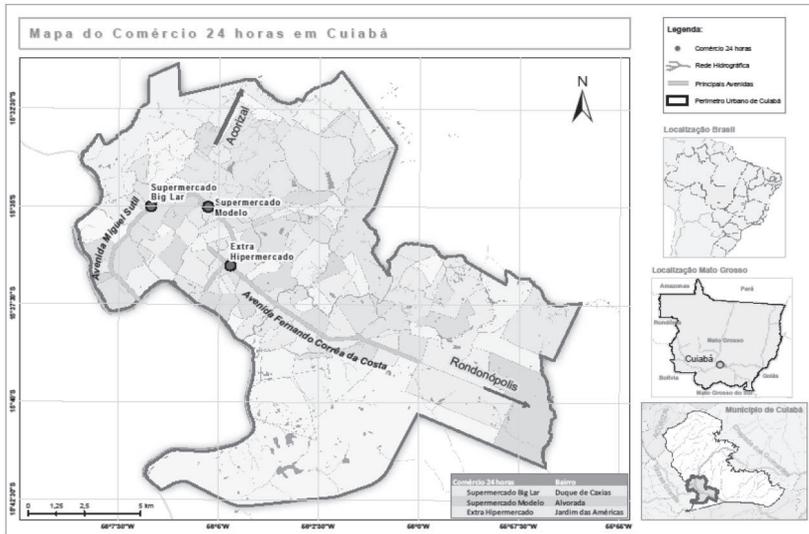


Figura 1: Mapa do comércio 24 horas em Cuiabá

Fonte: Cuiabá/PMC, organizado por Gilmar Acácio, 2011

O Extra Hipermercado pertence à rede de varejo Pão de Açúcar, com sede na cidade de São Paulo. Em 2010 iniciou um plano estratégico que consiste em transformar os hipermercados em uma das bandeiras da marca. A partir daí passaram a se chamar Extra Hiper. Conta com 118 lojas em 15 estados e no Distrito Federal (EXTRA, 2011).

Em Cuiabá, o Extra Hiper está localizado em área estratégica, na Avenida Fernando Corrêa da Costa, bairro Jardim das Américas, inaugurado no ano de 2010. O ponto de venda está instalado em uma área de 14 mil m² com estacionamento para 350 veículos, além de espaço comercial para seis pontos comerciais no interior da loja.

É o único hipermercado que funciona 24 horas por dia em três turnos distintos, característica da rede no Brasil. Além disso, oferece produtos de varejo em quase sua totalidade: alimentos, higiene, limpeza, eletroeletrônicos, cama, mesa etc.

Considerada a maior rede varejista de alimentos de Mato Grosso, a rede Modelo de supermercados e hipermercados atua no Estado desde 1984, com pontos de presença nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Tangará da Serra.

Atualmente possui três hipermercados, um atacado de auto serviço (*cash&carry*), um centro de distribuição, três distribuidoras que formam a ABS Logística e Distribuição (Alliance, Bom Dia e SOMA) e a Transportadora Modelo (MODELO, 2011).

Nos últimos anos está comprometida com os critérios do “comércio justo”, enquanto política de responsabilidade socioambiental, apoiando projetos que promovem o desenvolvimento sustentável.

A loja Miguel Sutil está localizada na Avenida Miguel Sutil (Perimetral), no bairro Alvorada, instalado em uma área de aproximadamente 5.000 m², com amplo estacionamento coberto. Oferece espaço comercial para farmácia, lanchonete, espaço para *cash dispenser*, além dos produtos comuns em lojas de varejo do ramo alimentício. Oferece três turnos de atendimento, de segunda a sábado durante 24 horas, aos domingos até meia-noite, reabrindo às 7 horas na segunda-feira.

Outro supermercado que funciona 24 horas é o Big Lar, localizado na Avenida Miguel Sutil, bairro Duque de Caxias. Instalado em uma das áreas mais valorizadas de Cuiabá, com área total de 16.600 m², amplo estacionamento coberto, três turnos de funcionamento, exceto aos domingos, quando fecha às 22 horas para reabrir na segunda-feira às 7 horas.

Os três estabelecimentos comerciais mantêm uma infraestrutura básica de atendimento, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Infraestrutura de atendimento por estabelecimento comercial

Estabelecimento Comercial	Gerente	Total Empregados	Total Empregados turno 24 h	Total Caixa	Total Caixa turno 24h
Supermercado Big Lar	1	410	26	17	4
Supermercado Modelo	1	150	20	19	3
Extra Supermercado	1	280	30	32	4

Observou-se que os estabelecimentos 24 horas seguem as características das metrópoles, pois estão concentrados em áreas e corredores comerciais mais valorizados da cidade. Carregam o discurso da mundialidade e do progresso, sendo referencial para os habitantes das cidades em seu ritmo incessante.

Não foi possível precisar a viabilidade econômica em manter o comércio aberto 24 horas, entretanto observou-se que os agentes produtores do espaço fazem questão de mantê-lo para não perder a competitividade, aproveitando os horários de menor fluxo para garantir as reposições de mercadorias nas gôndolas e a limpeza dos espaços internos.

O CONSUMIDOR NOTURNO

Para compreender as novas relações espaço-tempo na metrópole, utilizaram-se meios secundários fornecidos pelos estabelecimentos comerciais pesquisados (coletados com os gerentes dos estabelecimentos comerciais), bem como entrevistas realizadas com os consumidores noturnos do hipermercado e dos supermercados pesquisados.

Ao todo foram entrevistados 62 clientes nas três lojas 24 horas, sendo 22 no Big Lar e 20 em cada um dos outros dois (Modelo e Extra Hipermercado), em dias e horários alternados, principalmente de quinta a domingo, no horário de maior fluxo de clientes noturnos.

Sobre o perfil dos entrevistados, os dados apontam que 61% são do sexo masculino e 39% do feminino, assim distribuídos por faixa etária: 20 a 30 anos (26%), 30 a 40 anos (29%), 40 a 50 anos (16%) e acima de 50 anos (29%). Ressalta-se que no estudo foi verificado que os homens frequentam mais as lojas que as mulheres no horário noturno e que os mais idosos preferem o período da manhã.

Dentre as lojas visitadas percebe-se um movimento mais intenso de quinta-feira a domingo e, excepcionalmente, sexta-feira à noite, quando jovens, casais e solteiros costumam frequentar o comércio 24 horas para adquirir bebidas e gêneros alimentícios para a diversão noturna. Nos demais dias prevalece o atendimento de pessoas com faixa etária maior.

As entrevistas apuraram que 62% dos clientes realizam as compras no terceiro turno (a partir das 22 horas), sendo que os demais utilizam o horário noturno esporadicamente. Questionados sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, observou-se unanimidade entre os sujeitos da pesquisa quanto à facilidade e tranquilidade para comprar, sem filas nem congestionamentos de trânsito.

Quando perguntados sobre o por quê de estar na loja naquele horário, as respostas apresentadas variaram: “Facilidade, não tem filas”; “Tenho maior tempo para fazer compras”; “Saí do trabalho e aproveitei para fazer compras”; “Estou por necessidade, para comprar lanches, remédio, leite etc.”; “Estou reabastecendo meu comércio (lanchonete)”.

Observou-se que a falta de tempo, a necessidade de adequar o horário imposto pela profissão e o estresse da vida cotidiana são uma constante nas respostas dos sujeitos. Segundo Carlos (2007, p. 39), esse tempo refere-se à visão produtivista, quantificada a partir da generalização da racionalidade industrial, materializada em produtos e coisas do cotidiano social como o relógio e a agenda.

As formas que os estabelecimentos utilizam para produzir são evidentes e ganham força na relação global-local, como afirma Pintaudi:

As forma comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. Em suma, coletivamente as formas sociais dão ensejo à análise das diferenças. (PINTAUDI, 1999, p. 145).

No estudo percebe-se que os consumidores são favoráveis ao comércio 24 horas pelas facilidades e praticidade de atendimento. Alegam que Cuiabá não poderia ficar fora das novidades praticadas no mundo globalizado. Para Silva (2003, p. 20), as cidades “[...] são o elo entre a mundialidade que invade a todos os locais onde a vida se realiza, fazendo surgir estranhamentos e descompassos de ações.”

As contradições aventadas por Carlos (2007, p. 38) são evidentes, visto que nas cidades globais a reprodução do espaço urbano ganha forma em função dos novos padrões de produtividade que exige serviços modernos apoiados, conseqüentemente, numa nova divisão espacial do trabalho, cujas “metamorfozes” são decorrentes do próprio processo das relações sociais:

A mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase desapercibidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam passa a ser o lugar em que as pessoas “se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver” criando constantemente, “formas de ganhar dinheiro”. (CARLOS, 2007, p. 51)

Da mesma forma que o comércio 24 horas cria novas centralidades, foram evidenciadas na pesquisa que os clientes dos supermercados realizam deslocamentos para o consumo nos estabelecimentos comerciais. Nota-se, na Figura 2, que os clientes do supermercado Big Lar são em sua maioria de bairros do entorno e alguns distantes como Jardim Shangri-lá e da cidade de Várzea Grande.

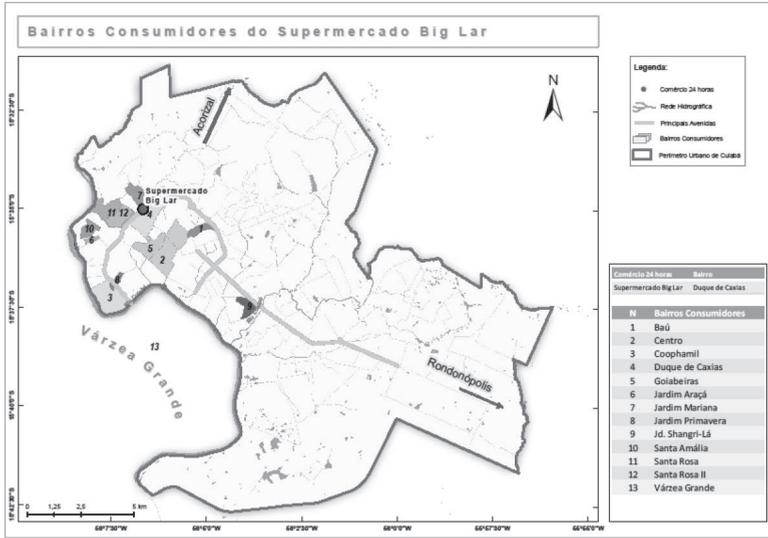


Figura 2: Bairros consumidores do Supermercado Big Lar

Fonte: Cuiabá/PMC, organizado por Gilmar Acácio, 2011

Situação semelhante ocorre com os clientes do Supermercado Modelo, cujos bairros consumidores são do entorno e alguns dos bairros distantes da localização do empreendimento comercial.

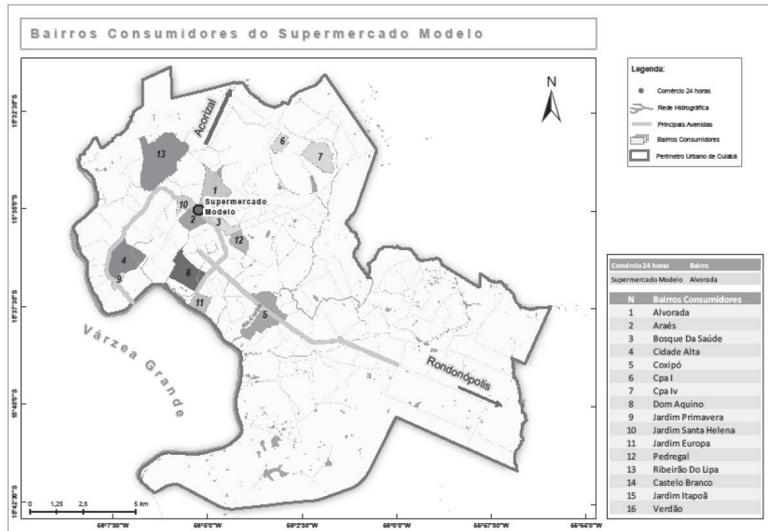


Figura 3: Bairros consumidores do Supermercado Modelo

Fonte: Cuiabá/PMC, organizado por Gilmar Acácio, 2011

Notam-se na Figura 4 alguns bairros consumidores do entorno, bem como vários de bairros distantes do Extra Hipermercado. Difere o padrão dos supermercados Big Lar e Modelo em função das características do Hipermercado, que oferece um leque diversificado de produtos, abrangendo um tipo de cliente que além de fazer a compra do mês, adquire presentes de aniversários, eletroeletrônicos etc.

Destaca-se ainda que os estabelecimentos estão instalados em bairros de classe média alta, como Duque de Caxias, Miguel Sutil e Jardim das Américas, vinculados aos consumidores que têm potencial de consumo em função da renda, conseqüentemente requer serviços e produtos diferenciados.

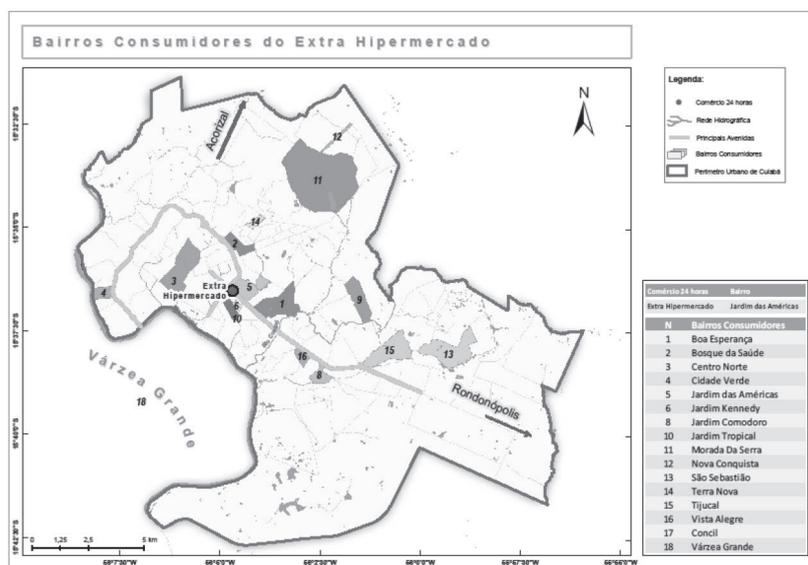


Figura 4: Bairros consumidores do Extra Hipermercado

Fonte: Cuiabá/PMC, organizado por Gilmar Acácio, 2011

Os dados revelam que as transformações no espaço geram novas centralidades como advoga Carlos (2007, p. 38), que redefinem o fluxo espacial do trabalho, isso porque nos momentos de produção geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer. Nas metrópoles o ritmo é acelerado, tempo “curto”, que impõe um novo padrão de vida cotidiana, como: morar em uma cidade, trabalhar em outra e exercitar atividades de lazer em outra completamente distinta, interferindo no modo de vida das pessoas:

[...] São as contradições na reprodução do tempo e do espaço urbano, novas centralidades e o esvaziamento de outras, em função dos novos usos como consequência das mudanças nos setores econômicos. É um ritmo que impõe novos padrões e formas de adaptação / apropriação dos lugares da vida. (CARLOS, 2007, p. 45)

As reproduções e contradições estão presentes também na relação de trabalho dos empregados do comércio 24 horas, que são obrigados a laborar num ritmo e tempo que contraria princípios biológicos e de convivência social. Em função disso, segundo Moreno et al. (2003), estão sujeitos à exposição de fatores psicossociais do trabalho que interferem nos processos saúde-doença, a exemplo do setor industrial. São compassos e distorções fruto do estilo de vida metropolitano materializadas no espaço da cidade do progresso que:

[...] Como o espaço é caracterizado pela coexistência de diacronias, descompassos, distorções entre ruínas antigas e produtos da técnica moderna, estamos diante de novas tensões e ao mesmo tempo nos deparamos com novas formas espaciais e novos usos interferindo no modo de vida. (CARLOS, 2007, p. 66)

Um dos gerentes de um dos estabelecimentos comerciais pesquisados afirmou: “trabalho há nove anos neste horário, estou acostumado”. Outros trabalhadores afirmaram que o fazem porque precisam para sobreviver financeiramente, porém, com frequência estão suscetíveis a problemas com a convivência familiar, com a família.

Não foi possível verificar a eficiência do comércio 24 horas, pois os dados de viabilidade econômica financeira não foram disponibilizados pelas empresas pesquisadas. Porém, visualiza que em Cuiabá o comércio é intenso até aproximadamente a meia noite; a partir daí o fluxo de pessoas é mais escasso, oportunidade para os estabelecimentos fazerem a reposição dos estoques e a limpeza mais profunda no interior da loja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a cidade de Cuiabá está inserida na nova morfologia urbana de cidades mundiais que oferecem serviços noturnos, isto é, oferece áreas de comércio e consumo ininterruptamente, 24 horas por dia, como verificado no Extra Hipermercado e nos supermercados Modelo e Big Lar.

Constatou-se que existe um movimento de reprodução do espaço dessa metrópole regional pelas diferentes técnicas e modos de venda

no espaço urbano, sobretudo pela singular competição estabelecida pelos agentes produtores no comércio da capital mato-grossense. E tais mudanças acarretam contradições na forma de reprodução desse espaço, conforme salientam os autores referendados no corpo do artigo.

Em Cuiabá a reprodução do espaço urbano ganha forma em função dos novos padrões de produtividade, da nova divisão espacial do trabalho, cujas “metamorfoses” são decorrentes do próprio processo das relações sociais, elementos marcantes do cotidiano urbano presentes no comércio 24 horas.

Além disso, há intenso fluxo e deslocamento dos consumidores, pois muitos entrevistados residem em bairros distantes dos oferecidos pelo comércio 24 horas de Cuiabá, interferindo nos hábitos de compra e consumo da sociedade, principalmente do ritmo da cidade.

Ressalta-se que o ritmo urbano do comércio 24 horas amplia o raio de atuação das empresas comerciais, pois agrega mais consumidor e ganha lugar na metrópole. Entretanto, quando se elabora o mapa dos estabelecimentos comerciais e os bairros consumidores percebe-se que estão concentrados em áreas mais valorizadas de Cuiabá que necessita de automóvel para deslocamento, sobretudo em horários em que o transporte público é deficiente, evidenciando as condições no espaço urbano.

Obviamente, a questão demanda reflexão aprofundada sobre o espaço, tempo e consumo nas metrópoles, bem como as respectivas formas de produção e reprodução no espaço urbano, ou seja, o assunto requer aprofundamento analítico para discutir e entender os modos de vida da cidade no seu ritmo 24 horas e também a avaliação do que essa modernidade representa para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano e os novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/Espaco_urbano1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2011.

_____. Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 2005. 104p.

CASTRO, Iná Elias de; & GOMES, Paulo César da Costa. & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CDL. Pesquisa CDL 2011. Cuiabá, 2011. Disponível em: <<http://cdl.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

CETEMEM. *O Observador Brasil 2011*. Publicação anual da Cetelem BGN Brasil. Barueri, Cetelem, 2011. Disponível em: <<http://www.cetelem.com>>.

- br/portal/Sobre_Cetelem/Observador.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- CUIABÁ. **Lei Municipal n.º 3.723 de 23 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a criação e delimitação dos bairros situados nas Administrações Regionais criadas pela Lei n.º 3.262/94. Executivo Municipal, Cuiabá, MT, 23 dez. 1997. Disponível em: <http://www.sglweb.com.br/camaracba5/lex_4print.lbsp>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- _____. *Dados do Sistema de Gestão de Administração Tributária* (GAT). Cuiabá, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- EXTRA. Tudo para sua família. Disponível em: <http://www.familiaextra.com.br/Historia.aspx>>. Acesso em: 20 maio. 2011.
- GUIA MAIS. Disponível em: <<http://guiamais.com.br>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Mensal do Comércio. Brasília, mai. 2011. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/pmc_201105caderno.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Administração de marketing**. Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 359, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Executivo Estadual. Mato Grosso, 27 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewComplementar.php?pagina=359>>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- MODELO. Modelo IGA. Disponível em: <<http://www.modeloiga.com.br/aEmpresa.php>>. Acesso em 20 jul. 2011.
- MORENO, Cláudia Roberta de Castro; FISCHER, Frida marina; ROTTENBERG, Lúcia. **A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas**. São Paulo Perspec. v. 17 n. 1 São Paulo Jan./Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100005. Acesso em: 20 jul. 2011.
- PIAIA, I. **Geografia de Mato Grosso**. 3.ed. rev. e ampl. Cuiabá: Edunic, 2003. 130p.

- PINTAUDI, Silvana. *A cidade e as formas do comércio*. In: CARLOS, A.F.A. *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- ROMANCINI, Sônia Regina. *Mudanças socioespaciais em Cuiabá: os condomínios horizontais fechados (prelo)*. Cuiabá, 2010.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SEPLAN. *Indicadores Sociais dos Municípios*. Cuiabá, 2007. Disponível em: <<http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/>>. Acesso em: 01 jul.2011.
- SINDUSCON. *Pesquisa de Mercado Imobiliário*. Cuiabá: 2010.
- SILVA, Henrique Costa da Silva. *O tempo e o espaço do comércio 24 horas na metrópole paulista*. 2003. Dissertação (mestrado em geografia). Rio Claro: 2003. FFLCH/USP, 2001, 283p.
- _____. C. H. C.da. Mundialização e Ritmos Urbanos: o comércio e o consumo 24 horas na cidade. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 20, p. 31 - 43, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/geosp20/Artigo_Carlos.pdf> Acesso em: 28 mai. 2011.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *A metropolização regional: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.



CRUCINA, DE JOSÉ DE MESQUITA

CRUCINA BY JOSÉ DE MESQUITA

Yasmin Jamil Nadaf¹

RESUMO: Pesquisa e transcrição de *Crucina (Ensaio sobre a mística do sofrimento)*, do escritor mato-grossense José de Mesquita, publicado em série no jornal católico *A Cruz*, de Cuiabá, em 1935. Escritor e intelectual profícuo, Mesquita deixou uma obra extensa e variada, nela reverberando um perfil conservador de mulher, e cujo modelo, pelo que se lê no citado Ensaio, espelhou-se em sua mãe Maria de Cerqueira Caldas. Cruzamentos genealógicos e dados históricos nos permitiram descortinar em *Crucina*, a heroína do texto, a verdadeira identidade da mãe biológica do autor.

Palavras-chave: José de Mesquita. Perfil de Mulher. Literatura, História. Biografia Mato-Grossense.

ABSTRACT. *Crucina's research and transcription* (Essay about the mystique of suffering), written by the mato-grossense writer José de Mesquita, published in series in the catholic newspaper *The Cross*, from Cuiabá, 1935. A valuable writer and an intellectual, Mesquita has left a varied and extensive production, reverberating in it the conservative profile of the woman and this model, as found in this essay, was based on his mother Maria de Cerqueira Caldas. Genealogical crossings and historical data allowed us to reveal in *Crucina*, the heroine of the text, the real identity of the author's biological mother.

Keywords: José de Mesquita. Woman's Profile. Literature. History. Mato-grossense biography.

1 Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa, pela Unesp, com Pós-Doutorado em Literatura Comparada, pela UFRJ. Publicou: *Sob o signo de uma flor. Estudo de "A Violeta", publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes - 1916 a 1950* (1993); *Rodapé das miscelâneas. O folhetim nos jornais de Mato Grosso - séculos XIX e XX* (2002); *Diálogo da escrita. Alagoanos na imprensa de Mato Grosso* (2003); *Presença de mulher: ensaios* (2004); *Machado de Assis em Mato Grosso. Textos críticos da primeira metade do século XX* (2006) e *Estudos literários em livros, jornais e revistas* (2009). yasminnadaf@terra.com.br. Site: www.yasminnadaf.com.br

SANTA FAMILIAR E MODELO DE MULHER

No período em que realizamos nossas pesquisas para o desenvolvimento da tese de doutorado, defendida em 2001 na Universidade Estadual Paulista/Campus de Assis, em um estudo, posteriormente impresso em livro com o título de *Rodapé das miscelâneas: O folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*, localizamos centenas de escritos – contos, crônicas, romances e ensaios publicados no folhetim da imprensa de Mato Grosso.

No afã do desenvolvimento da tese, alguns desses escritos foram reservados para uma leitura futura, em virtude dos seus aspectos curiosos e intrigantes. Dentre eles, situamos *Crucina (Ensaio sobre a mística do sofrimento)*, do escritor mato-grossense José de Mesquita*; um ensaio publicado em série no jornal católico *A Cruz*, de Cuiabá, no período que compreendeu os meses de março a julho de 1935.

Esse autor foi um dos responsáveis pelo maior volume da produção literária no Estado na 1ª metade do século XX e começo da 2ª metade do mesmo século, diversificando sua escrita entre crônicas históricas e folhetinescas, contos, poemas e romances, além de ensaios sobre temas diversos. Do ponto de vista estético, sua escrita ficcional distribuiu-se entre duas vertentes principais: uma, presa à forma e temas do Romantismo; outra, inovadora, no estilo do Realismo regionalista do final do século XIX, posto em voga pelos expoentes Valdomiro Silveira e Afonso Arinos. Nesta segunda forma discursiva, a expressão dos valores conservadores mesclou-se aos relatos do presente e do passado transpostos oralmente de geração a geração, enfatizando-se o tradicionalismo dos costumes, lendas, credences e tipos populares. Acompanham a divulgação desses temas o registro da paisagem, hábitos, festejos e linguajar local.

Com o aumento dos estudos sobre a literatura produzida em Mato Grosso nas unidades acadêmicas e com destaque para as análises em torno da obra desse autor, sentimos que era chegada a hora de nos debruçarmos sobre este texto, porque nele vislumbramos, desde a primeira leitura, informações relevantes para a compreensão de um tema de destaque em sua obra: o perfil feminino de excelência que Mesquita desenhou às suas personagens.

O referido Ensaio narra a vida de Crucina, de 1872, ano de seu nascimento, até 1922, ano de sua morte. Uma trajetória marcada pelo sofrimento e resignação através de sua fé imperativa a Deus; a perda dos pais; a transferência, ainda criança, para a casa do tio paterno; o curto casamento em virtude da morte do esposo vítima da *influenza* e as tristezas experimentadas no segundo casamento.

Instigou-nos sobremaneira a proximidade do autor com a história dessa personagem, que deixou pistas de que se tratava de alguém que fazia parte de seu convívio familiar. Seguindo essa linha de investigação e de posse das datas de nascimentos, mortes, referências parentais entre os personagens narrados, fomos descortinando essa teia até, finalmente, decifrarmos a verdadeira identidade de Crucina. Neste ponto, lembramos que Mesquita, salvo raras exceções, suprimiu nomes e sobrenomes dos personagens em torno de sua heroína, dificultando a descoberta de sua verdadeira identidade.

Anos de pesquisa se passaram, cruzamos datas e dados históricos citados no Ensaio com informações presentes nos estudos genealógicos de famílias mato-grossenses (vide texto abaixo), até concluirmos que Crucina é a mãe do próprio autor: senhora Maria de Cerqueira Caldas.

Se hoje trazemos à tona essa revelação não é com intuito de estimular intrigas, e sim acrescentar dados à compreensão da obra de José de Mesquita, uma vez que o perfil de sua mãe percorrerá, tal como uma sombra insistente, as demais figuras femininas que ele criou. Oportuno aqui registrarmos que se o autor temesse uma exposição, de caráter público, da triste história familiar experimentada por sua mãe, ele certamente não teria publicado o seu texto em um jornal – espaço aberto a leituras múltiplas feitas por leitores diferenciados.

De posse da história de Crucina (ou senhora Maria de Cerqueira Caldas), entendemos o perfil de excelência eleito para as mulheres que compõem a galeria de Mesquita. As suas Marias, como ele as batizou: Maria das Graças e Maria do Amparo, da novela inédita *Graça*, publicada em capítulos no jornal *A Cruz*, de 1932 a 1950, e Maria da Piedade, do romance *Piedade*, que veio à luz em 1937, entre outras; bem como o ideal a ser praticado por essas mulheres no espaço doméstico e público, voltado à propagação e defesa de princípios conservadores morais, sociais e religioso cristão.

A própria escolha desses nomes é um indicativo da similaridade de suas personagens com o retrato de sua mãe, igualmente batizada com o nome de Maria: Maria, a eterna mãe, o embrião, senhora e soberana; Graça, a graça divina; Amparo, a sustentação e Piedade, a devoção a Deus.

Em *O livro dos nomes* (1986), Regina Obata assim informa sobre a origem e o significado desses nomes: *Maria*: do hebraico *Myriam*, para o qual existem cerca de setenta interpretações. As mais conhecidas derivam o nome do hebraico *Marah*, “contumaz”, ou “a que tem amargura”; ou do egípcio *Mrym*, “amada de Amón” ou “amada de Deus”; ou, ainda, do semítico, significando “senhora, soberana”.

O uso do nome era raro até a Idade Média devido a tabus religiosos semelhantes aos existentes com relação a *Cristo* ou *Jesus*. Atualmente, é um dos nomes mais populares em inúmeros países. No Brasil, é adotado com muita frequência, principalmente combinado com outros nomes (p. 136). *Graça*: do latim *Gratus*, “grato, agradável”, referindo-se ao valor teológico da graça divina ou favor divino. É um nome cristão de invocação a Nossa Senhora das Graças, originando a forma mais usada, *Maria da Graça*. É também derivado do latim *Gratia*, usado para traduzir o grego *Cháris*, de onde deriva *Carites* (equivalente a *Graças*), que, na mitologia grega, é o nome das deusas da graça, da beleza e da alegria de viver (p. 95). *Amparo*: do latim *Manuparare*, “dar a mão” ou “proteger, amparar”. É um nome popular na Espanha e países de língua espanhola (p. 27). E *Piedade*: do latim *Pietas*, “sentido do dever” e, por extensão, “devoção a Deus”. É um nome cristão que se refere a um dos atributos da Virgem Maria, Nossa Senhora da Piedade (ou das Dores) (p. 160).

Para Mesquita, coube à mulher a missão de salvar a humanidade dos seus males e orientar o mundo para a salvação. De posse desse princípio, construiu seus perfis femininos dotados de excessiva moralidade, humanismo e cristianismo, somados aos seus esperados desdobramentos, entre eles o amor ao próximo, a caridade, a simplicidade, a fé, a bondade e a crença e esperança na prática e no triunfo do Bem. Criou uma série de mulheres paradoxalmente fortes, preparadas para cumprir a missão de regeneradora do homem e dóceis, dotadas de mil virtudes, entre elas o recato, a bondade, a submissão, a simplicidade, o amor altruísta e o fervor religioso.

Associada à exposição dessa imagem positiva de mulher, o autor proclamou-se em defesa do amor, do casamento e da religião de Cristo. Valores que, segundo ele, despertam e ensinam sobre a benevolência, a tolerância mútua, o perdão, a caridade, a luz interior, a fé que a tudo conquista e supera, a confiança, a renúncia entre outros sentimentos imprescindíveis à humanidade. Contrariamente, criticou com severidade a vida social contemporânea, frívola e corrupta; a acumulação de bens materiais e a invasão crescente do modernismo nivelador de gostos e tendências de modas e costumes.

No romance *Piedade*, encontramos Maria da Piedade que, dentre as mulheres do conjunto ficcional de Mesquita, mais se assemelha a Crucina (ou senhora Maria de Cerqueira Caldas), pois renuncia à vida mundana em virtude do amor a Deus e ao próximo. Este romance, diga-se de passagem, corporifica ainda a sucessão de tristezas e tra-

gédias familiares presentes na vida de Crucina, com destaque para as mortes por epidemias e crises de insanidade no seu núcleo familiar.

Para reforçar sua preferência por esse modelo de mulher, o escritor desenhou mulheres frívolas e infiéis, inserindo dentro dessa galeria a personagem Corá, de um conto homônimo, que trai o marido ausente com o próprio sogro, sendo por este castigada. Corá morre enquanto dormia vítima de uma pancada fatal na cabeça (golpe que é necessário para matar o anfíbio que lhe dá o nome), reforçando a imagem da mulher-serpente para quem a morte é a única saída.

Nas pegadas das virtudes maternas, José de Mesquita viveu para servir a Deus e ao próximo, nas mais variadas esferas em que atuou: cultural, jurídica, política, religiosa etc. No tocante à religião, terreno onde sua mãe serviu amiúde, ele participou da Liga do Bom Jesus e da Conferência Vicentina Homônima, de Cuiabá, tendo presidido a ambas. Tamanha foi a sua dedicação à ação católica que recebeu do Papa Pio XI a Comenda da Ordem de São Silvestre, em 1933.

A seguir, *Crucina (Ensaio sobre a mística do sofrimento)*, na íntegra e em primeira mão.

CRUCINA

(ENSAIO SOBRE A MÍSTICA DO SOFRIMENTO)

José de Mesquita

Considera cruz tudo o que o mundo estima e aprecia e aquilo que o mundo haja como cruz ama-o com todas as véras da tua alma (São Bernardo)

Combien nous pârait plus grande, plus enviable et surtout plus vraie la resignación à la douleur, l'inalterable paix du chretien au pied de la croix qu'il embrasse. (Apologie scientifique de la foi chrétienne)

DEDICA E PREÂMBULO

Quer Deus, nos altos desígnios da sua Providência, que, em cada família, em cada comunidade, se erija, na memória, quando não na presença dos mais, uma criatura singularmente fadada a ser, no seio daquele grupo humano, um como refletor ou, melhor, condensador do sofrimento. E como na dor é que existe, sem razão de dúvida, a marca incontestes das preferências do Alto, – isso desde as noções da teogonia mais primitiva – é claro que nesse ser privilegiado se há de encontrar um verdadeiro num doméstico, em que, mais do que paradigma e estímulo, os seus terão, pela vida afora, um custodiador dos males e um intermediário das graças divinas.

Entre nós, foste tu, a quem sob o nome de Crucina busco reviver nestas laudas, a destinada a exercer esse papel relevante de acumular, na jornada da vida, todas as mágoas e tristezas, angústias e padeceres, qual si, no processo grego da “catarsis”, te coubesse o insigne privilégio de purificadora da tua gente, sofrendo, sozinha, em tantos anos e tão intensamente, para que, no gozo estéril ou na álgida apatia, outros dispersem inutilmente a sua capacidade de emoção.

Eis porque, minha Santa Familiar, me arrisco, já que é isso para mim um dever, a recontar aos teus netos, na mais singela das narrativas, o que foi teu viver, tua efêmera passagem, tão curta e tão cheia de tribulações, para que, em lhes sendo a existência amarga e dura, se lembrem de ti, e achem na tua resignação, no teu apego à cruz e total renúncia dos bens terrenos, o grande exemplo cristão de uma vida votada ao sofrimento e à prece e decorrida entre o labor e a caridade.

Passamos uma hora das mais sérias da Humanidade: o arcabouço das instituições sociais parece atingido, do alto abaixo, por um vendaval destruidor, por uma fúria ciclônica e devastadora. Todas as forças do mal se arremetam para a luta decisiva, que já se não fará por meios platônicos ou doutrinários, mas pela formidável ação dos petroleiros e pela subversão das massas, que começam a quebrar todos os freios tradicionais da disciplina.

Teorias sedutoras, bem que falazes, abrem aos olhos dos desafortunados sem fé (e por isso mesmo mais inditosos) horizontes de um paraíso novo em que “todos serão iguais” e no qual a “propriedade será partilhada”, a “família se formará e dissolverá à mercê do puro instinto” e será “abolido esse estúpido conceito da Divindade, ópio com que os burgueses iludem os proletários.”

Como no Éden, a serpe acena à linhagem de Eva, frágil como aquela de quem proveio com o edulo pomo proibido: *in quocumque*

die comederitis ex eo, operientur oculi vestri: et erilis sicut dii, scientes bonum et malum. ²

Em momentos que taes, costuma Deus suscitar, no seu plano providencial, certos homens privilegiados, quer se chamem Constantino ou Carlos Magno, Domingos de Gusmão ou Francisco de Assis, Bento de Núrcia ou Bernardo de Claraval, Teresa d'Ávila ou Teresinha de Jesus.

São os marcos que assinalam as “épocas” históricas, no sentido que a esta acepção emprestou o grande bispo de Meaux, isto é, o de uma fase assinalada por “qualquer grande evento ao qual tudo mais se relaciona”.³

Longe de tal pretensão, o que visa este ensaio em que a biografia entressacha com a doutrina, é apenas apontar aos sequiosos de um pouco de vida espiritual uma fonte pura e serena em que possam abeberar o seu espírito e aos perturbados pela febre do prazer, das grandezas, e das divícias, um paradigma de desprendimento, de humildade e de pobreza voluntária, que, em meio deste mundo cupido e insaciável, onde a própria religião se tornou para muitos mero diletantismo ou jogo de amadores, se traçou e realizou um programa de ação que se pode condensar nas palavras profundas do dominico Gillet: *La souffrance n'a pas de valeur en soi. Elle tire sa valeur des sentiments qui la font accepter, sentiments d'expiation, de justification, d'amour.*⁴

Quando o sofrimento é apontado às massas como uma indignidade, e se ensina que é preciso “viver a sua vida”, embora subvertendo todos os valores morais; agora que os apóstolos de um novo credo inculcam aos deslegados da sorte que é preciso gozar o bem passageiro, porque o resto, que se não vê, é como se não existisse; neste instante da História, que se pode dizer a “hora h” das transformações sociais (pois ninguém contesta que elas têm de vir, num ou noutra sentido...) – não será inoportuno, nem mesmo inócuo, apontar aos que sofrem injustamente, à legião dos que padecem, mas ainda crêem, o exemplo edificante de uma vida, que pode ter à justa, como epílogo, cenotáfio ou o que melhor o seja, a palavra eterna do Mestre que não passa: *Beati, qui lugent quonian ipsi consolabuntur.* ⁵

2 Tanto que comeres desse fruto, abrir-se-vos-ão os olhos: e sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal. (*Gênesis* III, 5).

3 Bossuet, *Discurso sobre a história universal*.

4 Em nada vale, por si mesmo, o sofrer. O seu mérito decorre dos sentimentos que no-lo fazem aceitar, sentimentos de expiação, de justificação, de amor (M.S. Gillet, *La doctrine de vie*).

5 Bem aventurados os que choram, porque eles serão consolados. Mateus V, 5.

I – SOMBRIO AMANHECER

Idade não há que se compare à infância, nos prazeres despreocupados, nos brincos encantadores que, no seu fluir de água serena e cantante, lhe encham, dia por dia, os anos fugitivos.

Por isso mesmo que a colmou dos seus melhores dons, e fez dela Deus a aurora deliciosa da vida, maior desdita se não pode imaginar do que uma meninice tristonha e infortunada, que fica sendo, assim, uma como alvorada penumbrosa e lúgubre, de dia invernial e melancólico.

Que dizer-se, então, de uma puerícia que se tolda de começo com os negros de dupla orfandade, abrindo-se, mesta e desolada, com a perda desses anjos tutelares, que são os pais, mestres e guias dos passos incertos com que iniciamos o jornadaio pela existência?

Que imaginar-se, pois, da primeiridade que, ao invés de se expandir em álares gorjeios, se embota e murcha, qual rosa semi-fanada em botão, a que falta ar e sol que lhe dêem vigor e colorido?

Que pensar, portanto, desse amanhecer sombrio, que é o crescer em lar estranho, sem poder sequer evocar, mais tarde, as doçuras fagueiras da casa paterna, senão com a penosa sensação de uma felicidade perdida no cedo e de um sol que nem bem raiava logo o toldaram nuvens de luto e de tempestade? Tal é o caso de Crucina, daquela cuja vida esboçam estas laudas e que, pela existência afora, sempre recordaria as imagens do lar com aquela mesma “*maggior dolore*” que o divo Poeta põe na boca da sofredora de Rimini. Nascida a 9 de junho de 1872, [Data do nascimento de Maria de Cerqueira Caldas, mãe de José de Mesquita] havia apenas completado 50 meses, quando, a 9 de setembro de 1876, [Data do falecimento de Regina Senhorinha Gaudie Ley, mãe de Maria de Cerqueira Caldas e avó materna de José de Mesquita] se orfanou de mãe, falecida em plena mocidade, aos 28 anos, deixando cinco filhinhos, dos quais o último com um dia de nascido. Crucina era a segunda, e todas meninas, com exceção do derradeiro. O seu pai não mais se casou, sendo aquela a sua segunda viuvez. Do primeiro leito, entretanto, não lhe ficara rebento algum.

Com a morte inesperada da esposa, entraram-lhe de correr mal os negócios, cheios de tropeços, agravados pelo penoso estado d’alma, a braços com aquelas cinco criançinhas, das quais a mais velha mal inteirara um lustro de vida. De tal sorte o tocou, fundo e rijo, aquele golpe da perda imprevista da companheira meiga do seu lar, que a chaga incicatrizável acabou por vitimá-lo cinco anos depois. A 6 de outubro de 1881, [Data do falecimento do capitão João Cerqueira Caldas, pai de Maria de Cerqueira Caldas e avô materno de José de

Mesquita] o pai de Crucina, no fastígio da existência, em pleno vigor da maturidade, sucumbiu vitimado por um aceso cardíaco, que o prostrou, fulminado, na sala da sua própria residência, no Largo da Matriz, quando tomava uma xícara de café, após o jantar.

Era o coração, o órgão afetivo por excelência, o “pendulo universal dos ritmos”, no dizer de Raul Pompéia, que se partia assim, inopinadamente, como uma lira de cordas muito tensas, que, cansada de vibrar, se rompe, no meio da harmonia melancólica do ocaso.

Contavam os de casa que nesse dia ele ainda trabalhara sem repouso, havendo, como num pressentimento, feito a renovação de todo o sortimento de roupas e calçados das crianças, mandando, da sua própria loja, grande quantidade de mercadorias para aprovisionamento da casa. Desabava com ele o último esteio daquele lar, que cinco anos antes já se vira privado da assistência desvelada do amor materno. Na mesma noite que se seguiu ao enterro, eram os cinco órfãozinhos levados para a casa de um dos seus tios paternos – o irmão mais velho dos Cerqueiras – que lhes deveria servir de tutor e completar-lhes a criação. Começava Crucina, aos nove anos, a experimentar o travo das angústias, que é o exílio do lar, posto fosse para outro lar amigo, mas que não teria nunca aquele mesmo encanto incomparável e insubstituível da casa paterna.

Era bem o raiar de um dia escuro e friorento, de um desses amanheceres de junho, com que soe, por vezes, a natureza, nos entristecer, logo ao despertar: dia que para Crucina seria cheio de dores e incertezas, durante cerca de cinquenta anos de peregrinação pelas paragens inóspitas, que somente a luz divina da fé e o perfume sobrenatural da resignação confortariam.

II – NO LAR ESTRANHO

Se a meninice, com o abrir das primeiras clareiras da razão, se caracterizou para a pequena Crucina pela perda dos desvelos maternos, às vésperas róseas do adolescer lhe vieram abrir, com a morte do pai querido, as portas de um lar alheio, fechando-lhe para todo sempre as da casa natal.

Nove para dez anos tinha quando, com seus quatro irmãos, cujas idades oscilavam entre os onze da mais velha e os cinco do caçulinha, foi levada para o lar senhorial do seu tio, abastado titular e prestigioso chefe político da época.

A casa, vasta e confortável, frenteava a praça onde Alencastro, então no governo, acabava de construir o Jardim que lhe herdou o nome. Lado a lado da Catedral, em ponto magnífico, possuía uma

fidalgia instalação que não havia comparar-se ao modesto, embora confortável, ambiente da casa do Largo da Sé, onde Crucina vira decorrer a primeira década da sua existência. O tio Antonio, [O capitão João Cerqueira Caldas, pai de Maria de Cerqueira Caldas e avô materno de José de Mesquita, tinha um irmão por nome de Antonio de Cerqueira Caldas - o Barão do Diamantino] opulento, e figura de grande projeção social, tinha a sobredourar-lhe o nome e os haveres, a ascendência heráldica que lhe vinha de Gaudies, Navarros e Albuquerque, com um costado popular, mas não menos prestigioso, que era o dos Poupinos. Outorgara-lhe a munificência imperial, em 1871, o baronato do Diamantino, com que vira agraciados os serviços que prestou à Coroa e ao Partido Conservador, cujo chefe era e continuou a ser até quase o seu falecimento. Não se supunha, entretanto, que aquela instantânea e quase completa mudança de cenários, com a consequente transformação de hábitos que determinaria, houvesse, de qualquer maneira, compensado no espírito e no coroamento da órfazinha Crucina o grande e duplo golpe com que a ferira o destino, logo ao entrar da vida. O Barão, já viúvo pela segunda vez, tinha em sua companhia, além de numerosa famulagem, alguns dos filhos do primeiro casal e a filha única do seu segundo tálamo, então de cinco anos. Crucina e seus irmãozinhos representavam a segunda turma de sobrinhos que ele recolhia ao seu lar, assumindo-lhes, com a administração dos bens, os encargos da educação. Foram, antes, os filhos da sua irmã Antonia, vitimada pela epidemia das bexigas, em 1867, já viúva do 1º Tenente da Armada Antonio Joaquim Ferreira Ramos – cinco meninas, que todas ele fez casar, uma delas com seu filho, doutor Viriato de Cerqueira Caldas. A casa do Barão era uma das primeiras daquele tempo, e, na recolhida vida provinciana, daquela última década imperial, estadeava discreto luxo, sem ostentação, e apreciável conforto.

Frequentavam-lhe os salões os melhores elementos da sociedade contemporânea, e era uma espécie de centro mundano e político, onde se tramavam planos partidários, nos intervalos dos lanceiros e das partidas de truco ou de gamão.

Das recordações mais sensíveis desse lapso de tempo – dez anos que ali viveu, de 1881 a 1891 – costumava Crucina evocar, com maior relevo, as figuras curiosas de *mármá* Luzia, amada última filha do Barão, a da *madama*, a governanta, francesa, de nome Louise, que lhe ensinou a doce língua de Racine e um pouco de música. Outro perfil inesquecido, é o da velha parenta Umbelina, solteirona, que vivia em companhia do primo Barão. A vida correu-lhe pacífica e

mansa, nesses anos que se dividiram entre a escola da mestra Corsina e o convívio dos parentes. Não se recompõe um cristal partido, nem jamais se refaz a felicidade que, uma vez, se desfez. Mas, certamente, que a atmosfera tranquila do lar estranho, mas amigo, se não era a da absoluta expansão e confiança da casa paterna, ressentia-se ao menos de um cunho familiar e pacífico que a bonomia do velho tio servia de amenizar e tornar menos vazia.

A irmã mais velha, Ana, pouco lhes fez companhia: aos doze anos casava-se, para, viúva com pouco mais de treze, volver ao asilo da sua orfandade. Tristes presságios para o coração terno e sensível da que se lhe seguia em idade e cujo destino tamanha afinidade teria com o da irmã maior! Dois lutos sucessivos viriam, com pouco, sombrejar aquela casa onde vivia Crucina: – em 1885, morria André Paulino, e, em 1887, Evaristo, seus primos, filhos do Barão, rapazes já em plena pujança da vida. Pouco após, inopinadamente, cai, morta, no terreiro onde lavava roupa, a velha e estimada *mamá*. Novo golpe, mais fundo, a morte do cunhado, Serra, em 1887, seguida de perto da enfermidade do tio, longa e penosa, da qual não deveria mais restabelecer-se. Crucina fez-se-lhe a enfermeira solícita e dedicada, pois a irmã mais velha, já viúva e com uma filhinha, e as duas mais novas, sem prática de tais misteres, saíam, muitas vezes, em busca de diversões, tão naturalmente do gosto, da sua idade, e deixavam-na sozinha, na tarefa em que se lhe começou a acrisolar o nobre espírito de caridade, que mais tarde seria a sua característica na vida.

III – NINHO EFÊMERO

Do alheio lar, em que viu decorrerem os anos mais belos da vida, Crucina saiu, a 17 de maio de 1891, para o seu próprio lar, constituído por um casamento que parecia abrir-lhe os horizontes de uma vida nova, pacífica e feliz. O esposo, que a sorte lhe depa-rou, conquanto mais velho que ela quase vinte anos, reunia todas as condições para proporcionar-lhe uma invejável existência conjugal. Homem de bem, rijo caráter, formado na escola da adversidade, pois também ele se orfanara de pai aos cinco anos, havia chegado, à força de operosidade tenaz e honesta, a fazer regular pecúlio, representado em casas de aluguel, que lhe assegurava uma situação de abundância e conforto. Carinhoso e bom vivera até então para a sua velha mãe e estremecidas irmãs, em número de três, todas solteiras, que havia trazido de Diamantino. [José Barnabé de Mesquita (Sênior), pai de José de Mesquita, nasceu na vila de Diamantino em 07/03/1855, ficou órfão de pai ainda adolescente e tomou para si à tarefa de cuidar

da mãe, Maria Rita de Mesquita, e das tias maternas Isabel Perpétua, Ana e Daria] Freqüentador da casa do Barão, ali conheceu Crucina, a cuja modéstia, meiguice e índole bondosa logo se rendeu, fazendo dela sua prometida. Tudo levava a antever para aquelas duas criaturas um porvir venturoso, quando se casaram, numa sexta-feira anterior à festa do Espírito Santo, cujo imperador, nesse ano, foi o genro do Barão, doutor Alfredo Jose Vieira.

Relatou-me Crucina, por mais de uma vez, a impressão que lhe causou, no dia das núpcias, a entrada no seu novo lar. – Pareceu-me, não sei explicar porque, um cenário de teatro, um desses palcos muito bonitos que a gente vê, e sabe que aquilo é por alguns momentos, enquanto não desce o pano...

E explicava-me que para isso contribuiu a disposição da casa, com as suas saletas, pequenas e muito bem arranjadinhas, forradas de papel de florões, que davam realmente (ainda as alcancei assim) a idéia de uma *mise-en-scene* primorosamente preparada.

E como soaram essas palavras profeticamente, numa lúgubre previsão do que seria a felicidade naquele efêmero ninho de amor, destinado a abrigar dois destinos que se compreenderam, mas cujo convívio suave não ultrapassaria de um ano e pouco, nem ao menos quinze meses!

Efetivamente, aquela deliciosa lua-de-mel, que lhes foi à vida matrimonial, pareceu a Crucina um breve sonho, do qual logo lhe veio o doloroso despertar para a mais pungente das realidades. Parêntesis único de ventura no seu agoniado viver, esses meses representaram para ela uma fantasmagoria passageira, um lucilar de estrela em meio da cerração, um arrular de avezita, em pleno idílio florestal, logo encerrado pela bala insidiosa do caçador, que lhe leva o companheiro... Era bem a miragem de ouro da felicidade, no deserto de sofrimentos da vida de Crucina. Ao cabo de quase dez meses nasceu-lhes o filho – primeiro e único vestígio, que haveria de ficar no mundo, daquela efêmera união, consagrada pelo mais puro dos sentimentos.

Débil e nervosa, de natural compleição franzina, foi-lhe a gestação e a maternidade uma série de penosos sacrifícios. Sofreu muito, para ser feliz, quer dizer, para que pudesse ter nos seus braços o mimoso rebento do seu casto amor conjugal. Com que desvelos e ternuras não se reviam ambos – Crucina e o esposo bem querido – naquele serzinho fragilimo, pequenino, que não parecia até trazer sinais de viabilidade!

Era aquele pedacinho de carne, era aquela almazinha, a brilhar dentro daquele ergástulo de argila, o fruto doloroso e abençoado da sua união.

Deus os compensara de tantos revezes que até ai haviam passado, de tantas agruras, com aquela suprema benção que é, para os que sabem entendê-la, a vinda do primeiro filho – elo misterioso que prolonga a vida em novas vidas e santifica o amor, pela fecundidade, num maior amor.

Rápida e fugaz, porém, seria essa imensa satisfação que aquele lar trouxera à chegada do pequeno José. Durou apenas cinco meses – de 10 de março, dia em que veio ao mundo o menino, [10/03/1892 é data do nascimento de José de Mesquita] a 12 de agosto, [12/08/1892 é data do falecimento de José Barnabé de Mesquita (Sênior), pai de José de Mesquita] data em que a fatalidade tremenda arrebatou aquela família mal apenas formada, o seu chefe querido, o mais dedicado dos esposos e o mais amoroso dos pais.

Já combalido de longos trabalhos, abalado no seu sistema nervoso por fatos que vieram enlutar a cidade nesse ano de 1892, o marido de Crucina não resistiu à traiçoeira invasão da *influenza*, epidemia que, sob forma pulmonar, o abateu ao cabo de poucos dias de enfermidade.

E a jovem Crucina, em pleno esplendor dos seus vinte anos mal completos, teve de trocar, quase sem maior demora, os véus brancos do noivado risonho pelo *crepe* desolado da sua viuvez precoce.

Descera, mui depressa, o pano sobre o cenário encantador da sua felicidade.

IV – SOB O VÉU DA VIUVEZ

A vida de Crucina parece repartir-se em períodos, pouco mais, pouco menos, correspondentes à décadas ou dezenas de anos, [Teria sido esse o motivo que levou o autor deste Ensaio a dividi-lo em 10 capítulos, excetuando a abertura intitulada “Dedica ou Preâmbulo”?] sendo para notada a influência curiosa do número 2 na existência da nossa heroína. Nascida em 1872, viveu, cerca de um decênio, na casa paterna, vindo a fazer o seu décimo aniversário, em 1882, já no lar do seu tio e tutor; aí passou igualmente dez anos, saindo para o seu lar, onde, em 1892, enviuvou; mais um lapso decenal durou a sua viuvez, de 1892 a 1902, sendo que, em 1903, convolou a novas núpcias; finalmente, veio a ter, em 1912, uma gravíssima enfermidade, a que quase sucumbiu, vivendo ainda dez anos, até 1922.

Costumava ela dizer que a sua vida se repartia em dezenas de mistérios dolorosos, como no rosário de São Domingos, e assim foi, realmente, e certo até o fim pois, justamente, prestes a findar a quinta dezena, levou-a Deus para o repouso e prêmio a tanto sofrimento.

Sob o crepe da viuvez decorreu-lhe o período da vida que medeia entre os vinte e os trinta anos: quadra em que a poesia e a própria realidade costumam situar os maiores e melhores encantos da chamada “flor da vida”, a mocidade gárrula e louçã.

E como soube, num viver que pode servir de exemplo, ostentar em pleno desbotoar das graças vintaneiras e no meio das naturais seduções do mundo, o seu austero burel da viuvez, numa firmeza e dignidade que não desdourariam a qualquer dessas santas matronas que os agiológicos mencionam sob a honrosa denominação de Viúvas. A própria idade em que lhe cingiu a fronte o manto da viuvez, além da situação financeira relativamente próspera em que ficara, a colocou na situação daquela matrona Ana, de quem nos fala Diogo de Paiva de Andrada que “perdeu seu marido, com que fora mui bem casada, e ficou com muita fazenda, pouca idade, e nenhuns herdeiros” e que, entretanto, conservou, a despeito do muito assédio que lhe fizeram, a sua viduidade.⁶ Crucina bem se lhe poderia aplicar aquele explicativo que o apóstolo São Paulo, em uma das suas Epístolas a Timóteo, usa para designar as viúvas que verdadeiramente o são – *quoe vere viduae sunt* – “aprovada pelo testemunho das boas obras, se educou a seus filhos, se exercitou a hospitalidade, se lavou os pés aos Santos, se acudiu ao alívio dos atribulados, se praticou toda a obra pia.”⁷

Casou-se de novo Crucina, como mais ao diante veremos, pelos motivos que serão expostos, mas se não há de ver nas suas segundas núpcias, realizadas em plena madureza, obra de leviandade ou fantasia, como soem ser os matrimônios de “viuvinhas” que trocam, sorrindo, o chorão negro da véspera pelo véu com que correm ao altar para receber o segundo esposo, quando a lembrança do primeiro ainda nem acabou de esfriar.

Viúva o foi Crucina, perfeita e íntegra, pois tendo sabido recusar partidos que se lhe depararam, alguns acenadores de vantagens, viveu exclusivamente esses dez anos para a saudade do seu marido e o amor do filhinho que lhe ficara, como consolo único em sua prematura viuvez.

Passando a viver com a sogra e as cunhadas, que lhe foram três irmãs dedicadas, e nas quais o seu morgadinho encontrou verdadeiramente três outras mães, [José de Mesquita teve três tias paternas, Isabel, Ana e Daria, sendo que as duas últimas, morreram solteiras e centenárias na casa dele] Crucina compartia o seu tempo, além dos quefazeres domésticos, entre os exercícios de piedade e o culto incessante da memória do extinto.

6 *Casamento perfeito*, Cap. XV.

7 1ª Epíst. a Tim. V, 10 e 16.

Fazia celebrar todos os dias 12 – mês da morte do seu consorte – uma Missa de Réquiem, no cemitério, a que assistia, com o filho. Perpetuou-lhe o jazigo, que recebia, constante, as suas visitas, as preces e as flores do seu comovido culto afetivo. Ao menino, ensinava-lhe a rezar, desde cedo, pela alma do pai, que lhe não fora dado conhecer.

E, no recato da sua vida exemplar, na pureza do seu amor, que continuava a alimentar, qual pira sagrada, a recordação do desaparecido, Crucina viu decorrerem, em meio de uma relativa tranquilidade, esses dez anos de placidez que foram verdadeiro oásis no meio da sua vida tormentosa. Como que dispôs a Providência por tal forma a vida da nossa biografada que, precisamente, nessa fase em que, sozinha, entregue ao seu dolorido reviver da ventura efêmera, é que ela pode gozar de maior calma e serenidade. A sua fé a trazia sempre em união mística e viva com o morto querido, e a própria presença do menino, que ela via crescer em anos e em saúde – fora de começo mui débil e de pouca resistência – lhe era lenimento e derivativo às imensas agruras da viuvez.

Rezava muito, fazia muitas obras de caridade e, numa perfeita comunhão de idéias e sentimentos, formavam aquela bela família cristã, em que o único varão era o pequenino José – polarizador de todos os carinhos das cinco mulheres. A paz, porém, não é deste mundo, e essa calma relativa não tardaria a esvaecer-se como as rosas caducas do outono que uma lufada repentina despeta em breves momentos, 1902 marca uma nova etapa na vida de Crucina. Morre-lhe, em janeiro, a irmã mais velha, já então esposa do seu tio e padrinho de crisma, o depois comendador Aquino. [Ana, irmã de Maria de Cerqueira Caldas, mãe de José de Mesquita, foi casada com Antonio Thomaz de Aquino Corrêa, pai de Francisco de Aquino Corrêa, conhecido como Dom Aquino Correa, figura proeminente em Mato Grosso]

Um golpe tremendo, pois eram muito unidas e o seu próprio destino parecia que as irmanava ainda mais do que a própria consanguinidade.

Em setembro, novo e tremendo abalo ocasionado pela perda da sogra, boa e estremecida mãe que Deus lhe dera, em lugar da que tão cedo lhe havia tirado. Sucumbia a veneranda anciã aos 72 anos, cercada de todo o carinho dos seus e dos confortos da religião, que, nesses transes, são os únicos que valem. Esses dois profundos reveses, na fruição do sossego daquele viver, deveriam ser seguidos, a breve espaço, por outros, de maiores consequências, que se destinariam a transformar-lhe a existência, em suas duas últimas décadas, no lento martírio em que se operou a completa purificação do seu espírito.

V – SEGUNDAS NÚPCIAS

Não tardou que nova fase, inesperada, se abrisse na existência de Crucina, com perspectiva de um quarto lar, que seria o último e justamente aquele em que mais tempo viveria e maiores provações lhe estariam reservadas. O seu padrinho, compadre e cunhado, que pouco antes enviudara da sua irmã Ana, manifestou-lhe a intenção de à tomar por esposa, e, removidas certas dificuldades que o parentesco espiritual criava, mediante licença especial da Santa Sé, não tardou se prontificasse o casamento dos dois viúvos. O segundo esposo de Crucina era como o primeiro, um homem reto e bom, mas a diversidade de idades, por um lado, e a de temperamentos, por outro, viria criar, dentro em pouco, uma série de casos delicados, não de incompatibilidade, mas de divergências íntimas e morais, que afetariam fundo o melindre e a sensibilidade, já muito posta à prova, da nossa heroína.

Não foi sem certa relutância que Crucina aceitou aquela nova situação que o destino caprichoso lhe deparava: a estima sincera que devotava ao velho padrinho, mesclada de respeito e gratidão, não permitiria, porém, uma recusa, senão que ligeiras objeções, breve desfeitas por pessoas amigas e interessadas em levar avante aquele projeto de união. Assim é que os seus trinta anos em confronto com os sessenta do marido não deixaram de a impressionar, como argumento em contrário, mas isso mesmo se voltava em favor do pretendente, ao fazerem-na ver que era até obra de nobres sentimentos cristãos amparar, no último quartel da vida, sob o manto carinhoso de esposa, mas, na realidade, como uma enfermeira solícita e boa, a velhice digna daquele que lhe fora, com os dois primeiros consórcios, tio e irmão afim.

Tais foram às razões de ordem sentimental, que lhe não tardou o convencer-se, e acedendo ao pedido, ei-los casados, num dia de festa do Espírito Santo, 31 de maio de 1903. Foi o dia assinalado por uma ocorrência que deveria marcar época nos anais da pacata capital de província, qual o início de uma séria divergência ente o Bispo e uma Congregação, provocando rumoroso incidente. Costuma Crucina dizer que aquilo lhe fora de mau prognóstico em sua nova vida conjugal, impressionando-lhe a sensibilidade, dada as ligações afetivas que a prendiam aos chefes dos grupos em dissidência. Casados, passaram ainda cerca de um mês em sua casa da rua Bela, somente transferindo a residência para a do esposo, na rua Nova, a 24 de junho seguinte. Foi após uma festa de São João, na chácara de uma família amiga, que, alta noite, Crucina demandou o seu novo lar – e essa circunstância,

transvestindo aquela mudança de um halo de romântica poesia, foi também, de certa forma, uma atuante poderosa para a formação da crise psíquica prestes a deflagrar na vida de Crucina.

Um fato sem importância aparente começou por impressioná-la à entrada da sua nova moradia – o encontro de um objeto qualquer adrede colocado no corredor e que, no momento, lhe careceu de significado especial, mas veio a torturar-lhe mais tarde o espírito como sendo obra malfazeja de feitiçaria ou coisa que o valha. Seja como for, Crucina narra, muito depois, nos intervalos das suas crises pungentes, que, *desde o instante em que penetrou o lar em que se erigia o seu segundo toro*, sentiu uma súbita e completa transformação no seu interior.

Pesar, remorso, desilusão? – certo a ninguém jamais seria dado dizer, que ela, no mais íntimo das confidências, nunca o declarou. Desambientação, metamorfose muito rápida, inconformidade com certos novos hábitos – isso, talvez, tenha influenciado, pode se asseverar, na crise que se manifestou em seu espírito. O que foge a qualquer controvérsia e rasai, numa nitidez impressionante, de toda formidável tragédia íntima de Crucina, é que em sua nova existência conjugal, se abriu não um tálamo de paz e de ventura, mas sim, lenta, inexorável e tremenda, a pira do holocausto em que, durante quase vinte anos, com bem poucas interrupções, se lhe iria consumir a existência, numa provação dolorosa que excede as raias do imaginável para atingir o heroísmo sobrenatural dos martírios.

VI – OS ANOS DE HOLOCAUSTO

Acende-se, lenta e inexorável, para Crucina, a pira da expiação e do sacrifício, que deveria devorar-lhe as energias nos últimos vinte anos de vida e de martírio.

Com bem curtos intervalos, essas duas décadas lhe foram uma longa e penosa purificação, um processo doloroso de catarses, em que, através de agonias morais de toda espécie, a alma se lhe apurou em beleza e virtude para se tornar mais perfeita e mais digna de Deus. Mal penetrou o seu novo lar, a moléstia tremenda, insidiosa, imponderável a acomete, em forma inesperada, como se ali a aguardasse, numa invisível sortida do mistério. Foi – dizia-me sempre – ao entrar aquela casa que senti uma súbita tristeza, um mal desconhecido, uma sensação como nunca havia tido, nem nunca imaginei se pudesse experimentar.

Relatando, numa das tréguas que o mal lhe deixava, os seus horríveis padecimentos, Crucina assim se exprime em carta a pessoa muito chegada: *só agora posso lhe dizer que estou boa da grande enfermidade*,

que na aparência não é nada, mas faz sofrer mais do que qualquer moléstia mortal. (1-6-1909).

Em outra missiva esclarece melhor o seu pensamento, dizendo: *Entretanto, parece-me que isto é mesmo uma enfermidade, porque não há motivo para isso, e mesmo que houvesse eu me conformaria, porque recebo todas as coisas como vindas de Deus; tanto o bem como o mal que me envia. Ele sabe muito bem que devo merecer. Há certos momentos em que me cerca uma profunda tristeza, que a mente humana não pode compreender e nem descrever. Só a sombra da morte poderá igualar a esses instantes.* (19-9-1912)

A primeira manifestação da estranha enfermidade lhe veio em 1903, conservando-a sujeita ao seu influxo todo o resto desse e parte do ano seguinte. Com ligeiras alternativas, volta-lhe nova e tremenda crise em 1909, recrudescida em 1912, 1915 e 1920. O que mais a mortifica é a “perturbação”, aquela vaga e indefinível tortura que não a abandona um momento, para a qual não encontra derivativo. *Não há pior moléstia* – di-lo ainda em outro passo de seu epistolário, que vale pelo melhor flagrante psicológico – *que a da cabeça, creio que é ela o centro da vida, porque quando a cabeça sofre, não se tem vida e tudo é desagradável. Quisera antes a morte, privar-me de ver-te mais uma vez, que sofrer estes horríveis tormentos.* (6-7-1909).

O mal que longos anos lhe comprimiu o cérebro em suas tenazes de angústias inarráveis, era um misto de tristeza, inquietação, ânsias, pavores, íntimas agonias morais, que se não pode nem entender e nem imaginar.

Nessas ocasiões, a própria fé, que era o seu oásis de paz e de consolo, em meio aos mais acerbos padecimentos, como que a abandonava. Não podia rezar – uma perturbação a tomava, quando queria buscar na oração o lenitivo a tanto sofrer. A própria leitura lhe era defesa e nem sequer encontrava um paliativo no trabalho, pois ficava como que impossibilitada para qualquer esforço ou preocupação.

Sentia um braseiro dentro da cabeça, e as idéias se lhe confundiam, sobrevindo-lhe as mais esquisitas tentações, inclusive a trágica sedução do suicídio, com que, muitas vezes, o espírito do mal lhe acenava, como um recurso fácil e à mão para por termo àquele longo e atroz suplício que a fazia definhando e perecer.

Quando lhe vinha uma pausa mais demorada no seu martírio, é ainda no recolhimento e na contemplação mental, após horas e horas de agitação, que encontrava algum alívio.

O silêncio é a minha paixão – escreve ao filho distante – *Passsei um dia feliz porque, além das obrigações que tenho cada dia, ainda me sobrou tempo para meditar.* (16-6-1913).

Esse “espírito de silêncio” que São Bento tanto encómiava a ponto de fazer dele todo um capítulo da “Regra”⁸, Crucina soube cultivá-lo, ao lado do espírito do trabalho, da caridade e da oração. Nos seus vinte anos derradeiros a vida se lhe partilha entre as horas silenciosas da dor incompreendida e da prece ardente e de todos os instantes, dedicando o resto do tempo que lhe sobra ao serviço do próximo, a que se dá sem restrições.

Sofre, mas ora sempre. É Deus o seu imã, o seu constante apelo, a bússola diretriz de sua existência atribulada: *Mesmo na maior aflição e contrariedade que às vezes parece que são mais que as minhas forças, no momento em que quero enfadar-me, levanto os meus tristes olhos para o céu e contemplo: Meu Deus! Isto não é nada, em comparação do que reservais para aqueles que sabem sofrer com santa paciência por amor de vós!* (Carta de 18-3-1913).

É esse o estilo habitual de suas cartas, escritas nos armistícios que lhe dava o morbo psíquico e cruel que a garroteou duramente por anos a fio. Valeu-lhe a crença, unicamente, nesses terríveis combates interiores desde que saía exausta e semi-anime, mas sempre alentada pelo seu profundo amor a Deus, de que fazia a sua própria razão de existir. E esse amor, fonte de apaziguamento interior, ela o soube cultivar mais que ninguém, abraçando todas as cruces que lhe vinham e, em meio das mais agras provações, abrindo-lhe o seu coração, como uma caçoula mística, na oblata do seu ser – com aquele abandono de que fala Massillon – “elle ne s’élève pas dans la sublimité de sés pensées; elle laisse parler son coeur, elle s’abandonne à toute sa tendresse devant l’object qu’elle aime uniquement”.⁹

VII – A CASA DE SÃO FRANCISCO

Nas fases de acalmia do mal atroz que, lento, lento, a foi consumindo, Crucina concentrava as suas energias no culto ardoroso de Deus e no amor desvelado do próximo. Sem reservas, pondo na sua dedicação zelo extraordinário, sacrificava ainda mais a sua saúde, já precária e o seu organismo, bastante debilitado. Nunca se poupou – jamais soube negar uma esmola ao necessitado, um socorro ao aflito, uma boa palavra, um conselho, uma visita amiga, ao enfermo, ao indigente, ao infortunado. Praticou a rigor aquela lei de caridade em que Ozanam, um século atrás, já via o “sacrifício de cada um em proveito

8 Cap. VI – *De Taciturnitate* – Règle, commenté par D. Paul Delatte.

9 Longe de elevar-se na sublimidade dos seus pensamentos, deixa falar o coração e entrega-se a toda sua ternura ante o único objeto do seu amor. *Sermons De M. Massillon Carême*, I, 414.

de todos”, e o meio único, necessário, imprescindível de “amortecer o choque” nessa “luta entre o poder do ouro e o poder do desespero”.¹⁰

Dos seus recursos parcos nunca limitou a quota destinada a aliviar os sofrimentos alheios e a sua casa, conforme ela mesma o dizia, converteu-se destarte numa “Casa de São Francisco” onde a pobreza e a desdita nunca se achegaram em vão.

Esgotou-se na sua extrema dedicação, no seu desejo constante de servir, e se, como do seu grande Modelo, o Amante da Pobreza, disse Gomes Teixeira “tinha ingenuidades e exageros”, bem se lhe pode aplicar o conceito do mui douto Reitor, “as suas ingenuidades eram flores de uma alma encantadora de poeta e seus exageros eram manifestações de uma alma ardente de apóstolo.”¹¹

O seu desvelo pelos sofredores não encontrou jamais restrições. Aqui, vê-la-emos cuidando de uma parenta e afilhada, a *Z que há tempo está sofrendo dos nervos, mas tão mal que tem acessos de loucura. Passou aqui mais de um mês a fim de distrair-se.* (Carta de 8-11-1910).

Ali, é uma pequena desvalida, que ela conseguira recolher ao Asilo, e que, adoecendo com uma febre cerebral, lha enviam para casa, onde fica por mais de vinte dias, presa duma logomania constante. *Há horas – diz Crucina – que tenho costume de estar só, rezando ou contemplando as obras de Deus, ou as misérias desta vida e a menina fica me atribulando, como uma alma de outro mundo.* (Carta de 14-4-1913).

Uma velhinha cega, criação da casa do seu pai, adoece de estranha enfermidade, que a todos infunde pavor: mandam-lha para casa, e Crucina trata-a, com rara dedicação, sem receio algum, de lá voltando a doente completamente restabelecida. Era essa, aliás, regra comum na família, constituindo-se Crucina, quando boa, a enfermeira dos parentes que adoeciam.

Não era, porém, só nesse particular que se lhe manifestava o espírito de caridade. Em sua mesa havia sempre o lugar para os necessitados e, diariamente, tinha os seus comensais, a alguns dos quais era enviado o prato de todas as refeições. Incomodava-me, e, por vezes, chegava a irritar-me, no meu egoísmo de criança, ver que ela, muitas vezes, nem se alimentava, ou ia servir-se por último, das viandas já frias e revolvidas, para despachar, primeiro, os seus “fregueses”, como costumava dizer. *O que nós damos aos pobres é uma restituição. O que nós fazemos aos que precisam, é uma compensação.* Como hoje me calam no espírito essas frases com que ela me acudia aos reparos, hoje que

¹⁰ Georges Goyau, *Ozanam*, p. 82.

¹¹ F. Gomes Teixeira, *Apoteose de São Francisco de Assis*, p. 127.

vejo, com olhos de ver crescer e avolumar-se o problema trágico do pauperismo, para o qual não há senão ir-lhe ao encontro com essa prática da caridade cristã, única que pode salvar ainda a sociedade da ruína iminente!

Chegavam a abusar da sua desmedida bondade. Ela, entretanto, jamais se queixa e nunca uma frase de amargor lhe brotou dos lábios e da pena. Relata numa das suas letras ter ficado só em casa – todos haviam tomado parte numa romaria – e quando esperava poder passar o seu dia entregue à doçura da prece ou da meditação, lhe mandam os apetrechos para o almoço de F, que não pudera ir à festa. Isso, contado como um fato natural, a guisa de muitas outras amofinações diuturnas, que, quando muito, lhe inspiram este comento: *Peço a Deus todos os dias a paciência de Santo Job*. (Carta de 3-3-1913).

A sua preocupação permanente pelo bem estar alheio, nunca lhe permitiu pensar em si. Vive para os outros. Despoja-se do necessário, para dar a quem precisa. O seu maior prazer é servir. E não é só a necessidade temporal que acode, solícita e carinhosa: tortura-a, mais ainda, a dor moral do próximo que busca minorar sempre que lhe é possível. O conselho, a boa palavra amiga, sobretudo a lembrança de Deus e da imortalidade, nos transe mais duros que lhe foi dado presenciar, eram o lenitivo com que acudia às vítimas da fatalidade e das frequentes tragédias humanas. Tinha sempre um carinho todo especial para os doentes, os pobres, os velhos e as crianças. A casa lhe vivia cheia deles. Deixava tudo para atendê-los.

Acompanhava-os até a porta, entretinha-se a ouvi-los, mantinha com eles longas palestras confortadoras. O seu maior tormento era não poder socorrer a uma pessoa que se valesse do seu amparo.

Quando morreu – ouvi a uma das protegidas, na própria câmara ardente, esta frase expressiva: “A pobreza perdeu uma grande mãe”. E não havia nisso exagero algum, porque Crucina compreendeu e praticou, durante o meio século que lhe foi dado passar neste “vale de lágrimas”, aquele preceito sublime do amor ao próximo, realizando, ao vivo, a verdadeira caridade, que, consoante o belo pensamento de Mr. Boulogne “não é o amor, porque este é muito apaixonado; não é o zelo, porque este é muito frágil; não é a amizade, porque é esta muito limitada; não é a compaixão, que é muito humana; mas sim, é a caridade, charitas”.¹²

12. *Sermões*, III, 205.

VIII – O ESPÍRITO DE PIEDADE

Muito de indústria é que se abordou por primeiro neste ensaio a manifestação do amor de Crucina pelo próximo, e só agora, neste capítulo subsequente, se dirá do seu espírito de piedade ou amor a Deus.

Não que seja aquele o que prima sobre este, mas se destarte se procede é em seguimento a mui sábia lição do discípulo dileto, gloriada em uma expressiva página do grande mestre Bernardes: “Quem não ama a seu próximo, que está vendo, como pode amar a Deus, a quem não vê?”¹³

A nossa heroína essa amou bem a Deus, como ao próximo já vimos que amar. Soube cultivar a vida espiritual, que se esteia no verdadeiro conhecimento da religião e na integral beleza interior – que não consiste nessa devoção puramente externa, que a grande mística da dor, Elisabeth Leseur, denomina “esse corpo sem alma, a que se chama a *mulher praticante*.”¹⁴

E difundiu em torno de si, sobretudo no seu lar, esse espírito, essa unção de piedade, que a caracterizavam. Uma das impressões mais vivas que dela me ficaram é, certamente, a da “hora da reza”, da oração em comum, belo costume tão nosso, herdado dos nossos antepassados dos “engenhos” e dos solares de antanho e que hoje se acha quase esquecido pela vida frívola e dispersiva de nossos dias. Na “salinha de santo”, onde, junto ao oratório familiar, ardia a lamparina votiva, ela, rodeada de todos da casa, tirava as orações da noite, o terço, a via sacra, as novenas – conforme a quadra do ano – e muitas vezes cansada ou doente, não se poupava a esse esforço, que só deixou quando de todo lhe escassearam as energias.

Assim também, não descurou jamais, enquanto pode a frequência à Missa, que, durante muito tempo, ouvia quotidianamente.

O seu hábito era ir à Missa das Cinco do Colégio Salesiano, que lhe deixava tempo ainda para vir atender aos misteres da casa. E, na Missa, recebia sempre a Santa Comunhão, procurando participar desse bafejo eucarístico, que enforma e plasma toda a verdadeira vida cristã, e a cujo influxo, no dizer de um notável mestre de ascese, “as virtudes cristãs de desabrocham na alma como as flores ao sereno”.¹⁵

Nas cartas que escreve ao filho ausente, insiste e sempre na necessidade de praticar a piedade, desassombradamente, para poder ser

13 São João, IV, XX apud *Nova Floresta*, IV, 198.

14 *A vida espiritual*, 2. ed. bras., p.152.

15 Ribet, *L'ascétique chrétienne*, 476.

feliz: *Cumpra o teu dever de homem ilustre, como desejas ser, mas para isso não deixes nunca de cumprir o dever que o nosso Deus te manda, seguindo os seus santos mandamentos.* (Carta de 11-7-1911).

À força de bater nessa tecla ela mesma diz: *Você deve dizer que as minhas cartas mais parecem um sermão que carta, conforme você me dizia quando estávamos juntos (mamãe, chega de sermão), porém as boas palavras de uma mãe é que fazem a felicidade do filho.* (1909).

Pergunta seguidamente se o filho ouve a Missa, se faz a Páscoa, se pratica os deveres da fé. E não cessa de rezar por ele, sobretudo nos dias especialmente ligados a qualquer lembrança do ausente. Conta-lhe, em carta de 10-3-1910, que tinha saído da igreja, onde ouvira a *Missa em louvor ao seu santo protetor, São José* [O autor do Ensaio chama-se José], *pela sua intenção, para que ele faça você conhecer a carreira da sua vocação verdadeira, pedindo-lhe saúde e juízo, e que sigas sempre o bom caminho, que afaste de você como se afasta a peste, os maus companheiros.*

Encarece, constantemente, *opportune ac inopportune*, a necessidade de orar.

E, ela mesmo, dando o melhor exemplo, faz da sua vida contínua prece aliada a perene mortificação. Das suas cartas se poderia formar um mimoso ramallete de orações, tão espontâneas quão impressivas, por virem do fundo de uma alma sincera. Esta, por exemplo: *Todos os dias, no Santo Sacrifício da Missa, peço por você, dizendo: Deus! Toda a minha confiança está em Vós. Nada sei pedir para meu filho ausente de mim, porém vós sabeis tudo quanto ele precisa melhor que eu, tomai conta dele como o melhor Pai que ama a seu filho.* (Carta de 9-12-1910)

Com que satisfação comunica a primeira comunhão do João, filho do segundo casal, ao irmão distante! [Das segundas núpcias de Maria de Cerqueira Caldas, mãe de José de Mesquita com Antonio Thomaz de Aquino Corrêa, pai de Francisco de Aquino Corrêa, nasceu um filho de nome João] Nas menores ocorrências, como nas mais sérias, relatando cousas triviais da vida doméstica ou dissertando sobre assuntos relevantes o seu tom é sempre o mesmo, convergindo para o espírito de piedade, que lhe orienta a vida, as idéias como as ações: *Deus sabe o que faz e nós não sabemos nunca o que falamos. Deus é muito bom porque nunca erra. Tudo quanto vem de Deus nunca deve nos incomodar, porque como o melhor dos pais conhece todas as nossas necessidades.* (Carta de 30-11-11).

É a escola da “infância espiritual”, que celebrizou a linda Menina de Lisieux e em que viu Bento XV o verdadeiro caminho da perfeição. Crucina a compreendeu e a praticou sincera e nobremente na sua vida,

em que o sofrimento quase que empolga e absorve todo o tempo, ela ainda pode dizer, sem faltar à verdade: fui feliz, como são felizes todos os que amam a Deus nas próprias dores que Ele lhes manda. Aí a piedade verdadeira e fora da qual tudo não passa de encenamento, mistificação e puro engano.

IX – POESIA DO CORAÇÃO

Crucina sentiu e compreendeu mais do que ninguém, no meio dos sofrimentos que lhe ermaram a vida, essa poesia divina do coração, que é um como idioma natural e puro, desconhecido dos frívolos e superficiais que cultivam o verso artificioso e sem emocionalidade.

Poeta ela o foi, no seu íntimo extravasar de sentimentos, que através das cartas e das palestras lhe pude surpreender e fixar, e vale a pena insistir aqui sobre essa noção de que a poesia reside primária e essencialmente na sensibilidade e que poeta é quem mais sente e sofre, do que qualquer outro. Já assim o entendia o quinhentista quando professava não falar “dos poetas que fazem versos de vaydade e de chufas, dos quais ha hi tanto auondamento, que he fastidio; mas entendo os poetas verdadeiros, que sempre foram mays poucos que os fillosofos, e ha sua mente mays santa, e ho seu engenho mays chegado a Deos ca sua boca fallador de grandes cousas.¹⁶

Essa poesia espontânea e natural, que vive mais do que todos os engenhosos recursos de uma arte ficta e insincera transluz através de toda a vida da nossa heroína. Respigar-lhe-ei, por entre a correspondência, tópicos indicativos do que aí vai asseverado.

A 23 de janeiro de 1910, assim transmite, numa carta, as suas impressões sobre uma serenata que, a dez horas, passa pela rua, enquanto ela vela, pensando no filho ausente: *Acordei alta noite, para amanhecer hoje, com uma serenata passando pela nossa porta, com um luar tão belo, que mais belo se pode encontrar só no céu... Mas tudo silencioso como a morte! Quando passa a música tão terna e tão triste, e na minha viva lembrança me veio a idéia de você tão longe de mim, oh! me aperta uma triste saudade que mais dormir não pude, com tão tristes recordações...*

Em outra epístola, já de 10 de dezembro de 1912, descreve, no seu virtuosismo sentimental, um tempestade: *O tempo muito feio e tristonho, ameaçando muita chuva, e de vez em quando ouve-se um trovão forte e vai se ouvindo mais brando até que desaparece bem longe. Quantas cousas me faz lembrar este momento! Fico tão triste talvez mais triste que o mesmo tempo... volto da sala de oração tão inquieta, tão*

¹⁶ Boosco deleytoso solitário apud *Textos arcaicos*, J.L.Vasconcellos.

consternada, e ao descer o primeiro degrau da varanda um fuzilo cor de ouro me circula a vista e me faz cobrir o rosto por um momento. Nesse instante lembrei-me de Nossa Senhora, com o doce título de Consoladora dos Aflitos... e olho para o tempo e desapareceu todo o barulho que tanto me impressionava e desapareceram também as apreensões da minha alma.

Uma outra carta, de 17 de fevereiro desse mesmo ano, é um modelo de delicadeza evocativa, lembrando a sua infância e a sua mocidade, *esse passado que parece sempre melhor e mais saudoso* e destarte relata as suas saudades: *sozinha, assentada na varanda com uma luz triste ao meu lado, leio e releio a tua carta, medito em ti, com as mãos trêmulas seguro a tua carta: uma tristeza mortal apodera-se de minha alma, a vista me escurece e num profundo silêncio me faz ouvir um zunido a meu lado e me parece dizer – isto não é nada, o tempo passa mais depressa do que se espera. Teu filho vem e terá outros anos bons junto dele.*

Longe fora se me propusesse a extrair desse rosal de ternura, que são as letras de Crucina, todo o favo dulcíssimo que destila. O *sino tão suave da Capela do Bom Despacho* sugere-lhe uma página deliciosa, ao despertar; a maioridade do filho lhe proporciona outras laudas como-vidas em que recorda *todas as tuas idades, desde o berço até hoje*; o dia da Auxiliadora lhe inspira um verdadeiro poema em prosa, à “Virgem incomparável” que *enquanto tudo vai desaparecendo no mundo, aqui estais sempre a escutar os que vos invocam.*

O seu coração se exauriu nessa combustão de amor e piedade, nessa poesia profundamente humana e cristã, que Celso Vieira lobrigou no Apóstolo de Iperoig, tal um “caso de orfismo brasileiro como idealidade, fascinação, harmonioso destino essencialmente católico”.¹⁷

A bucólica a atraía. Exalta-se ante a idéia, transmitida por uma pessoa amiga, de que o filho, em chegando dos estudos, pretendia adquirir uma fazenda, que lhe permitisse viver *mais perto de Deus e longe do bulício estéril do mundo.*

Onde se lhe observa, porém, mais vivo o manancial inexaurível de amor e de poesia, a jorrar em ondas perenes, é no seu zelo pelos filhos, cuja vida espiritual lhe inspira páginas das mais belas e veementes. Pode-se lhe aplicar, à justa, o que de Santa Mônica disse o seu grande filho Santo Agostinho: “Nutrierat filios, toties e os parturiens quoties a te deviare cernebat”.¹⁸

¹⁷ *Anchieta*, p. 52.

¹⁸ *Confissões*, IX, X, VI.

Na vida quotidiana, como nos arroubos da sua crença, respirava Crucina, essa vocação irresistível para a poesia, e amava a solidão e o silêncio, o recolhimento e a prece, a pureza moral do sacrifício, a beleza mística do sofrimento, que a fazia compreender e amar, cada vez mais, essa melancolia que é, no dizer do poeta “the true secret of live” – o segredo verdadeiro da vida.

X – O DESPERTAR NO CÉU

Aproxima-se do seu termo a peregrinação de Crucina por este deserto, para ela povoado apenas de urzes e de lágrimas. Várias tentativas fizera para conseguir melhoras na sua saúde precária e já muito abalada. De novembro de 1915 a janeiro de 1916 viajou, indo até o Rio, em companhia de uma das irmãs e do cunhado, a procura de recursos médicos que lhe minorassem os atrozes padecimentos. Nada, porém, conseguiu, voltando ainda mais alterada e presa de crises mais fortes. Em 1918, acompanhada por um sobrinho que lhe foi um verdadeiro filho, empreende nova excursão a São Paulo, demorando-se, no regresso, em Campo Grande, onde a cercam de carinhosa hospitalidade os parentes ali residentes. Parece desta vez ter obtido alguma atenuação nos seus males. Ilusória, porém, foi aquela trégua, a que deveria, em breve, seguir-se o desfecho irremediável. Além dos seus velhos incômodos nervosos, agravados dia-a-dia pela insônia cruel e pela completa inapetência a qualquer gênero de alimentação, lenta consumação a invadia, prostrando-lhe o físico e arrebatando-lhe as últimas resistências morais.

Por último, manifestou-se a febre, a insidiosa febre da héctica que, sob forma violenta, deveria consumir-lhe os derradeiros alentos. O médico chamado para vê-la declarou, sem rodeios, que o seu estado de penúria orgânica nada mais deixava esperar.

Foi num dia de ano bom – 1º de janeiro de 1922 – que fui avisado do estado desolador da pobre padecente. Para lá me transportei, logo após, encontrando à sua cabeceira a amiga fiel e enfermeira dedicada que haveria de ser a sua companheira dos últimos dias – a sua cunhada Daria. [Como assinalamos acima, José de Mesquita teve três tias paternas, uma delas de nome Daria] Durou ainda um mês o seu martírio. Crises de dispnéia se sucediam agora, nos intervalos dos quais a tosse cruel a maltratava impiedosamente. Não articulava uma queixa, uma recriminação e, quando podia fluir alguns momentos de calma, ainda rezava.

Era bem até ao fim aquela que dissera: *É verdade, meu Deus! Só aos vossos pés é que encontro alívio ao sofrimento. E o que será daqueles*

que não têm a crença verdadeira que tenho? (Carta de 17-8-1912). E, sofrendo, bem poderia repetir o que, anos atrás, escreverá: *se soffro alguma cousa levo em conta que mereço outra maior, por minhas imperfeições.* (Carta de 16-8-1913). Humildade e fé, robustas, que lhe permitiram adejar sobre o pantanal das dores e misérias humanas, humildade e fé que no dizer de M. Shaffer “são fortemente e intimamente unidas, pois onde existe vera humildade há uma alma crente e onde há sincera fé existe um coração humilde.”¹⁹

Crucina teve o último fogacho do seu imenso carinho, nas manifestações de ternura para com os netos, que Deus lhe permitiu ainda ver, sobretudo, o primeiro, por quem demonstrava extraordinário afeto.

Eram os derradeiros palpites desse coração que viveu de amor e morreu ainda amando – amor a Deus, amor ao próximo, amor aos seus queridos.

Nos dias que antecederam à sua partida da terra, tal era o seu estado de angústia ao se aproximar a noite, que pedia ao médico assistente um sedativo qualquer que, minorando-lhe o sofrimento, lhe permitisse dormir algumas horas. Evitava o clínico essa aplicação que sabia contra indicada, naquele estado de fraqueza em que ela se encontrava.

A sua capacidade de padecer, porém, como que se esgotara e, Crucina suplicava, entre lágrimas, o alívio desejado. Noite sim, noite não, fazia-se a injeção de Sedol, que abrandava as suas ânsias, proporcionando-lhe sono tranquilo. Assim foi que na noite de 1º de fevereiro – véspera da grande festa da Candelária – Crucina, sob a ação da narcose artificial, fechou os olhos para os não mais abrir. Antes, porém, de adormecer, deteve-se, em plena lucidez, a conversar com as pessoas que a cercavam na câmara. Sentindo a aproximação do sono, pôs-se a cantar, a surdina, a Ave Maria, que deveria ser assim o seu canto de cisne, o eco final da sua vida atribulada, o seu adeus ao mundo de que partia para sempre. Ainda aqui seguia nas pegadas do seu estupendo modelo, o Esposo da Pobreza, que viu desprender-se lhe a alma entre acordes de celeste harmonia...

Também o nosso grande músico, José Maurício, morreu entoando um hino a Virgem, a suprema inspiradora da arte e da piedade...

A noite foi muito quente e abafada. Pela madrugada, uma forte borrasca, acompanhada de formidáveis descargas elétricas caiu sobre a cidade, amanhecendo o dia 2, fresco e desanuviado.

¹⁹ *Miracoli di Gesù*, na trad. de Mons. Lari, 225.

Quando começou a clarear, ao tocar a missa das 5, a sua carinhosa enfermeira aproximou-se para vê-la, suspeitando de sono tão prolongado. Estava fria e inânime. Como Beethoven, o grande coração de artista e cultor da bondade, “morrera durante uma tempestade ao clarão de um relâmpago”.²⁰

O Senhor julgara bastante o seu longo martírio e lhe dera o repouso desejado. Crucina havia acabado a sua lenta e dolorosa purificação: – adormecerá na terra, para despertar no céu.

(Março a Junho MCMXXXV)

* JOSÉ BARNABÉ DE MESQUITA (Cuiabá - MT, 1892-1961). Bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá e em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito em São Paulo. Professor de Língua Portuguesa na Escola Normal e professor de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito de Cuiabá. Exerceu atividades de destaque em seu Estado como o cargo de Procurador Geral, diretor da Secretaria do Governo e Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que presidiu de 1930 a 1940. Foi, ainda, Secretário-Geral do Território Federal de Guaporé, hoje Rondônia. Pertenceu a várias entidades e associações culturais, literárias, históricas e epistolares, destacando-se entre elas a Academia Mato-grossense de Letras, que fundou e presidiu no extenso período de 1921, ano de sua fundação, até o ano de 1961, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, membro da Academia de Ciências e Letras de São Paulo e da Federação das Academias de Letras do Brasil, e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Genealógico Brasileiro e das Academias de Letras de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Pará. Foi também membro da Liga do Bom Jesus e da Conferência Vicentina Homônima, de Cuiabá, tendo presidido a ambas. No estrangeiro, pertenceu ao International Institut of American Ideals, de Los Angeles, foi Comendador do Gran Prix Humanitaires de Belgique, em Bruxelas, e sócio honorário do Instituto de Cultura Americana, na Argentina. Pela dedicação à ação católica recebeu do Papa Pio XI a Comenda da Ordem de São Silvestre, em 1933 e pelos serviços à Pátria foi condecorado pelo Ministro da Guerra com a medalha do Pacificador, em 1960. Bibliografia: *Poesias* (1919); *Elogio histórico ao Doutor Antônio Corrêa da Costa* (1921); *O catolicismo e a mulher* (1926); *Elogio fúnebre ao Doutor Caetano*

²⁰ Romain Rolland, *Vida de Beethoven*, trad. de José Lannes.

Manoel de Faria e Albuquerque (1926); *Terra do berço* (poesia, 1927); *A cavallhada* (contos, 1928); *Um paladino do nacionalismo: Couto de Magalhães* (1930); *Semeadoras do futuro* (discurso, 1930); *Da epopéia mato-grossense* (poesia, 1930); *O taumaturgo do sertão* (biografia de Frei José Maria Macerata, 1931); *Atentado contra a Justiça* (tese de direito, 1932); *Espelho de almas* (contos - premiado pela Academia Brasileira de Letras - 1932); *João Poupino Caldas* (ensaio, 1934) *O sentido da literatura mato-grossense* (conferência, 1937); *Pela boa causa* (conferência, 1937); *Piedade* (romance, 1937); *Manoel Alves Ribeiro* (biografia, 1938); *O sentimento de brasilidade na história de Mato Grosso* (discurso, 1939); *De Livia a Dona Carmo (mulheres na obra de Machado de Assis)* (ensaio, 1939); *Professoras novas para um mundo novo* (discurso, 1940); *A Chapada Cuiabana* (tese geográfica, 1940); *Nos jardins de São João Bosco* (discurso sobre a obra Salesiana, 1941); *O Exército, fator de brasilidade* (discurso, 1941); *A Academia Mato-grossense de Letras* (notícia histórica) (1941); *Três poemas da saudade* (poesia, 1943); *Bibliografia mato-grossense* (1944); *Escada de Jacó* (poesia, 1945); *Roteiro da felicidade* (poesia, 1946); *No tempo da cadeirinha* (contos, 1946); *Os poemas do Guaporé* (poesia, 1949); *Imagem de Jaci* (romance inédito, 1958) e *Gente e coisas de antanho* (obra póstuma, 1978) Fonte: NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas. O folhetim nos jornais de Mato Grosso* (séculos XIX e XX), (2002)

REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA VIRTUAL. *Biblioteca virtual José de Mesquita (biografia)*. Disponível em http://www.jmesquita.brtdata.com.br/2004_Biografia.pdf. Acesso nos anos 2010 e 2011.
- MESQUITA, José de. Crucina (Ensaio sobre a mística do sofrimento). In: *A Cruz*. Órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso, depois outros subtítulos. Cuiabá, n.1174, 17 mar. 1935, p. 3; n. 1175, 24 mar. 1935, p. 2; n. 1177, 7 abr. 1935, p. 3; n.1179, 21 abr. 1935, p. 2; n. 1180, 28 abr. 1935, p. 2; n. 1181, 5 maio 1935, p. 2; n. 1185, 9 jun. 1935, p. 2; n. 1186, 16 jun. 1935, p. 2; n.1187, 23 jun. 1935, p. 2; n. 1188, 30 jun. 1935, p. 2; n. 1189, 7 jul. 1935, p. 2.
- _____. Sublimação (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1064, 22 jan. 1933. p. 2-3.
- _____. O assalto (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1084, 11 jun. 1933. p. 3.
- _____. Os paredistas (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1090, 23 jul. 1933. p. 2.

- _____. O poder da prece (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1094, 20 ago. 1933, p. 2.
- _____. O pântano (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1101, 8 out. 1933. p. 2.
- _____. No país das sombras (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1108, 26 nov. 1933. p. 2.
- _____. Noites de encantos (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1114, 7 jan. 1934. p. 2.
- _____. Vida rústica (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1159, 25 nov. 1934. p. 2.
- _____. Dar e receber (Capítulo da novela cuiabana *Graça*). In: _____. Cuiabá, n. 1324, 20 fev. 1938. p. 2-3.
- _____. O modelador de almas (Capítulo do romance inédito *Graça*). In: _____. Cuiabá, n. 1397, 16 jul. 1939. p.2.
- _____. Estandardização (Capítulo da novela inédita *Graça*). In: _____. Cuiabá, n. 1401, 13 ago. 1939. p. 2-3.
- _____. Variações sobre a vida (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1474, 19 jan. 1941. p. 2.
- _____. Amparo (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1513, 9 nov. 1941. p. 2.
- _____. Confiança (Capítulo de um romance em preparo). In: _____. Cuiabá, n. 1539, 2 ago. 1942. p. 2.
- _____. Claridade (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1542, 23 ago. 1942. p. 2.
- _____. Conversa ao pé do rádio (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1546, 20 set. 1942. p. 2.
- _____. O suave colóquio (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1557, 6 dez. 1942. p. 2.
- _____. Encruzilhada (Trecho de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1567, 14 fev. 1943. p. 2.
- _____. A tese do sofrimento (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1654, 26 nov. 1944. p. 2.
- _____. Fé imperativa (Capítulo de novela). In: _____. Cuiabá, n. 1901, 22 jan. 1950. p. 4.
- _____. Corá (Conto regional). In: *Revista Nova*. São Paulo, 1932.
- _____. *A cavallhada*. Cuiabá: Oficina das Escolas Profissionais Salesianas, 1928.
- _____. *Espelho de almas* (Contos). Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1932. (Prêmio da Academia Brasileira de Letras).
- _____. *Piedade* (Romance). Cuiabá: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1937.

_____. *Escada de Jacó* (Sonetos). Cuiabá: Escola Industrial Salesiana, 1945.

_____. *No tempo da cadeirinha* (Contos). Curitiba: Guaíra, 1946.

_____. *Genealogia matogrossense*. Cuiabá: AML/IHGMT/FIEMT; São Paulo: Resenha Tributária, 1992. (Edição comemorativa do centenário de nascimento do autor).

_____. De Lívia a dona Carmo. As mulheres na obra de Machado de Assis. In: NADAF, Yasmin Jamil (Org.). *Machado de Assis em Mato Grosso. Textos críticos da primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lidador, 2006. p.81-96.

NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas. O folhetim nos jornais de Mato Grosso* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____. Os livros da estante de José de Mesquita. In: *Estudos literários em livros, jornais e revistas. Ensaios*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009. p.33-63.

OBATA, Regina. *O livro dos nomes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.



40 ANOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

40 YEARS ACCOUNTING

Benedito Pedro Dorileo¹

Resumo: No tempo das quatro décadas de criação do curso de Ciências Contábeis em Mato Grosso, propõe-se uma reflexão sobre o Centro-Oeste e Cuiabá esquecidos até o surgimento da Universidade Federal. O curso criado e estruturado na soleira da UFMT, com menção histórica da Contabilidade no Estado. O Instituto de Ciências e Letras e a Faculdade de Direito como instituições supedâneas. Digressão decorrente para lembrar tarefas emergenciais na salvaguarda dos cursos preexistentes sem agasalho legal. Legislação da Contabilidade. Celebração.

Palavras-chave: Resignação dos mato-grossenses, origens da UFMT, Escola de Comércio, guarda-livros, Escola Técnica, ICLC, tarefa emergencial, Ciências Contábeis, celebrou 40 anos.

ABSTRACT: At the time of the four decades of creating the course in Accounting in Mato Grosso, it is proposed a reflection on the Midwest and Cuiabá forgotten until the advent of the Federal University. The course is designed and developed on the threshold of UFMT with historical mention of the State Accounting. The Office of Letters and Science and the Faculty of Law as basis institutions. Tour due to remind emergency tasks to safeguard the existing courses without warm clothes cool. Accounting legislation. Celebration.

Keywords: Resignation of Mato Grosso, the origins of UFMT, School of Commerce, bookkeeper, Technical School, ICLC, emergency task, Accounting, celebrated 40 years.

¹ Professor. Reitor da UFMT (12/02/1982 a 05/09/1984). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira n. 26).

A aurora da pioneira Universidade Federal de Mato Grosso, em 1970, é resultado histórico de demorados anos de sofrimento de um povo que amalgamou o processo de existência na resignação dos mato-grossenses e cuiabanos, diante do abandono do Centro-Oeste pelo poder público central e incúria dos políticos.

Vida isolada sem comunicação, somente o rio Cuiabá era-lhe a via de acesso. Sobravam a angústia da distância, a inclemência do sertão e a dor e ranger de dentes pelas doenças. Fomos, no país, os últimos a receber uma universidade federal.

Foi um todo evoluir, desde o primeiro candeeiro aqui aceso pelo audaz e iletrado bandeirante Paschoal Moreira Cabral, fundador das minas de Forquilha. Cuiabá despertava em 1719. O nosso primeiro cronista Joseph Barbosa de Sá lapidou: “entre os que tomaram parte nos festejos de 1790, celebrados por longos dias, por ocasião do aniversário do ouvidor Diogo de Toledo Ordenhas, havia entre eles, como figurantes alguns professores e mestres régios”.

Entretanto, as origens da UFMT têm início em 1808, na Aula de Anatomia na primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, na administração do capitão João Carlos Denhavaen Gravenberg, prenúncio, talvez, de uma escola de medicina. Quer, também, no Seminário Episcopal da Conceição em 1858, fundado pelo bacharel em Direito da 1ª turma da Universidade de São Paulo, bispo Dom José Antônio dos Reis, tendo no governo da Província, Joaquim Raimundo Delamare. Ou na primeira Escola Normal em 1875, no governo de José de Miranda da Silva Reis, ou no Lyceu Cuyabano, criado no governo de João José Pedroso em 1879:... “que o Lyceu Cuyabano tem por fim não só habilitar professores para o magistério público primário, mas preparar, também, aspirantes à matrícula nos cursos superiores do Império”. Quer, ainda, no Lyceu de Artes e Ofícios da Congregação Salesiana de Dom Bosco, cuja atividade teve início em 1894. Quer na reformulação do Lyceu Cuyabano, por Antônio Pedro Alves de Barros, para conferir aos formandos o grau de bacharel em Ciências e Letras. Quer na Escola de Aprendizes Artífices, criada pelo presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, em 1909, instalada no ano seguinte. Quer na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, em 1919 e 1921, respectivamente. A segunda como Centro, inicialmente. Quer no governo de Júlio Müller, que, de uma só feita pelo decreto nº 53 de 18 de abril de 1941, criou 100 escolas de instrução primária. Quer na Faculdade de Direito, fundada em 1934, no governo de Leônidas Antero de Mattos, por um grupo de bacharéis, sob a liderança de

Palmiro Pimenta. Organizada em 1937 e extinta em 1939, renasce em 1952 no governo de Fernando Corrêa da Costa. É instalada em 1954, com ingresso de estudantes que perderam dois anos, pois o governo do Estado decretou a suspensão de funcionamento, sob requisição do MEC, confirmada pelo presidente Carlos Coimbra da Luz. Em 1956, o governador João Ponce de Arruda reinstala a Faculdade de Direito para sempre prosperar, na presidência de Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

Evoluindo em paralelo, tivemos em Cuiabá, em 1914, a criação de uma Escola de Comércio, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques, pela lei nº 682 de 23 de julho. Mário Corrêa da Costa, governando o Estado, oficializa o curso e nomeia Antônio Fernandes de Souza, o primeiro diretor. Ao depois, o interventor Júlio Müller dá sequência, em 1937, instituindo o curso de guarda-livros, através do decreto nº 113 de 29 de dezembro. Este curso funcionou até 1944 junto ao Lyceu Cuyabano separando-se, quando passou à denominação de Escola Técnica de Comércio, por força do decreto-lei nº 694 de 28 de setembro de 1945. A duração do curso era de três anos, formando o técnico em Contabilidade, sob a regulamentação do decreto nº 146 de 14 de setembro de 1946.

Em 2 de outubro de 1952, no governo de Fernando Correa da Costa, é criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, através da lei nº 235. Também, este governador criou, em 7 de fevereiro de 1963 pela lei nº 1815, o Conselho Estadual de Educação. E, ainda, a Faculdade de Ciências Econômicas pela lei nº 2.413, de 8 de setembro de 1965.

Culmina a organização do ensino superior estadual com a criação, pelo governador Pedro Pedrossian, do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, através da lei nº 2.629 de 26 de julho de 1966. Na época, este órgão de ensino superior antecipava a reforma do ensino superior no País, ocorrida, em 1968 (lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968), pois já instituía o sistema de Departamento, que, historicamente, contrastou com a cátedra e a eliminou.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras é transformada em Faculdade de Educação, em 16 de dezembro de 1969, pela lei nº 2.966. A Faculdade de Serviço Social já estava criada pela lei nº 2.845 de 30 de setembro de 1968.

O ICLC congregou todos os cursos superiores estaduais, vindo, com a Faculdade Federal de Direito compor a organização da Universidade instituída em 10 de dezembro de 1970, pela lei nº 5.647, no governo de Pedro Pedrossian e Emílio Garrastazu Médici, na pre-

sidência da República. Coincidia com o Dia Universal dos Direitos Humanos. A reflexão hodierna é esta: se antes nada existia, a Universidade cresce e multiplica-se por obrigação e resposta à Sociedade, o que deve ser uma constante, principalmente em qualidade.

Pouco antes do advento da Universidade, no âmbito do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, como presidente desta Instituição, no Conselho Administrativo, tive ensejo de assinar a Resolução nº CA 49/70, que criou o curso de Ciências Contábeis, em 30 de novembro de 1970. Tinha a companhia do professor Attílio Ourives, como diretor executivo. Assinei a Resolução seguinte nº CA 50/70, admitindo o primeiro docente, contador Aecim Tocantins, decano da Contabilidade em Mato Grosso e professor fundador da Escola Técnica de Comércio em Cuiabá. A Faculdade de Ciências Econômicas recepcionou este curso superior. Ainda que em instância superior, fui o último presidente do CA- ICLC, que não tinha gestão direta na execução acadêmica dos seus cursos de graduação.

Compondo a organização da UFMT, o curso de Ciências Contábeis, em 1972, possuía o seu próprio Departamento no Centro de Humanidades. A leve estrutura inicial da Universidade comportava também o Centro de Tecnologia.

Depois, o Departamento de Ciências Contábeis acomodou-se no Centro de Ciências Sociais, em 1975. A primeira turma de Ciências Contábeis graduou-se em 1974, da qual fez parte, Luzia Guimarães, a futura primeira reitora.

A Cerimônia Única de Colação de Grau propiciava a instalação da Assembleia Universitária, prevista no Estatuto, extinta nos dias atuais pela compartimentalização estanque das colações de grau, certamente pelo crescimento da população estudantil graduanda. Acabou o grande encontro universitário, a maior celebração acadêmica, com elevado ritual, pompa cívica e artística musical, além do culto religioso. Acolhendo dirigentes públicos e a sociedade, a UFMT criou e executou o seu próprio rito magnífico, dispensando quaisquer serviços externos. Era dirigente o professor Lídio Modesto da Silva, a quem eu chamava de preceptor de graduandos.

A grade curricular era cumprida em regime semestral, com disciplinas comuns e complementares com duração de 8 semestres. Os 3 primeiros de formação básica e introdutória e os 4 últimos de formação profissional.

O Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 13-A, em sessão plenária de 27 de fevereiro de 1971, autorizou o seu funcionamento. Era presidente do Conselho Estadual de Educação,

na época, o padre professor Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz. Um dos conselheiros era Edilson Leite Bezerra, contador e primeiro professor auditor da UFMT. O parecerista foi o conselheiro professor Oswaldo Fortes.

No dealbar da Universidade, no cargo de vice-reitor acadêmico, constatei a precariedade legal de todos os cursos de graduação, com exceção do de Direito. Em composição de tarefas emergenciais, sem alarde, saímos em socorro, realizamos diligências estratégicas para armação de suportes burocráticos a fim de salvar os cursos, graduados e graduandos, pois remonta a um tempo de redobrado trabalho: ora organizar a Universidade, ora preencher lacunas do passado, como autorização e reconhecimento dos cursos, preliminarmente, em instâncias estaduais. Perante o MEC, Conselho Federal de Educação, a derrocada seria fatal. Os graduados perderiam os cursos realizados. A UFMT seria organizada na década de 70? Ou ficaria no *status quo ante*, de ICLC e a Faculdade de Direito, com reduzidos e vulneráveis cursos? Exigiu de mim e de companheiros, como os advogados Amaral Augusto da Silva e Adonias Gomes de Almeida, renúncia e devotamento à causa mais alta, descurando do des zelo do passado. É um capítulo que ficará perdido nas noites do tempo. O momento era superior, o ideal da criatividade tudo superava, com olhar firme no horizonte e crença nos objetivo e meta de arrancar do papel a tão desejada Universidade, com Gabriel Novis Neves, o primeiro reitor fundador.

A legislação é abundante na área da Contabilidade e de seus cursos. O decreto nº 19.329 de 28 de maio de 1926 regulamenta o ensino técnico comercial. O decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão do Contador. O decreto nº 21.033 de 09 de fevereiro de 1931 estabeleceu novas condições para o registro dos Contadores e Guarda-Livros. O decreto-lei nº 6.141 de 28 de maio de 1943 estabeleceu a Organização do Ensino Comercial. Esta legislação assegurou aos técnicos a possibilidade de ingressar em Instituição de Ensino Superior, em curso diretamente relacionado. Houve adequação legislativa sobre este assunto na lei nº 1076 de 31 de maio de 1950. Decretos subsequentes dispuseram sobre a formação em ensino técnico comercial.

Em 1945, surge, no Brasil, o curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, pelo decreto-lei nº 7988 de 29 de setembro. Esta legislação assegurou aos profissionais da Contabilidade, até então, os mesmos direitos dos bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais. A lei nº 1041 de 31 de julho de 1951 fez desdobramento destes cursos.

Em 2011, a UFMT, por meio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis somando com o Departamento respectivo e Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso celebraram os 40 anos de criação do Curso de Ciências Contábeis, quando, no mês de setembro, ocorreu a 8ª Convenção de Contabilidade do estado de Mato Grosso.

Destarte, longo foi o caminho aberto desde 1926, com a normatização do ensino técnico comercial para os tempos hodiernos do Contador, que avança nos cursos de excelência da pós-graduação *stricto sensu*, participe do magistério ou não, na era globalizada e de um Brasil, que pretende escalar os patamares da economia mundial.

REFERÊNCIAS

DORILEO, Benedito Pedro: *Universidade, O Fazejamento*. Cuiabá: UFMT, 1977.

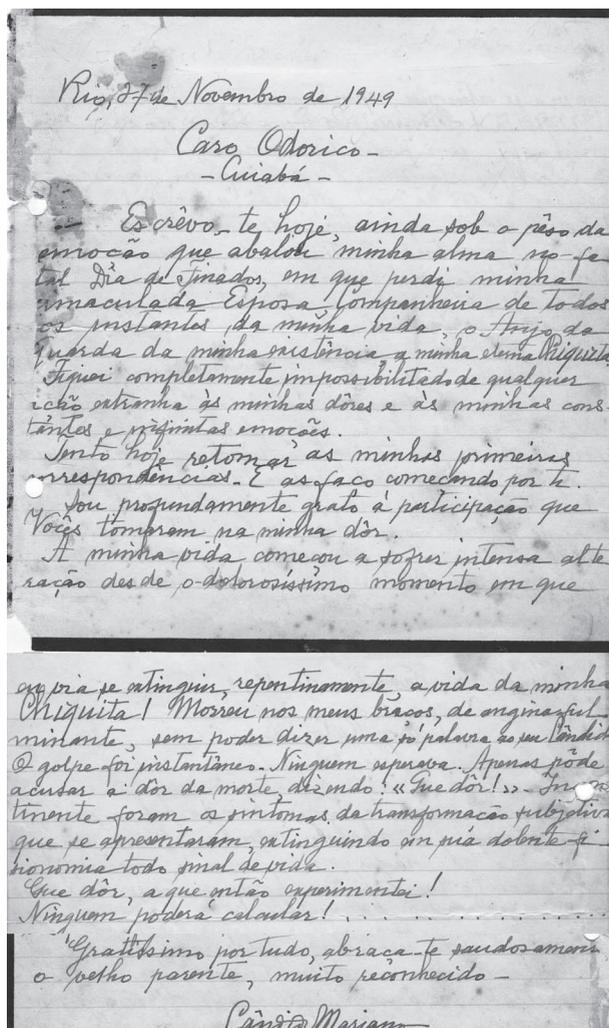
_____. *Ensino Superior em Mato Grosso*. Campinas-SP: Komedi, 2005.

MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do Ensino em Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, 1977.

A ALMA DE RONDON¹

RONDON'S SOUL

Aecim Tocantins²



1 (Palestra no 44º BIMtz, em 07/07/2011.)

2 Contador, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e membro do Conselho Fiscal da Instituição. Este artigo corresponde a uma palestra proferida no 44º BIM, em Cuiabá, em 2011. O autor conviveu pessoalmente com o Marechal Rondon, através da grande amizade de seu pai com essa personalidade.

ARTIGOS

RESUMO: O presente artigo versa sobre Cândido Mariano da Silva Rondon na intimidade, oferecendo ao leitor diversos dados da sua biografia, assim como discorrendo sobre momentos desta personalidade no convívio com meus familiares.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Biografia. Mato Grosso. Exército Brasileiro.

ABSTRACT: This article focuses on Candido Mariano da Silva Rondon in private, offering the reader many details of your biography, as well as discussing this character moments in life with my family.

Keywords: Cândido Mariano da Silva Rondon. Biography. Mato Grosso. Brazilian Army.

Em virtude da minha privilegiada convivência pessoal com o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon coube a mim a incumbência de falar sobre episódios que procuraram retratar os seus sentimentos humanos, ou melhor, “A Alma de Rondon” e ao estimado amigo e preclaro historiador, professor Ivan Echeverria, dissertar sobre fatos que marcaram a vida épica de tão insigne figura militar, sob o título *Rondon: de Mato Grosso para o Brasil e para o Mundo*.

Ao iniciar deste agradável encontro vejo no meu dever informar aos brilhantes alunos do NPOR e futuros oficiais que tanto eu, quanto o professor Ivan Echeverria entendemos ser melhor condensar nas palavras que vamos proferir as devidas respostas às perguntas oportunas a nós endereçadas.

Distinguido com a gentileza do convite para participar deste encontro nesta tradicional e querida Unidade, hoje Batalhão da Laguna e ontem cognominado Quartel do 16º BC, de tão gratas recordações à memória da minha juventude, vejo do meu dever, embora em rápidas pinceladas, reverenciar as Forças Armadas do meu País e as figuras de parte do imenso elenco dos integrantes que tanto a têm dignificado.

As Forças Armadas constituem o arcabouço da segurança e nacionalidade da nossa Pátria, é vigilante defensora da nossa democracia.

E o nosso Exército explicitamente garante a tranquilidade e proporciona o exercício da cidadania.

Em todos os movimentos que abalaram e sobrelevaram a nossa Pátria o poder militar esteve à frente defendendo os princípios sacrosantos dos interesses e anseios populares.

Assim foi na Proclamação da Independência, na Libertação dos Escravos, na implantação da República, no resguardo e consolidação da democracia e, mais próximo, na Revolução de 1964, tão salutar aos destinos do país.

Sempre estiveram presentes o descortino e a coragem de militares, cujos nomes a Pátria engrandecida tem gravado seus nomes. Dentre tantos que constituem verdadeiro batalhão, lembramos neste instante, os nomes de Benjamin Constant e Gomes Carneiro que foram os dois mestres amados do Marechal Rondon; General Osório, Duque de Caxias, Patrono do Exército, Marcarenhas de Moraes, o cuiabano Eurico Dutra, Presidente da República e defensor intransigente dos princípios constitucionais, Antonio Sampaio, Patrono da Infantaria, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Castelo Branco e Zenóbio da Costa.

A transição democrática foi tranquila graças à interferência das Forças Armadas nas pessoas do Brigadeiro Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra.

Prestada esta homenagem de justo respeito vou, agora, procurar falar algo sobre a figura extraordinária do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, uma das glórias do nosso Exército Nacional; jóia rara de Mato Grosso, cujo trabalho exprime minhas respostas aos brilhantes alunos do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), do 44º Batalhão de Infantaria Motorizado de Mato Grosso.

Nascido em Mimoso, município de Santo Antonio de Leverger, em 5 de maio 1865, era filho de Cândido Mariano da Silva e Claudina Maria da Silva; perdeu o pai antes do seu nascimento e a mãe quando tinha dois anos de idade, tendo sido criado pelos avós José Mariano da Silva e Maria da Silva Rondon.

Com sete anos de idade veio morar em Cuiabá, com o seu tio Manoel Rodrigues da Silva Rondon, de quem adotou o sobrenome Rondon.

Aos dezesseis anos, depois de concluídos seus estudos no Liceu Cuiabano, antiga Escola Normal, com o título de Professor, alistou-se como Praça no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, no Acampamento Couto Magalhães. Daí teve início a sua gloriosa carreira militar.

Ainda bem jovem, eu tive o privilégio de vir a conhecê-lo.

Meu genitor, Odorico Ribeiro dos Santos Tocantins, telegrafista do Telégrafo Nacional, ao longo dos anos prestou seus serviços no Escritório da Comissão Rondon e, de maneira especial e particular, ao Marechal, o qual fez dele um dedicado servidor e amigo da mais absoluta confiança, tanto é que o considerava de parente.

Em a nossa casa Rondon se hospedava e mantinha seu escritório particular.

Daí a oportunidade que tive de testemunhar várias manifestações de suavidade da sua alma.

Em gostosas gargalhadas ele exprimia seu espírito alegre nas conversas mantidas com seus velhos auxiliares da Comissão Rondon, que sempre o visitavam quando ele se encontrava em Cuiabá.

Lembro-me que numa dessas visitas estava um dos encarregados das turmas de levantamento dos postes telegráficos, geralmente de aroeira ou outra madeira de lei, ocorrendo o seguinte diálogo:

Os serviços de levantamento de postes eram feitos mediante tarefa diária. O Encarregado lembrou de que numa dessas missões, ao cair da tarde, suspendeu o trabalho deixando um poste para ser levantado no dia seguinte.

Como de praxe foi comunicar a Rondon que, devido ao adiantado da hora, deixara a turma de levantar um poste e veio pedir autorização do “rancho do jantar”, prometendo que a turma se comprometia a antecipar o trabalho do dia seguinte, ainda de madrugada, a fim de

levantar o poste faltante. O General, como sempre, inflexível no cumprimento das obrigações respondeu-lhe: pois bem, amanhã cedo, logo após o levantamento desse poste será servido o jantar, com o rancho da manhã.

O Encarregado foi levar aos seus comandados da turma a determinação e, em decorrência, voltaram para levantar o poste que faltava, após o que a alta hora da noite lhes foi servido o rancho.

Após esse colóquio, ambos – o General e o velho Encarregado da turma – deram gostosas gargalhadas, lembrando, assim, de um pitoresco fato.

As suas conversas, sempre amenas, eram constantemente entrecortadas de alegres exteriorizações.

Gostava de conversar com as crianças, com as quais se entretinha.

Eram frequentes as visitas que recebia da vizinhança e de alunos das escolas primárias.

Desde jovem ingressou para a doutrina positivista graças à influência, principalmente, de Benjamin Constant. Procurou fielmente orientar-se, em todos atos de sua vida pela trilogia positivista em servir à Humanidade, à Pátria e à Família.

Casou-se com Francisca Xavier Rondon, carinhosamente chamada de Dona Chiquita, no Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 1892, na Igreja Católica, em respeito à orientação da família da noiva, porém, mais tarde casou-se no templo positivista. Ela sempre o acompanhou na evolução positivista.

Desse consórcio nasceram sete filhos Heloisa Aracy, Benjamin, Clotilde, Marina, Beatriz, Maria e Branca.

Rondon, entretanto, mantinha com outras religiões admirável respeito e modelar relacionamento.

Certa vez, no Mimoso, numa prova de veneração ao Catolicismo disse ele ao Frei Teodoro Leitz: “Não deixe de vir pastorear suas ovelhas no Mimoso para que não seja só eu a lhes ensinar religião”.

Três netos de Rondon dedicaram-se à vida religiosa, sendo um sacerdote, o Padre Emanuel, e duas irmãs. Em 1997 a irmã Elizabeth Aracy dedicava seus trabalhos à aldeia indígena Menkin, em Brasnorte e a irmã Maria Cecília trabalhava no Rio de Janeiro. Ambas pertenciam à Congregação Sagrado Coração.

Também a filha mais velha Aracy após ficar viúva, recolheu-se num mosteiro, onde passou o resto de sua vida.

Para Rondon a família constituía um altar sacrossanto e a sua esposa era a Deusa idolatrada. Aliás, um dos ensinamentos do Positivismo, do qual era fervoroso adepto.

Seu amor à esposa era puro e à família cristalino.

Não se conhece qualquer procedimento que nodoasse a sua conduta de fidelidade matrimonial, apesar de quase sempre longe da esposa.

Certa missão nos sertões privou-o vinte e três meses do contato com a família.

Foi, sem dúvida alguma, um iluminado, um exemplar cidadão.

A esposa era considerada Deusa, a quem escrevia diariamente ao amanhecer.

Naquele tempo existiam as Cartas Telegráficas Noturnas (CTN), as quais eram escritas por Rondon diariamente. Não obstante, quando se encontrava longe do Telégrafo guardava-as para a remessa à Dona Chiquita, na primeira oportunidade. Isto tive a felicidade de testemunhar, pois certa feita ao chegar em Cuiabá, levei aos Telégrafos um pacote com várias Cartas Telegráficas, o que chegou a assustar o encarregado do recebimento.

Tive oportunidade de acompanhar Rondon em várias visitas ao túmulo do seu tio Mariano da Silva Rondon, o qual foi responsável pela sua educação em Cuiabá, e sepultado no Cemitério do Porto. Demonstrando seu amor filial de gratidão ele ficava algum tempo reverenciando a memória do saudoso.

Desejo lembrar que os trabalhadores da Comissão Rondon não tinham qualquer vínculo com o Governo Federal que viesse a dar-lhes o direito à aposentadoria. No entanto, dentro de seu espírito humanitário, tudo fez para que os mesmos e suas famílias não ficassem em desamparo depois de anos de trabalho prestados àquela comissão. Assim, por intermédio do então Deputado Federal Aluízio Ferreira, lutou tenazmente pela consecução de tais objetivos. Humildemente, jamais evocou para si os louros dessa conquista.

Rondon foi sempre inflexível no cumprimento do dever e no reconhecimento de gratidão aos seus auxiliares. Proclamava sempre a valiosa contribuição recebida dos índios quando nas investidas pelos sertões virgens. Nos contatos com os indígenas estava ele sempre à frente. Proibia qualquer hostilidade para com eles. Lembrando aos seus subordinados o lema positivista: “MORRER SE PRECISO FOR, MATAR NUNCA”.

Foi com a tribo Bororo que o general manteve o seu primeiro contato, chegando a falar corretamente o dialeto daquele povo. Rondon foi um defensor ferrenho da causa indígena. Foi o primeiro Diretor do Serviço de Proteção e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Sem abdicar dos princípios de respeito à hierarquia, Rondon mantinha respeitoso e amigável relacionamento com seus subordinados, com

as pessoas humildes, e muito especial com os parentes mimoseanos.

Lembro-me que quando o seu parente Amarílio, simples vaqueiro mimoseano, foi acometido de hanseníase, ele se preocupou profundamente.

À essa época era lançado pelo então Instituto Carlos Chagas, do Rio de Janeiro, um produto injetável em caráter experimental. Pois bem, aos cuidados do meu Pai, ele providenciou a remessa desse remédio para tratamento da hanseníase. Pediu, ainda, ao meu Pai que providenciasse o internamento do Amarílio na Colônia São Julião, na cidade de Campo Grande, o que foi feito propiciando a cura do doente, depois de demorado tratamento.

Desejo evidenciar trecho da carta de 2 de outubro de 1949, escrita por Rondon ao meu Pai, sobre o assunto:

Caro Odorico:

Fiquei satisfeito sabendo que foste com o Benjamin Duarte Monteiro ao Hospital de São João para solicitar do respectivo médico a bondade de aplicar a injeção do remédio que enviei para o Amarílio.

Seria preciso que todas as injeções fossem por ele aplicadas, a fim de poder verificar o seu efeito. Peço-te oportunamente me comunicares o resultado obtido com aplicação das injeções e a opinião do médico a respeito.

Tenho insistido junto ao Senhor Governador para fazer recolher o Amarílio ao Hospital São Julião de Campo Grande onde, talvez, melhor pudesse o Amarílio conseguir alguma melhora ao seu irremediável mal. Pelo menos, mais conforto e mais amplitude teria para sua vida. Coitado, ele está convencido que poderá voltar breve ao Mimoso.

Para ti, um longo abraço do velho parente agradecido.

Cândido Mariano.

As incumbências e ordens de serviço que Rondon determinava eram sempre bem claras e detalhadas para que não houvesse qualquer dúvida no seu exato cumprimento.

Quando no desempenho de missões de risco nos sertões estava sempre à frente do comando, como por exemplo, na travessia de rios e nas entradas dos territórios indígenas.

Como chefe, procurava sempre dar exemplo aos comandados. Na travessia do sertão, quando os animais de montaria estavam estropiados e o pessoal tinha que caminhar a pé, o general liderava a caminhada, embora o seu animal oferecesse condições de montaria.

Documento da mais alta valia sobre o amor à sua esposa encontrei na carta endereçada ao meu pai quando do falecimento da mesma.

A vida de Rondon constitui-se numa verdadeira enciclopédia.

Entre as numerosas obras de estoicismo pátrio de Rondon, entendendo que a construção das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas foi a mais relevante pelas circunstâncias heróicas que a envolveram.

O maior legado de Rondon à sociedade foram os exemplos de amor à Pátria e dignidade humana.

Por oportuno e por dever de justiça, desejo parabenizar com a Biblioteca do Exército pela recente reedição, em 2010, do livro RONDON CONTA SUA VIDA, de autoria de Esther de Viveiros, cuja obra considero um dos melhores trabalhos sobre a trajetória gloriosa do Marechal Rondon, digna de leitura de todos quantos se interessarem pelo perfeito conhecimento da sua honrosa vida.

Certa feita, na minha casa, num entardecer a sós comigo ouvindo os acordes da música “Terra de Rondon” de autoria de Francisco Pinto e música de Mário Zam, em uma antiga vitrola manual, vi-o emocionado atento a acompanhar os acordes, que assim se encerram:

Deus que te abençoe, Terra de Rondon!

E eu grito ao céu, em alto e bom som,

Deus te abençoe, Terra de Rondon!

A PALEOGRAFIA E A EVOLUÇÃO DAS LETRAS

THE PALAEOGRAPHY AND THE EVOLUTION OF LETTERS

João Euripedes Franklin Leal¹

RESUMO: O trabalho fala da origem das letras do alfabeto latino e das várias formas de escrever, desde Roma clássica, passando pela Idade Média, com o aparecimento da escrita dita Carolíngia, seguida da Gótica com suas variações, até a implantação da atual escrita Humanística no século quinze.

Palavras-chave: Origem das letras. Variações de escritas. Roma. Carolíngia. Gótico. Humanística.

ABSTRACT: The origin of Latin alphabetic symbols and the variations of writing forms since Rome, Middle Ages, Carolingian period and different Gothic scripts, until the appearing of our usual Humanist form.

Keywords: Alphabetic symbols. handwriting' variations. Rome. Carolingian. Gothic. Humanist form.

¹ Professor Livre-Docente de Paleografia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. jfrankinleal@hotmail.com

Os primeiros símbolos da escrita foram os pictogramas, nos quais os desenhos eram usados para designar as próprias coisas e situações como por exemplo, o sol representado pelo seu próprio desenho tradicional. Era a escrita ideográfica, com sua representação realística de cada idéia ou palavra. Esta forma primitiva de escrita passou a ter um sério problema: a grande quantidade de símbolos e a complexidade das representações gráficas para se interdiferenciarem.

Assim, este sistema de escrita deu lugar a uma forma mais simplificada de escrever que foi a escrita silabográfica, em que os sinais representavam os sons das sílabas.

Entretanto o grande avanço foi com a criação da escrita fonética, em que cada som passou a ter um símbolo individual a que chamamos letra. Com isto houve uma enorme redução de caracteres necessários para a composição das palavras.

Foi no Oriente Médio que os sistemas silábicos da antiga escrita sumérica (\pm 3200 a.C.), transformaram-se na escrita cuneiforme acadiana (2000 a 600 a. C.) e seus importantes pólos de irradiação foram as civilizações babilônicas e assíria, que se desenvolveram na região da Mesopotâmia.

Nesta altura, egípcios e acadianos, usavam uma língua semítica do mesmo tronco que hoje pertence o hebraico e o árabe.

Os semitas desenvolveram no nordeste da África, no Egito, um sistema de escrita, dito hieróglifos, que atendia suas necessidades, enquanto que na região mais a leste, na Mesopotâmia asiática, se usava outro e diferenciado sistema, o cuneiforme.

Entre estes dois pólos de civilização, estavam outros povos semitas, que viviam do intercâmbio comercial nesta área do Mediterrâneo e vendo a praticidade dos cuneiformes aliados à qualidade gráfica dos hieróglifos, fizeram surgir uma escrita com boa base na escrita egípcia aliada à funcionalidade dos sinais mesopotâmicos. Foram os fenícios, ancestrais dos libaneses, que com objetivo de facilitar sua atuação comercial no Mediterrâneo, criaram o alfabeto no século XIV a. C. Este sistema sofreu constantes mutações e já no século XI a. C., apresentou sua forma definitiva com 22 letras. Foi ele a base de várias outras escritas como hebraica, a aramaica, a púnica, a árabe, a grega e a latina.

A idéia da escrita fenícia era de ter-se um conjunto de poucos caracteres, ou letras e com uma forma gráfica de fácil desenho. Também organizaram uma lista de palavras na qual, cada uma delas iniciava-se com o som de uma consoante diferente e com associação a um hieróglifo egípcio que pudesse ser usado, para representar os sons

iniciais. Estava criado o alfabeto que era composto, inicialmente, só de consoantes e que originou a escrita puramente fonética.

Assim, para escrever, era só necessário decompor as sílabas em elementos vocálicos e consonantais. Bastava saber o nome das letras, reconhecendo o som consonantal inicial e usar outras letras para representar as consoantes necessárias na composição da palavra.

Segundo o historiador Heródoto um príncipe fenício, Cadmos, século XIII, mudou-se para a Boécia, na Grécia, fundando a cidade de Tebas e aplicou os sinais do alfabeto fenício à escrita da língua grega.

Foram os gregos que, para adaptar a escrita fenícia a sua língua, passaram a usar as vogais. Todo o processo já estava solidificado no século IV a. C. com um alfabeto de 24 letras. Os semitas escreviam da direita para a esquerda, já os gregos que inicialmente usaram a forma bustrofedom (caminho do boi), isto é uma linha da esquerda para direita e a seguinte da direita para a esquerda e assim sucessivamente, adotaram posteriormente a forma, hoje ocidental, da esquerda para a direita.

Na península itálica, os etruscos, povo que ali se instalou em torno do século XI a.C., possuía uma escrita já baseada no alfabeto grego na altura do século VII a.C. com 26 letras. Entretanto com a supremacia de Roma na península e o domínio da sua língua, o latim, os romanos passaram a usar 21 letras originais do alfabeto grego, mas com algumas modificações gráficas e fonéticas. A mais importante refere-se aos sons de K e de G, pois a letra C, que originalmente representava o som G, passou a representar o som K e a letra K que representava o som K, caiu em desuso. Para então representar o som G os romanos adotaram a letra C, mas com uma barra vertical, no meio da letra, dando origem a uma nova representação de letra, o G.

Os romanos também alteraram o nome das letras para uma forma monossilábica (bê, cê, dê etc...), entretanto, no século I a.C., havia duas maneiras de expressar o nome de algumas letras: a antiga, como no exemplo acima e usada até hoje e uma da época, com a colocação de um E inicial antes das consoantes, como em EF, EL, EM, EN, ER, ES o que explica hoje a falta de uniformidade nos nomes das letras.

Algumas letras surgiram a posteriori, como U que no latim e mesmo no português mais arcaico não existia e era representado pelo V.

A letra jota foi produto da escrita gótica medieval onde, em algumas palavras, a representação de dois is juntos fazia parecer ser um u. Para diferenciar estabeleceu-se que o segundo i seria caldado, originando assim o J. O pingo do i iniciou-se seu uso no século XI também para facilitar sua identificação na escrita medieval. O C com

cedilha surgiu na península ibérica, na época da estruturação das línguas neo-latinas medievais e a cedilha é a deturpação de um pequeno zê que era colocado sob a letra.

A letra é um sinal gráfico com o qual se representa os sons de uma língua. A história das letras de nosso alfabeto é também um pouco da história da língua e da evolução do ductus ou traçado da sua escrita, que tanto interessa à paleografia.

Muito interessante é conhecer o processo de evolução gráfica e origem de cada letra do alfabeto latino, que geralmente segue o seguinte roteiro egípcio-semítico-fenício-grego-etrusco-latino e sempre em seu aspecto maiúsculo, pois assim nasceram as letras, uma vez que o formato minúsculo surgiu tempos depois.

A letra A tem sua origem no pictograma do hieróglifo egípcio que representava a cabeça do boi Ápis. Sua representação foi transformada para a primeira letra do alfabeto fenício, com o nome de álef, que na sua língua significava boi. Esta letra tornou-se o alfa grego que originou o A latino.

A letra B originou-se do pictograma egípcio que representava uma casa de teto achatado, no estilo mediterrâneo, sendo que a palavra semítica beth significa casa e deu margem ao nome beta a esta letra no grego, de onde derivou o latino bê. No latim a letra B teve duas formas, a uncial e a clássica, sendo sua forma minúscula originária do cursivo latino.

A letra C, no antigo latim, representava os sons K e G e derivou-se da letra fenícia gimel que significava camelo, após passar pelo grego com a denominação de gama. Sua forma gráfica já era de inspiração egípcia.

A letra D tem sua origem fenícia no daleth, que em grego deu a letra delta. Seu desenho lembra uma porta, que já era o significado de daleth em fenício e hebraico e de sua representação nos hieróglifos egípcios.

A letra E vem do hieróglifo egípcio que significava olhar, contemplar e que deu origem a letra fenícia hé, que por sua vez originou a vogal grega épsilon, que o latim conservou e originou o nosso E. O minúsculo nasceu da deformação da escrita uncial do século IV.

A letra F originou-se inicialmente do hieróglifo egípcio, que significa gancho ou suporte que tornou-se a letra fenícia vau. Dela surgiu a letra dígama grega, que gerou o F latino.

A letra G existiu no hieróglifo hierático egípcio e na escrita hebraica como guimel, que tinha primitivamente o som de G e em grego a letra gama. Mas quando o C tomou o som de K criou-se um novo caráter, por alteração do G, para representação do fonema. Somente no

século IV a.c. é que foi realizada a distinção entre as duas consoantes.

A letra H teve origem no hieróglifo egípcio que significa cerca ou corda trançada, que em fenício é a letra heth que por seu lado originou a grega eta e depois o agá latino. O H minúsculo nasceu da deformação provocada pela escrita uncial.

A letra I surgiu do hieróglifo egípcio que representa uma mão e serviu de padrão para o iod fenício e hebreu. Este deu origem ao iota grego e posteriormente ao i latino. A letra I foi usada posteriormente na forma de i caldada ou j, pela escrita gótica até ser aceita, como nova letra, após o século XVI.

A letra K teve origem no egípcio, que representa uma mão virada para cima e deu origem a letra kaf fenícia, que significa palma da mão. Passou ao grego como kapa e depois ao latim.

A letra L surgiu do hieróglifo egípcio que representa um cajado e tornou-se o semítico lamed, que originou o grego lambda e o L latino.

A letra M teve sua origem na representação das ondas das águas na escrita egípcia, que passou para o fenício mem, que significa água, no grego mi e em latim eme. Foi na escrita uncial romana que os ângulos da letra tornaram-se mais arredondados.

A letra N provém da representação de uma serpente na escrita egípcia, que originou o nun hebraico e fenício, que fez surgir o ni grego antecessor do ene latino.

A letra O derivou da escrita egípcia significando olho, que deu origem ao fenício ayin que também significa olho, passando para o grego como ômicrom até o latim ô.

A letra P provém da escrita egípcia representando boca, tornando-se fenícia com mesmo significado e denominada pé, passando ao grego como pi e depois ao latim pê.

A letra Q é originária da representação gráfica da escrita egípcia que representa um nó, passando ao fenício com o nome de quof e com mesmo significado. Em grego deu o quopa que originou o que latino.

A letra R era representada na escrita egípcia hieroglífica pelo desenho de uma cabeça e passou para o fenício com o nome de rech e com o mesmo significado, tendo originado o rô grego e consequentemente o erre latino.

A letra S derivou do hieróglifo egípcio que significava dente, que originou o fenício chin, com mesmo significado, que passou ao grego como sigma e como esse para o latim.

A letra T significava marca na escrita egípcia e assim se manteve no fenício com o nome de tau, mesmo nome que se manteve em grego originando o t latino.

A letra U, V teve origem no hieróglifo egípcio que significa gancho ou suporte e deu origem a letra fenícia vau, com mesmo significado, passando para o grego com o nome de epsilon.

Sua história de V e U se confundem pelo uso indiscriminado da forma, que somente foi separada definitivamente no século XVII, tendo a forma reta tornada consoante e a forma arredondada uma vogal.

A letra X veio do hieróglifo egípcio que significava peixe e originou a letra samec que os gregos denominaram ksi e os latinos xis.

A letra Z provém do hieróglifo egípcio que representava a foice, passando fenício com o nome de zayim, ao grego com nome de dzeta e por fim do zê latino.

HIERÓGLIFOS EGÍPCIOS	SIGNIFICADO DOS HIERÓGLIFOS	LETRAS SEMÍTICAS (FENÍCIO)	NOME DAS LETRAS SEMÍTICAS	GREGO	NOME DAS LETRAS GREGAS	ROMANO
	boi		alef	A	alfa	A a
	casa		beth	B	beta	B b
	bumerangue		gímel	Γ	gama	Γ γ
	porta		daleth	Δ	delta	Δ δ
	olhar		hé	E	épsilon	E e
	gancho		vau		digama	F f
	cerca		heth	H	eta	H h
	mão		iod	I	iota	I i
	palma da mão		kaf	K	kapa	K k
	cajado		lamed	Λ	lambda	Λ λ
	água		mem	M	mi	M m
	serpente		nun	N	ni	N n
	olho		ayin	ο	ômicron	O o
	boca		pé	Π	pi	P p
	nó		quof		quopa	Q q
	cabeça		rech	Ρ	rô	R r
	dente		chin	Σ	sigma	S s
	marca		tau	T	tau	T t
	gancho		vau	Υ	Ipsilon	U u
	peixe		samec	Ξ	ksi	X x
	foice		zayin	Z	dzeta	Z z

Voltaire construiu uma frase belíssima para definir a escrita: “a escrita é a pintura da voz”. Esta escrita, que foi divisor de águas na história do homem, possui uma origem no sistema norte-semítico, que no seu ramo cananeu originou o alfabeto dito fenício, que adotado pelos gregos, em torno do século VIII a X a. C., atingiu, através de seu ramo ocidental ou calcídico, a península Itálica, mais propriamente os etruscos, em torno do século VI ou VII a. C. Adotado pelos etruscos, adaptado a sua fonética, este alfabeto foi recebido pelos latinos que, já no século VI a. C., usaram-no inicialmente com 21 letras, sendo depois estendido para 23, com a entrada do Y e do Z, e posteriormente para 25, com o aparecimento das formas gráficas chamadas ramistas do U e do J. O documento Fíbula de Preneste, do início do século VI a. C., com sua escrita comprova esta progressão do alfabeto e das formas das letras gregas para o romano. Esta escrita romana perdurou por cerca de um milênio e entrou em decomposição junto com o Império Romano, após apresentar sucessivamente as formas de letra chamadas de capital quadrada, ou elegante, e de capital rústica, além da posterior capital cursiva, que originou uma minúscula primitiva no século III d. C. Nesta sequência de letras romanas surgiu um último modelo de letra que foi denominado uncial, juntamente com sua paralela semi/uncial, findando assim a escrita junto com o Império Romano do Ocidente.

Entretanto, com as invasões bárbaras, com a desagregação cultural, artística e econômica da Europa nos séculos V e VI e a decadência romana, houve uma reformulação particularizada da escrita, que, com o devido respeito ao pai da paleografia Jean Mabillon, ao afirmar o aparecimento de “escritas nacionais” como escritas advindas dos bárbaros, contrapomos com o estudo de Scipioni Maffei, que provou a unicidade e a continuidade da escrita européia. Assim como a história não dá saldos, a história da escrita possui uma sequência lógica e comprovada racionalmente, que, o alfabeto latino, com suas letras romanas, desenvolveu-se em escritas reorganizadas na Europa nas formas visigótica, merovíngia, irlandesa ou insular, curialis, beneventana ou montecassinense, lombárdica, as quais, na altura do século IX, sob Carlos Magno, foram suplantadas pela chamada letra palatina (mais conhecida por carolina ou carolíngia), que foi adotada como letra de seu império, tendo como exemplo a produção librária do mosteiro de São Martinho, na cidade de Tour. Essa produção teve como principal articulador Alcuino de York, que, juntando seu conhecimento de escrita irlandesa – que reconhecidamente é vista como exemplo de qualidade, principalmente por seu modelo chamado Book of Kell (tido como a perfeição da escrita medieval, apesar de incompleto) – e unindo a forma da escrita semi-uncial do final do Império Romano, produziu a bela forma adotada pelo Império Carolíngio, que necessitava

de uma letra de clareza comprovada e de fácil manejo para escrever e para a prática corriqueira da burocracia de iniciava. Esta letra estava ligada à produção dos grandes mosteiros medievais.

É esta letra carolina o fundamento da escrita gótica. Hoje, sem sombra de dúvida, após os estudos de Jean Mallon está demonstrado o liame de filiação da escrita gótica à escrita carolina. Desta escrita carolina é essencial seu conhecimento para haver uma real informação do que foi a gótica.

A escrita carolina durou do século IX ao século XII e era uma bela letra minúscula de forma arredondada, com hastes baixas, bem proporcionada, simples como convém ao que procura ser perfeito, regular, apresentando letras independentes e quase sem uso de nexos. Foi a escrita que dominou rapidamente o Ocidente europeu, excetuando, entretanto, a região do Benevento no sul italiano, que persistiu com sua escrita dita Montecassinense, sem se contagiar pelo modelo originário do governo de Aquisgrana.

Em geral, na Europa ocidental, depois da metade do século XII, surgiu, fruto dos exageros nos ductos da minúscula carolínea e do enrijecimento dos traços que a compunham, um tipo de escrita que foi posteriormente denominada pelos seus críticos renascentistas de gótica, mas os contemporâneos chamavam de angular ou escolástica. Esta letra foi por três séculos (século XII ao século XV) a escrita própria dos códices. Esta foi a escrita própria das grandes universidades européias, que se formaram e que adotaram rapidamente sua forma como própria para a composição de seus códices, de suas “pecias”, e daí a denominação de escolástica.

Na Itália, rapidamente foi seguida para o uso litúrgico, apesar de a Cúria romana ainda persistir, para alguns de seus diplomas, no uso da forma de escrita dita curialis.

A origem da letra dita gótica está na região norte-oriental da França, na Normandia, na região do Brabante, em torno do início do século XII.

Esta letra fundamentalmente difere da sua antecessora pelo enrijecimento de seus ductos, pela tendência a ligação de letras entre si, pelo grande número de abreviaturas, pelo contraste entre o traço finíssimo e o traço largo numa mesma letra, pela escrita extremamente uniforme e repetitiva.

Alguns aspectos diferem de região para região, como na Inglaterra e na Alemanha, onde a forma aguda da letra foi muito mais acentuada que em regiões latinas.

O estilo gótico era muito variado, sendo mesmo até um pouco impreciso e complicado, refletindo talvez o aspecto cultural da época, com letras tendendo ao arredondamento em certas partes, mas sempre em forma quebrada ou de fratura.

No século seguinte ao seu aparecimento, ou seja, no século XIII, a letra tendeu a aparecer muito serrada, as abreviaturas aumentaram, as letras cresceram e houve uma certa decadência de seu estilo de ductos. A escrita, que até então era considerada também um elemento decorativo, começou a tomar uma liberdade que a afastou de sua original forma, gerando multiplicidade de estilos.

O gótico atingiu seu máximo desenvolvimento nos séculos XIV e XV, sobrevivendo no século XVI, especialmente em regiões periféricas da Europa, onde chegou a ser usado até o início do século XVII, como por exemplo na Galícia e residualmente ainda em Portugal.

Na França, a minúscula gótica derivou uma escrita escolástica dita *littera parisiensis*, muito pequena e pouco caligráfica, sempre tendendo a uma forma cursiva.

Na Inglaterra houve uma minúscula gótica altamente influenciada pela antiga letra insular e que iniciou o uso de pontos sobre as letras I ou J como sinal diacrítico e, em contraponto à escrita escolástica parisiense, surgiu o tipo de Oxford, quase análogo ao de Paris.

A escrita gótica sobreviveu ainda mais na tradicionalista Inglaterra e se desenvolveu nos modelos utilizados até ao século XVI e início do XVII, nas formas de Secretary Hand, usada na burocracia governamental, na forma de Court Hand, usada principalmente pelos notários da corte inglesa de posição hierárquica superior.

Na Itália, o gótico, menos anguloso e agudo, sofreu de uma falta de elegância que possuía a escrita antecessora, e o modelo básico foi a chamada *littera bononiensis*, que foi amplamente estudada no século passado por Luigi Schiaparelli e no século atual por Giorgio Cenceti. Esta letra gótica italiana atingiu com sua influência toda a região do Veneto, a Lombardia e até as regiões alpinas, mas no sul foi pequena sua influência após os Montes Apeninos.

Na Alemanha, o gótico encontrou sua principal área de influência, inclusive tornando-se praticamente um símbolo “nacional” e perpetuando-se muito além daquilo que foi razoável no território europeu.

O gótico tornou-se na Alemanha a chamada letra de fratura ou *fraktur*, usada inclusive pela imprensa até o século XIX e ainda no século XX reavivada no seu uso durante o breve período do nacional-socialismo.

O gótico alemão é tipicamente librário, regular, rígido com muitas ligaduras, com letras pesadas e de enorme agudez. Sua textura elimina quase totalmente a curva e os espaços fechados têm forma hexagonal. Traube foi o maior estudioso da escrita gótica alemã, ou letra *fraktur*.

No domínio da escrita ibérica, Portugal e Espanha, o gótico penetrou a partir do século XII, sendo primeiramente na região da Catalunha e em direção a Castela. Portugal e Galícia foram das últimas áreas a sofrer

esta transformação e conseqüentemente foram as que por mais tempo usaram esta escrita, independentemente do restante europeu já ter quase abandonado esta forma, que foi substituída pela letra dita humanística.

Na Ibéria, o gótico manteve seu traçado rápido e muito anguloso, com sua tendência de ligar as letras entre si. Na sua forma cursiva, os traços se toanram longos e muito finos, envolvendo o próprio corpo da letra conforme o caso.

O gótico ibérico permaneceu até o final do século XVI, mas a partir do meado do século XV surgiu sua primeira variante, chamada de letra cortesã, usada principalmente pela chancelaria régia e notários ligados à corte. Seu traçado é mais complicado e as letras tornaram-se mais arredondadas, ligando-se umas às outras.

Ainda no século XV surgiu um outro tipo caligráfico como variação do ductos da gótica que ficou conhecido como letra processual ou processada, que nada mais era que uma degenerescência da letra cortesã. Apesar de seus aspectos semelhantes e de suas abreviaturas quase análogas, ela era mais incorreta, com abundância de enlaces e com uma enorme irregularidade na separação das palavras.

Era uma letra usual nas repartições públicas e na vida cotidiana e uma boa parte foi fruto da vulgarização acelerada e mal preparada de arte de escrever. Um bom exemplo desta escrita processual é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel dando conta do achamento da terra do Brasil. Ainda dentro de um processo degenerativo da arte de escrever, surgiu no século XVI uma outra variante gótica, que foi usual até princípios do século seguinte e, com boa razão, denominada letra encadeada. Este padrão de letra nada mais é que a letra processual escrita de forma ainda mais encadeada, na qual linhas inteiras eram produzidas sem se levantar a pena e as letras perdiam parte de sua identidade tornando-se aparentemente quase idênticas. Esta letra é de grande dificuldade de leitura, exigindo longa prática e imensa paciência.

Segundo estudiosos da história da escrita, especialmente Jean Mallon, a escrita gótica não é mais que um prolongamento acompanhado de uma mudança básica no seu ductos, fruto de alguns fatores como o uso de material para escrever de qualidade modificada. Isto se refere a uma questão tecnológica na produção do pergaminho (o papiro há muito havia sido abandonado). O pergaminho, mais bem polido e liso, possibilitava um manejo mais veloz da pena, que por seu lado também sofreu uma melhoria na sua produção, quando seu corte, que a bifurcava, passou a ser feito de forma mais aprimorada, o que colaborava na sua flexibilidade. A pena passou a ter um tratamento térmico que facilitava seus volteios, e como a bifurcação em sua extremidade era milimetricamente diferenciada, dava à escrita a possibilidade de produzir simultaneamente traços

finos e cheios, que são uma das características da gótica. Esta flexibilidade da pena facilitava também a produção da angulosidade típica. Segundo Jean Mallon, também colaborou nesta mudança de ductos da carolina para gótica a alteração da posição do pergaminho sobre a mesa para escrever. O pergaminho passou a ficar em posição oblíqua ao escrever, possibilitando o tombamento à esquerda da letra. Com o uso, a partir do século XIII e XIV, do material chamado papel, mantiveram-se as facilidades advindas do pergaminho mais bem estruturado tecnicamente.

Um dos grandes aspectos gráficos da chamada letra gótica era sua forma em “arco gótico”, como o usado na arquitetura de época, enquanto que a carolina usava um traçado que se aproximava do arquitetonicamente chamado arco romano.

Segundo alguns, as iluminuras copiando os vitrais eclesiásticos, influenciaram o aparecimento deste “arco gótico” nas letras, o que acreditamos que deve ser mais bem investigado.

É opinião corrente que a escrita gótica nada mais é que o fruto de uma nova realidade que ocorria na Europa, onde o aparecimento de universidades, especialmente as da Bolonha, Paris e Oxford, exigia uma letra mais veloz e rápida que permitisse que as “peças”, ou “*pecia*” de estudos fossem reproduzidas com maior velocidade e em maior quantidade para suprir as necessidades escolares. Daí seu nome de letra escolástica, porquanto seus usuários nunca haviam chamado pelo nome de gótica, que foi dado por seus grandes adversários, os humanistas, num sentido pejorativo e destinado a vinculá-la ao passado “bárbaro medieval” que tanto combatiam.

O célebre Petrarca dizia amar a leitura, mas que fosse em letra antiga, ou, como dizia, *littera antica*, se referindo a manuscritos em carolíngio, pois aquilo produzido pelos medievos em escrita de época era bárbaro, decadente e abominável.

A reação, no século XV, à letra gótica feita pelos humanistas e pelos renascentistas foi constante a ponto de levar Nicolo Nicolli e Poggio Bracciolini a procurarem uma letra que supunham romana para substituir a pejorativamente chamada gótica. Esta letra eles denominaram *littera antica*, pois julgavam ser de uso do período clássico romano, mas estudos bem posteriores mostraram ser a carolina, típica letra medieval, se bem que originária da semiuncial romana e da insular.

Nicolli e Bracciolini passaram a divulgar esta nova letra, que chamavam de moderna, na segunda década do século XV, e que hoje chamamos humanística, sendo a usual do mundo ocidental e depois adotada pela imprensa persistindo até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- BERWANGER, Ana Regina, FRANKLIN, João Euripedes. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1991.
- DIRINGER, David. *A Escrita*. Lisboa: Verbo 1985.
- DONATO, Hernani. *A Palavra Escrita*. S.Paulo: Melhoramentos 1960.
- CENCETTI, G. *Paleografia Latina*. Roma: Jouvence 1987.
- MALLON, Jean *De L'écriture*. Paris: CNRS, 1986.
- WEISE, O. *La Escritura y el Libro*. Barcelona: Labor 1935.
- SALVADOR, Gregório. *História de*

DISCURSOS



DISCURSO DE ABERTURA DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

(19 DE OUTUBRO DE 2011)

OPENING SPEECH OF THE 5TH SYMPOSIUM OF
THE BRAZILIAN HISTORICAL INSTITUTES
(OCTOBER 19, 2011)

Arno Wehling¹

No momento em que abrimos o V Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro faz uma saudação especial aos presidentes e representantes dos Institutos Históricos estaduais. Sua presença em mais este encontro sinaliza a importância de que se reveste a aproximação que vimos desenvolvendo desde 1998. É de ressaltar também a presença entre nós, pela primeira vez, da Academia Portuguesa da História, hoje representada por sua presidente, Dra. Manuela Mendonça.

É com satisfação que constatamos a adesão maciça e a consequente participação, por seus presidentes ou representantes, de todos os institutos históricos estaduais existentes no país.

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica (USP, 1980) e pós-doutor em História nas Universidades do Porto e Portucalense. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor titular da Universidade Gama Filho e professor visitante da Universidade de Lisboa, conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Quando nos reunimos no I Colóquio, no ano de 1998, a principal expectativa, preâmbulo indispensável das demais, era a do entrosamento entre nossas instituições, para que da troca de experiências tão diversas resultassem discussões e reflexões que nos permitissem ações conjugadas e complementares em prol de nossas instituições.

Desse primeiro encontro saiu a *Carta do Rio de Janeiro*, um documento subscrito por todos os participantes que sublinhou, entre outros aspectos, a necessidade de que tanto o governo federal quanto os governos estaduais ouvissem nossas instituições para a formulação das respectivas políticas culturais. Em alguns casos fomos atendidos, em outros não, mas o movimento se iniciou e os espaços institucionais começaram a ser ocupados.

Os colóquios posteriores foram consolidando esse processo e gerando também sucedâneos, como os colóquios estaduais realizados por iniciativa de institutos do Nordeste e pelo de Santa Catarina, iniciativas que devem ser mantidas e estimuladas, não obstante a existência de eventuais óbices de natureza material.

O próprio número de institutos estaduais deve crescer, pois há estados que ainda não possuem uma entidade dessa natureza, como Tocantins, Amapá e Roraima. Uma gestão inicial já foi feita pelo IHGB, mas a conjugação de esforços, inclusive com a atuação dos Institutos estaduais mais próximos deve torná-los realidade.

Já entramos assim, senhores presidentes e representantes, no segundo ponto dessa palavra, que é matéria comum a todas as nossas exposições, a ponte entre o que fizemos de nosso último colóquio a esta parte e o que pretendemos fazer daqui por diante.

Ambos os momentos, o que foi e o que será, têm como elemento comum as políticas traçadas em função de diretrizes enunciadas e aperfeiçoadas ao longo do processo. Uma preocupação que temos tido, em nossa diretoria, é a de planejar nossos passos considerando conjuntos e não dá-los de maneira isolada e espasmódica. Isso não significa recusa ao inesperado, se ele representa boa oportunidade para a Casa, mas significa sim seu enquadramento em alguma das políticas já formuladas, ou até a revisão destas, se necessário.

Desse modo, há alguns vetores que sintetizam os diferentes ramos de nossas atividades, e sobre cada um deles valem pequenas observações que, baseadas na experiência do que foi e no desejo do que aspiramos ser, podem encaminhar nossas reflexões.

O IHGB, traduzindo diretrizes em políticas, privilegia as relações com seus congêneres estaduais e municipais e com as entidades semelhantes de outros países; a convivência acadêmica de seus membros;

a produção e a divulgação de conhecimentos na área de estudos brasileiros; a consolidação e expansão de seu acervo; a atuação na área do patrimônio cultural.

Privilegia. O que queremos dizer exatamente com isso? Em correta etimologia, privilegiamos algo quando damos a isso um estatuto próprio, distinto daquele que admitimos para outros aspectos que são comuns. A *privis legis* no Antigo Regime dava um recorte jurídico específico e diferenciado a alguém ou a alguma instituição, tornando-o um ente de exceção à ordem comum – razão pela qual o procedimento seria tão estigmatizado a partir da Ilustração e da Revolução Francesa.

Em nosso caso, o privilégio tem raízes mais democráticas, porque foi objeto de discussões e livremente incorporado aos estatutos por decisão de assembleias que reiteraram aqueles compromissos fundamentais. Não descuramos de outros aspectos, mas damos àqueles o papel preeminente que merecem, na expectativa de que, assim, o fazendo, cumprimos melhor com as finalidades maiores do Instituto.

As relações com os Institutos estaduais, os municipais e as Academias nacionais de outros países é espaço privilegiado de nossa atuação porque o convívio institucional enriquece o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma vez que a interlocução e a troca de experiências permitem que aperfeiçoemos nosso desempenho e assim atinjamos melhor nossos objetivos. Se desde a Ilustração existe uma “república das letras” e se desde pelo menos o século seguinte existem comunidades científicas estruturadas e intercambiantes no mundo ocidental, essa atuação ainda mais se justifica no século XXI, com as facilidades tecnológicas que se nos apresentam. O fato não desprezível de todas essas instituições estarem acessíveis *on line*, ao alcance de um teclado, e com muitas delas podermos realizar encontros virtuais em tempo real, torna mais fáceis e também muito mais compulsórios os contatos entre nossas entidades. Por isso investimos e continuaremos a investir recursos nesses instrumentos, de modo que essa interação se amiúde e aprofunde. Quem sabe não poderemos, em futuro próximo, programar eventos intermediários de colóquios como esse por meios virtuais, anualmente por exemplo, mantendo o encontro presencial – indispensável, embora sempre mais oneroso, para a periodicidade trienal tradicional? Ou realizar encontros virtuais luso-brasileiros entre o IHGB e a Academia Portuguesa da História, por cima do Atlântico?

A convivência acadêmica entre os membros do Instituto é outro objetivo que vimos perseguindo com os melhores resultados, e que se projeta positivamente para o futuro. No *De formigas, aranhas e abelhas – reflexões sobre o IHGB*, publicado no ano passado, dizia sobre a questão:

Se o convívio tem, para os seres humanos, esta conaturalidade, o convívio acadêmico acrescenta-lhe alguns predicados que o viabilizam no âmbito de uma Academia. Mais que isso: ele é a própria seiva vital da instituição. Sem convívio acadêmico, ou este sendo precário, não há empatia, nem diálogo, nem troca; logo, não há acréscimo, nem enriquecimento: permanecemos iguais ao que éramos, quando a vida acadêmica nos motiva a sermos nós mesmos, mas no limite extremo – e aperfeiçoado – de nossas potencialidades.

O convívio acadêmico torna-se, assim, elemento importante do ambiente da instituição. Se é prazeroso e rico, ela será pujante, reconhecida e desejada. Se, ao contrário, for desgastante ou desinteressante, a instituição definhará e morrerá.

Esse convívio, que parte do pressuposto da identidade institucional, se faz entretanto de modo inteiramente livre, porque é paralelo a outros pressupostos, como o respeito à diversidade de pensamento e à admiração *goetheana* pela inteligência.

A perspectiva do convívio, que adotamos, talvez melhor expresse a idéia, no fim de contas tão natural, tão intrínseca à pluralidade da vida social, da “unidade na diversidade”: a instituição une personalidades diferentes, que mantêm suas individualidades numa construção dinâmica permanentemente refeita, mas igualmente sempre equilibrada.

A produção e a divulgação de conhecimentos é outro objetivo que temos perseguido e se constitui em compromisso indeclinável e permanente. Produzir e divulgar conhecimentos é finalidade estatutária presente em todos os nossos textos básicos desde 1838. As expressões podem variar, ao sabor do gosto e das características de cada época: para referir-se ao que chamamos agora “produção de conhecimento”, nosso estatuto de 1838 dizia “metodizar”, expressão repetida nos estatutos de 1851 e 1890. No de 1906 falou-se em “investigar” e “estudar”, conceitos repetidos em todos os que se seguiram, até o atual, de 1996. Igualmente no que se refere à divulgação dos conhecimentos, os estatutos valorizaram a publicação da Revista e a realização de atividades de disseminação do conhecimento.

É, portanto, compromisso pétreo da Casa. Compromisso esse que atualmente encontra dificuldades, que temos de enfrentar com toda a pertinácia. Refiro-me tanto à produção quanto à divulgação dos conhecimentos. No primeiro caso, a produção de conhecimento no Instituto, mudou muito o panorama ao longo da história de nossa instituição. Até o aparecimento das Universidades, e mais particular-

mente dos cursos superiores de história, geografia e das demais ciências sociais, vale dizer, por cerca de um século, o IHGB foi sede de pesquisas institucionais ou lócus de atuação de pesquisadores individuais, que não possuíam outros fóruns ou vinculações institucionais. Basta lembrar o interesse sobre o estudo das culturas indígenas, nos primórdios do Instituto, estimulado a partir do próprio governo imperial, no primeiro aspecto. No segundo, o trabalho individual, quase solitário, de um Capistrano de Abreu. Como bem lembrou José Honório Rodrigues, ao fazer seu paralelo com o norte-americano Turner, o autor dos *Capítulos de História Colonial* pesquisou e produziu num país com fraca estrutura editorial e sem universidades, onde se reunisse a massa crítica do conhecimento. A correspondência de Capistrano, acrescento, mostra bem como a falta dessa interlocução institucional se compensava com os contatos pessoais – inclusive no Instituto, com Vieira Fazenda, Rio Branco ou Max Fleiuss, por exemplo – ou com a rede epistolar. De ambos os aspectos muitos outros exemplos poderiam ser lembrados.

O quadro se alterou profundamente com a criação dos cursos superiores dessas disciplinas, desde fins dos anos 1930 e sobretudo com a bem sucedida implantação dos programas de pós graduação a partir dos anos 1970. Atualmente, cerca de uma centena de programas de mestrado e doutorado em história, além daqueles de geografia, sociologia, ciência política, direito, economia e antropologia, atuam em áreas que são as do Instituto.

Não apenas isso: as investigações estão estruturadas em grupos de pesquisa disseminados por todo o país, o que é excelente para o Brasil e desafiador para o IHGB e instituições congêneres. A pergunta consequente é: qual o papel, nesse quadro, de uma instituição que tradicionalmente foi um centro de estudos e pesquisas? Deve organizar também seus grupos de pesquisa, buscando para isso apoio financeiro de entidades de fomento? Mas como realizar isso, se não possui recursos para manter um quadro básico de pesquisadores e, ainda que os tivesse, como compatibilizar a condição de pesquisador institucional com a de sócio da entidade? Lembremos que Vieira Fazenda, o historiador do Rio de Janeiro de que neste ano relançaremos a principal obra, foi bibliotecário e pesquisador do Instituto, e por isso mesmo jamais foi membro.

Situação semelhante é a de nossa Revista, a mais antiga do Brasil e das Américas em publicação contínua. Ela já foi a grande e também a única publicação científica do Brasil. Agora, entretanto, convive com mais de uma centena de publicações congêneres, em especial as

oriundas dos mesmos programas de pós graduação das universidades e entidades de pesquisa do Brasil. Isso também é muito bom para o país e também muito desafiador para o IHGB. A questão não está apenas em manter a qualidade das colaborações. À Revista não basta *ser* uma excelente publicação: ele também precisa *parecer* uma excelente publicação. Assim, precisa submeter-se a critérios técnico-científicos determinados por órgãos governamentais, a partir de padrões internacionais, para obter qualificação positiva, que lhe permita atrair bons colaboradores, porque estes por sua vez encontram-se subordinados a regras que os obrigam a publicar, e a publicar em periódicos com avaliação superior.

Como enfrentar esses desafios? Como criar um canal permanente de divulgação que contemple qualitativamente pelo menos uma suma confiável do que se produz na matéria em todo o país e no exterior e que também seja um local de publicação dos trabalhos dos seus membros? Estamos encaminhando respostas para todos esses desafios, e o processo encontra-se em pleno andamento. Apenas a título de exemplo, lembrarei a opção que fizemos recentemente para compatibilizar temática científica e institucional na Revista, ao definir que dos quatro números anuais três seriam dedicados ao primeiro aspecto e um – o último do ano – ao segundo.

A consolidação e expansão do acervo é outra área que compreensivelmente elegemos como prioritária. Desde a fundação o Instituto tem, também como determinação estatutária, coligir documentos referentes à formação brasileira. Coligir, é evidente, implica em organizar e disponibilizar à consulta do público. E a polissemia do conceito de documento, se hoje em dia possui rica discussão, já era percebida empiricamente pelos fundadores, pois que desde o princípio se preocuparam não apenas com o manuscrito ou o impresso – sentido restrito de documento – mas também com o livro e a peça museológica.

Nessa área igualmente estamos em pleno processo, em meio a diferentes estratégias de preservação e controle da informação, como a digitalização, a restauração, o inventário e a catalogação. Um exemplo sobre muitos é o entendimento com o Arquivo Nacional e o Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha para o acesso via internet a coleções de manuscritos de nosso Arquivo. Da mesma forma que nos aspectos anteriores, há dificuldades a superar, em termos de recursos materiais, pois, embora utilizemos recursos próprios em algumas ocasiões, eles são obviamente escassos face às necessidades. Dependemos, assim, da colaboração de outras

instituições e de organismos de fomento, em projetos que por sua vez dependem de um aparato técnico e logístico que ultrapassa os recursos individuais da Casa.

Por último, mas não menos importante, trata-se de nossa atuação no âmbito do patrimônio cultural. O Instituto teve no passado, antes da definição de uma política pública relativa ao patrimônio cultural do país, um papel pioneiro e relevante, que evidentemente cessou quando da criação do IPHAN na década de 1930 e das entidades estaduais e municipais de proteção. Atualmente a matéria está inclusive incorporada ao texto constitucional, contemplando explicitamente o patrimônio material e o imaterial, atestando a importância que felizmente se dá ao tema no Brasil. Isso entretanto não isenta ao IHGB de atuar no patrimônio, pela sua óbvia importância para todas as suas áreas de atuação. Temos tido e pretendemos continuar tendo dedicados cultores da temática do patrimônio como membros do Instituto. Ele próprio se encontra representado em conselhos dos órgãos oficiais de preservação patrimonial. Nosso papel principal nesta seara, agora, é o de discutir, analisar e propor políticas públicas para o setor, fornecendo subsídios para as ações do legislativo e do executivo, e eventualmente nos manifestarmos em alguma notória emergência.

Senhores presidentes e representantes dos Institutos estaduais, essa breve retrospectiva e prospectiva sobre a atuação do IHGB não pretendeu ser uma fotografia do que fizemos e uma planilha do que projetamos, mas um filme que surpreenda o processo em andamento, permanentemente em andamento, e no qual em consequência não existe a palavra “fim”.



DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS NA SESSÃO MAGNA DO ANO DE 2011

(21/10/ 2011)

CLOSING REMARKS OF THE V BRAZILIAN
SYMPOSIUM

Arno Wehling¹

Numa entidade acadêmica como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sempre cabe a reflexão sobre o conceito de *pertencimento*, já que cada um de seus membros é, por essa própria condição, célula de um organismo. A metáfora biológica pode ser substituída por uma metáfora física ou lógica – *elemento* de um sistema, por exemplo – mas a ideia essencial continua a mesma. Isso porque cada sócio faz parte desse organismo que completa hoje 173 anos e no qual, apesar das células se substituírem, como sempre acontece com os seres vivos, o todo permanece.

No âmbito das relações humanas o *pertencimento* está intrinsecamente ligado à participação na identidade grupal, e desse modo foi considerado pelos antropólogos e etnólogos. De suas pesquisas

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica (USP, 1980) e pós-doutor em História nas Universidades do Porto e Portucalense. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor titular da Universidade Gama Filho e professor visitante da Universidade de Lisboa, conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

sabemos como, em algumas comunidades, a perda do pertencimento – a expulsão do núcleo grupal como sanção à falta cometida – era encarada como punição pior que a morte. Os helenistas viram significado semelhante no ostracismo ateniense, se bem que nesse houvesse um limite temporal que, uma vez cumprido, permitia a reintegração comunitária do indivíduo. Na própria lógica aristotélica, entre o singular e o universal havia uma categoria intermediária, não apenas de ligação, mas com contornos próprios, a do particular.

No mundo comunitário e corporativo do Antigo Regime a noção de pertencimento tinha igualmente uma força imensurável. Pertencer a uma comunidade aldeã, a uma corporação de ofícios ou religiosa ou a uma guilda era garantia de segurança pessoal e sobrevivência material. Estar excluído de qualquer dessas esferas particulares lançava o indivíduo num vácuo ou anonimato social, que poderia rapidamente levá-lo à condição que na Inglaterra era conhecida como de *out Law*, sem que necessariamente esse “fora da lei” significasse a prática de um crime. Quando, nesse contexto, a palavra *pátria* passou a ser usada correntemente, ela designava o pertencimento ou vinculação a uma determinada região, reveladora de uma auto-reconhecida identidade, como no Brasil colonial ocorre com a *pátria pernambucana* já no século XVII.

No mundo societário posterior à Revolução Francesa, abolidas pelo menos formal e juridicamente as distinções corporativas e particulares, vistas como privilégios, em nome da igualdade de todos perante a lei, é fácil perceber como o mecanismo identitário e consequentemente o pertencimento se deslocam para os conceitos de “nação” e de “cidadão”. Todos somos, hoje em dia nacionais e cidadãos, enquanto o apátrida – isto é, o *anacional* – é visto como alguém de certa forma prejudicado pelo não pertencimento a uma sociedade nacional e o não cidadão no século XIX – o escravo, por exemplo, no Brasil ou nos Estados Unidos - sempre foi um problema social, político e jurídico, assim como o são os excluídos contemporâneos, em nome de uma concepção de cidadania ampliada em círculos concêntricos de direitos individuais, civis, políticos e sociais.

Cabe agora a pergunta: sendo a noção de *pertencimento* elemento tão difundido e forte em diferentes culturas e épocas, como se evidencia em sociedades científicas e culturais como o Instituto Histórico? Precisam tais entidades de uma percepção forte de *pertencimento*, ou elas o dispensam?

Nossa primeira intuição na resposta é um vigoroso “sim”, que se reforça com os desdobramentos concretos.

E por que precisam de uma percepção de *pertencimento*?

Por pelas menos duas razões, uma negativa e outra positiva.

Porque não são meras entidades que respondem a uma necessidade imediatamente concreta, definida por uma força exterior e formal cuja obrigatoriedade de pertença quase se esgota na letra de seu estatuto.

São, pelo contrário e muito além disso, entidades que possuem uma alma ou um ethos, força interior que lhes anima a existência e, como numa corrente elétrica, polariza os elementos para continuar produzindo seus resultados.

Assim, a percepção de *pertencimento* a essas entidades por parte de seus constituintes é praticamente a condição *sine qua* de sua existência. É uma característica vital para sua continuidade. Sem ela, essas instituições rareiam seus encontros, escasseiam sua produção, deixam de ser ambicionadas pelos melhores, tornam-se um espectro do que foram. Em duas palavras: decaem e morrem.

E em que consiste essa percepção de *pertencimento*?

Podemos dizer sinteticamente que ela consiste em pelo menos três aspectos essenciais: a preocupação com o destino institucional da entidade, a participação no seu desenvolvimento e a manifestação de uma forte identidade.

Ao dizermos que a noção de *pertencimento* expressa a preocupação com o destino institucional, queremos significar não apenas a vaga manifestação exterior, mas a ideia da co-responsabilidade no processo coletivo de condução da Casa a suas finalidades. Supõe, isto é, dizendo mais profundamente, pressupõe a assunção plena da fidelidade aos princípios diretores formalizados no estatuto, mas que só produzem seus efeitos se efetivamente vivenciados. Essa fidelidade está contida no compromisso com que cada um de nós assume a condição de sócio por ocasião da posse, e que foi sintetizada na fórmula que todos conhecemos:

“Prometo promover, quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente seu estatuto e regimento.”

Prometer *promover o engrandecimento do Instituto* não é um compromisso eivado de subjetividade, como à primeira vista pode parecer. Há certo consenso sobre o que seja a grandeza de uma instituição desta natureza, quer pelo significado que tenha no panorama científico e cultural do país e do exterior, quer pelo cultivo dos valores que efetivamente realiza.

A observação fiel do estatuto e do regimento, por sua vez, não é mera vinculação burocrática. Supõe a adesão, ao mesmo tempo formal e essencial, no sentido aristotélico da distinção, àqueles valores e às finalidades e objetivos neles inscritos. Aí estão a produção e divulgação do conhecimento, a constituição do acervo documental e a defesa do patrimônio cultural do país, bem como os valores que os embasam: a preocupação com a memória e a história nacionais e o fundamento humanista que tudo perpassa.

Esse destino institucional, portanto, está muito claro para nós. De um lado, a referência permanente das finalidades e objetivos a atingir, como os cumes visíveis do iceberg. De outro, a referência permanente do substrato ético expressos nos compromissos com a memória, a história e o humanismo. Perceba-se que falo em humanismo e não em humanidade, já que este conceito pode ser questionado, como em Goethe, quando reclama de sua abstração, dizendo que conhece apenas homens individual e culturalmente relativizados. Para que não herdemos polêmicas do racionalismo e da Revolução Francesa, definamos como humanista nosso compromisso, o que já abarca tanto a empatia cosmopolita quanto a percepção concreta ao próximo.

Ao dizermos, em seguida e como corolário, que o *pertencimento* implica na participação no desenvolvimento institucional, afirmamos a necessidade de envolvimento nas **ações** do Instituto. São relevantes tanto a presença quotidiana quanto a contribuição excepcional – como uma palestra ou uma representação – para o bom desempenho de nossa instituição. Porque não podemos duvidar: o IHGB será o que cada um de nós individual e coletivamente fizer para que venha a ser. E isso precisa ocorrer complementarmente nos planos da reflexão e no plano operacional. Não basta ter ideias, é preciso sentir a dificuldade de implementá-las; reciprocamente, não basta participar da implementação, se não houver uma convicção teórica preliminar. Reflexão e operação estão presentes e concorrem para o desenvolvimento institucional quando apresentamos trabalhos na Cephas, publicamos estudos e resenhas na Revista, atuamos em Seminários e Congressos patrocinados pela Casa, representamos o Instituto, declinamos nossa condição de sócios em eventos e publicações externos, sugerimos políticas e práticas institucionais ou a mudança daquelas em andamento.

Esse tipo de *pertencimento* que promove o desenvolvimento institucional, portanto, envolve as diferentes dimensões em que cada um de nós atua no Instituto. Contudo, não significa apenas a soma de nossos currículos e atividades individuais, mas um direcionamento para a prática institucionalizada no âmbito do IHGB. O todo que

este representa não é apenas a soma das partes individuais que cada membro representa com sua bagagem intelectual acumulada, mas o conjunto que a ultrapassa quantitativa e qualitativamente. Se pudessemos representar estatisticamente esta ideia, ela corresponderia à comparação entre uma escala aritmética e uma escala logarítmica, na qual se insere uma variável proporcionalmente mais significativa – justo a pertença ao Instituto. Ou, se quisermos recorrer a uma imagem jurídica, a da igualdade linear compensada pela equidade.

Por fim, pode-se afirmar que a noção de *pertencimento* ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro parte de uma forte percepção identitária.

Mas, em que consiste a identidade? Estamos ente historiadores e outros cientistas sociais e devemos tomar cuidado em não naturalizar simploriamente os conceitos que empregamos. Identidade não significa necessariamente o mesmo, conforme empreguemos a palavra no senso comum, burocraticamente (uma “carteira de identidade” nos vincula a um determinado ente público, o Estado) ou ainda filosófica e cientificamente.

Para fixarmos os parâmetros de que necessitamos, coloquemo-nos nos dois últimos aspectos.

Logicamente, a identidade pressupõe muito mais nuances que o simples princípio de identidade conforme definido desde a Grécia antiga: o que é, é e o que não é, não é. (LAL 452,2acol) Se a identidade pode ser, como queria Aristóteles recebido pelos tomistas, numérica e específica ou de qualidade, o *pertencimento* de que falamos corresponde à segunda expressão. É nesse sentido que utilizei os exemplos estatístico e jurídico.

No próprio Santo Tomás são identificados 27 tipos de identidade, algumas das quais tem adequação perfeita à perspectiva de identidade que mais de perto nos interessam: *idem definitione*, *idem matéria*, *idem specie*, *idem secundum analogiam*, esta última oposta ao conceito *idem secundum univocationem*, sublinhando que a semelhança está muito longe da uniformidade. Valha o paradoxo: somos no IHGB muito semelhantes porque somos muito diferentes.

Antropológica e historicamente, o conceito de identidade também possui significativa variação semântica. Tomemos como exemplo uma das muitas discussões sobre o tema, o Seminário, que se realizou em 1975 e que teve como orientadores Claude Lévy-Strauss e Jean Marie Benoist. Este, na proposição das discussões sobre o tema, desde logo chamou a atenção para a necessidade de uma “reafirmação consolidadora do conceito de identidade [entre os antropólogos], menos que

uma destruição iconoclasta de seus elementos idealistas latentes”. Era um apelo à objetividade e ao uso funcional do conceito, num terreno cheio de armadilhas teóricas que pode desembocar no mais completo e devastador solipsismo – e eliminar assim qualquer utilidade do conceito para as ciências sociais.

Após dias de discussão que encheram o volume que sintetiza o Seminário, Lévy-Strauss, na sua conclusão, retomou a pergunta que motivou o encontro: “por onde orientar-se para formular a noção de identidade?”. E ele respondia, coroando o desenvolvimento do tema naqueles dias: “Será na via oposta à do substancialismo dinâmico; será considerando que a identidade é uma espécie de fazer virtual ao qual nos é indispensável referir para explicar um certo número de coisas, mas sem que jamais tenha uma existência real”.

Ainda que pudéssemos questionar aspectos dessa definição, como por exemplo estranhar que Lévy-Strauss não considere aí “real” o campo simbólico, procuremos aplicar a nosso universo de interesses as perspectivas dos dois autores.

No caso da preocupação expressa por Benoist, a de antes reafirmar a utilidade do conceito do que refutá-lo devido a seus fundamentos idealistas, podemos constatar simplesmente que a identidade, ou seja, a auto-identidade, sempre fez parte do *ethos* do Instituto e como tal foi proclamada desde os textos fundadores do visconde de São Leopoldo e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Ainda pensando pragmaticamente como Benoist, nossa identidade, se é algo que não deve ser idealmente superestimado, também não deve ser iconoclasticamente destruída nem menosprezada. Se há alguma coisa em que a virtude esteja no meio termo, certamente é nisto.

Quanto à ótica de Lévy-Strauss, e aplicando-a com alguma latitude, dois aspectos parecem falar-nos mais de perto.

O primeiro é a constatação de que a identidade não é um imperativo categórico, absoluta e igualmente distribuído entre todos os membros do Instituto. É contudo algo que nos une a partir de algumas categorias e exteriorizações qualitativas, a uns mais, a outros menos, mas sempre de modo vinculante. Nosso compromisso de posse no IHGB estabelece um limite subjetivo interessante, que se aplica a este ponto, ao dizer “quanto em mim couber”, significando o respeito que a Casa reconhece dever às potencialidades e limitações do ingressante.

O segundo ponto refere-se ao “fazer virtual” que traduz “certo número de coisas”. Ainda que não associemos o “virtual” ao “simbólico” poderíamos dizer que essa virtualidade é indispensável porque permite expressar o lado visível e concreto – o “certo número de coisas” de

Lévy-Strauss – do *pertencimento*, sem que a identidade em si precise ter uma existência concreta, ainda que em muitas vezes o tenha.

Alinham-se, desse modo, diferentes razões para que a noção de *pertencimento* seja uma das molas mestras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e certamente de instituições congêneres.

A *sensação de pertencimento* reflete a consciência identitária e expressa comportamentos, atitudes e práticas que consolidam a identidade; cimentam as relações de seus membros entre si e com o abstrato, porém não menos “real” IHGB; e permitam que ele viva o seu *ethos* e atinja suas finalidades.

A *sensação de pertencimento*, essa entrega voluntária à instituição, é o elan que a mantém viva e atuante. E a vitalidade desse élan se nutre do envolvimento de cada um de nós com o seu destino.



DISCURSO DE POSSE NO IHGMT

(23/09/2011)

Nileide Souza Dourado¹

Autoridades, Senhoras, senhores, prezados confrades e confradeiras, convidados, familiares, especialmente minha mãe Dona Nena, aqui presente, em nome de quem cumprimento todos os presentes. É com intensa alegria e muita emoção que, ao lado dos valorosos e valiosos companheiros, Suzana e Vinícius, tomo posse em solenidade tão significativa.

Sinto-me honrada por entrar em instituição cultural tão representativa para o Estado de Mato Grosso, mas, se aqui estou foi pela vontade de Deus e pela aprovação unânime de todos os sócios, aos quais sou eternamente agradecida, porém em especial à Professora, Dra. Elizabeth Madureira Siqueira, minha eterna professora, amiga e companheira, pela indicação e recepção nessa Casa, mediante palavras tão amáveis. Obrigada de coração!

Gostaria de salientar também o quanto me é grata, em termos pessoais, a distinção que o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) me confere, “Sócia Efetiva”; por isso prometo exercer com a maior dignidade, zelo e assumir os encargos para os quais for designada.

O IHGMT é a mais antiga e importante instituição do gênero em Mato Grosso, fundado em 1º de janeiro de 1919 e instalada no dia 8 de abril do mesmo ano. Destina-se, é certo, a “zelar pela memória, pela história, geografia e cultura de Mato Grosso” -, um local consagrado à produção de pesquisas e de interpretações sobre o Estado. Nesse sentido, reitero a honraria de poder participar de instituição consagrada, que teve em seus quadros personalidades distintas, como *Dom Francisco de Aquino Corrêa; Joaquim Pereira Ferreira Mendes; Virgílio Alves Corrêa Filho; Estevão de Mendonça; Philogonio de Paula Corrêa; Antônio Fernandes de Souza; José Barnabé de Mesquita; Firmo*

¹ Mestre em História, PPGHIS/UFMT, historiadora da área técnica e científica do NDIHR/ICHIS/UFMT. É atualmente aluna do Curso de Doutorado em Educação – História da Educação/ PPGE/Instituto de Educação/UFMT.

José Rodrigues; Isác Póvoas; Rubens de Mendonça; Luis-Philippe Pereira Leite; Gervásio Leite; Maria de Arruda Müller; Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues) e Antônio de Arruda, apenas para elencar aqueles falecidos.

Dos contemporâneos, desnecessário tecer comentários, pois sua contribuição para a compreensão de Mato Grosso é evidente em suas publicações, reconhecidas regional e nacionalmente.

No estatuto da entidade, em seu Capítulo - II – *Dos Associados* - artigo 4.º - item I – determina que os “Efetivos [...] regularmente empossados ocuparão cadeiras com patronos definitivos.” (2009, p.02). Nestes termos, o patrono, escolhido para a minha cadeira será *Antônio Rolim de Moura!*

Antônio Rolim de Moura, nascido em 12 de março de 1709, em Portugal, filho de Nuno Manuel de Mendonça, IV Conde de Val de Reis, Comendador e Alcaide-mor das Comendas e Alcarias e de Dona Leonor Maria Antonia de Noronha, filha do I Marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha (MOURA, 1982, p.15).

Rolim de Moura foi o sexto filho de um total de dezesseis, que tiveram o IV Conde de Val de Reis e sua esposa – dos quais onze mulheres e cinco homens. Das onze, só duas se casaram; as nove restantes, ou morreram cedo ou entraram para os conventos e professaram votos, à exceção de uma que se conservou no século e faleceu solteira, com mais de 44 anos (Idem, p.15).

Dos rapazes, só o mais velho, Lourenço Felipe Nery de Mendonça e Moura, se casou, herdando o título do pai; dos quatro restantes – excetuando aquele de quem vamos especialmente falar, D. Antônio Rolim de Moura – todos seguiram a vida eclesiástica e ascenderam aos mais altos cargos nas respectivas escalas hierárquicas, chegando D. *José Francisco Miguel Antonio de Mendonça*, como Cardeal Patriarca de Lisboa. Uma vez que em Portugal, no século em questão, nem sempre foi possível casar filhos entre famílias pela falta de dinheiro para os dotes, preferindo os pais que os seus descendentes fossem vocacionados à vida religiosa (BASTOS, 1954, p.5- 6).

De acordo com a historiografia, desde cedo, o futuro Governador da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, foi dado ao estudo. Teve uma formação educacional capaz de fazê-lo glorioso, de uma sagacidade adequada para torná-lo verdadeiro em atitudes, dono de um *espírito crítico, humano e justo*, além de ser um jovem disciplinado nos estudos e um cristão exemplar.

Seus estudos não se limitaram à Filosofia e Teologia – abrange a sua instrução a todas as ciências – A Política dos Povos e das Gentes, que

forma o Direito público das Nações, um dos seus principais estudos. Apreciador das Matemáticas puras, das Ciências e Artes mais úteis. Estudou, também, a História Universal e a História de Portugal, que o tornou capaz de assimilar a importância do imperialismo português nas terras das conquistas. Homem de vasta e profunda erudição, em todas as Artes Liberais, perfeito na música, na poesia, equitação e na espada. O que se pode concluir que D. Antônio Rolim, além da educação normal de um nobre português da Corte, na época, teve também uma excepcional formação cultural e científica. Pessoa de grandeza e virtudes, por ter sido contemporâneo do Iluminismo, sua filosofia lhe trouxe conhecimentos das Artes mais precisas à nação portuguesa. D. Rolim foi conhecedor das Ciências Exatas e também um combativo militar português (CANOVA, 2011, p.56).

Antônio Rolim assentou praça de soldado no regimento de cavalaria de Alcântara, em Lisboa. Foi escolhido pela rainha de Portugal, Dona Maria Ana de Áustria, esposa de Dom João V, para exercer o cargo de Veador da Casa da Rainha. Assumiu também o cargo de Tesoureiro do Hospital de Lisboa; Cavaleiro professo da Ordem de Santiago. Ocupou o posto de capitão de Infantaria em um dos Regimentos da Corte (BASTOS, 1954, p.10). Assim, foi nomeado pelo Rei D. João V, em 1748, capitão-general para criar o governo de Cuiabá e Mato-Grosso, ocasião em que recebeu das mãos da Rainha, as *Instruções* relativas ao modo como devia proceder nessa Capitania de além dos mares. Foram essas Instruções que lhe serviram de orientação no encaminhamento das questões regionais, constituída de 26 artigos (SIQUEIRA, 2002, p.40-41).

O oficial, obedecendo ao rei, embarcou na cidade de Lisboa, na Ribeira das Naus, a bordo da caravela Nossa Senhora da Lampadoza, em 3 de fevereiro de 1749, seguindo em direção ao Brasil. O Governador da Capitania de Mato Grosso chegou a Pernambuco em abril de 1749. Em junho do mesmo ano seguiu para o Rio de Janeiro. No início de 1750 foi para São Paulo e a seguir viajou a Cuiabá. Antes da partida, Rolim e toda comitiva ouviram missa na igreja de N. Senhora da Penha. Depois, a Companhia de Dragões deu três descargas de tiros em honra à padroeira, começando o embarque (BASTOS, 1954, 27).

A viagem de Antônio Rolim da cidade de São Paulo à Vila de Cuiabá, em 1751, foi contada em carta e publicada em “Relação de Chegada”, em Lisboa, no ano de 1754, escrita pelo próprio Governador ao seu primo, conta a admiração que lhe causaram tanta terra e tanta água “*rios caudalosos, matos espessos e campos tão distantes, os animais, as plantas, os índios e os lugares*” (BASTOS, 1954, p.12).

No texto, há um rigor de dados que impressionam aos olhos do leitor contemporâneo, na medida em que detalhou a localização, descreveu os lugares, precisou a origem dos nomes, notadamente das cachoeiras, ou seja, o militar Rolim de Moura tudo viu porque lhe interessava cada pormenor das terras da América, motivo de contemplação e descrição.

A viagem na rota das monções do Cuiabá, feita pelo mandatário-mor da capitania de Mato Grosso, descrita no referido documento, revela que a tripulação da canoa do Governador foi paramentada em grande estilo, como as *galeotas* em Lisboa (MOURA, 1982, p. 27).

Tripulação composta de 190 homens, distribuídos em, aproximadamente, 23 canoas, embarcadas pelo governador, missionários, oficiais, companhia de tenentes, soldados, remeiros e pilotos, cuja carga foi composta de *cunhetes*, de *bala* e *pederneira*, de *roupa precisa para o caminho*, *rede e mosquitoeiro*, grandes *fardos de mantimentos*, *barris e frisqueiras*, o *feijão*, *farinha* e *toucinho* e algumas galinhas, só para os doentes de maior perigo.

Além disso, três canoas pequenas, chamadas de *montaria*, iam adiante para pescar, caçar, longe do ruído que fazia a tropa, e suprirem com peixe e carne fresca as deficiências do mantimento transportado. Portanto, a navegação pelos onze rios apresentava perigo com as cachoeiras e sumidouros que sorviam as canoas, ventanias que ocasionavam grandes ondas, troncos submersos, troncos caídos que atravessavam margem a margem etc.

Os índios constituíam também outro perigo, principalmente os *Caiapós*, no Rio Grande e, do Taquari em diante, os índios canoeiros *Paiaguás*, e os cavaleiros *Guaicurus*. Nessa ocasião Rolim “adestrou” durante a viagem os soldados e tomou precauções especiais. Com esses cuidados e mais o reforço das canoas de guerra enviadas de Cuiabá, que esperavam no Taquari, os índios não se atreveram a aparecer (MOURA, 1982, p.31).

Assim, depois de mais de cinco meses, a viagem ia chegando ao fim. No dia 12 de janeiro de 1751, a expedição de D. Antônio Rolim de Moura chegou ao porto de Cuiabá. Ao saltar em terra foi saudado pelos dragões com três descargas de mosquetaria e por vinte e um tiros de peça. Aguardavam-no as autoridades da Vila – os Ministros, membros da Câmara e oficiais de justiça, os padres e as ordenanças da terra, de uniforme. E, no domingo seguinte, 17 de janeiro de 1751, tomou posse (Idem, p.32).

Rolim de Moura, não partiu imediatamente para a região do Guaporé. Quase todo o ano de 1751 – de janeiro a princípio de novembro – permaneceu em Cuiabá se inteirando dos problemas da Capitania e tomando as “primeiras providências administrativas”:

- I. Publicou bando anunciando as mercês concedidas pelo Rei aos que assistissem nas Minas do Mato Grosso, região do Guaporé;
- II. Publicou outro bando proibindo fazer guerra aos índios sem licença do Governo e proibindo que qualquer indígena saísse da Capitania;
- III. Concedeu cartas de sesmaria;
- IV. Providenciou a instalação da primeira aldeia de índios mansos.
- V. Autorizou as monções irem direto a São Francisco Xavier, sem terem que passar primeiro por Cuiabá, o que encurtava a viagem para as minas do Guaporé (MOURA, 1982, p. 35).

Portanto, a 3 de novembro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura partiu para as Minas do Mato Grosso, para fundar Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital), a primeira capital mato-grossense, onde estabeleceu a nova povoação, em 19 de março de 1752, em cujo dia se levantou o pelorinho e foram nomeados capitão-mor e vereadores (MOURA, 1982, p. 40). Ali foram instaladas as repartições governamentais, construídos um palácio e uma igreja, assim como traçadas as ruas que comporiam a capital, de acordo com uma planta projetada em Portugal.

A escolha do local, pelo oficial português, se justificou por observar questões estratégicas de defesa e segurança dos moradores e, também, salvaguardar a entrada interior do Brasil, local vinculado à defesa da fronteira e construção territorial. Nesse dia de festividade cristã, o do Patriarca São José, Rolim fundou a cabeça do governo na fronteira, em lugar mais próximo do Guaporé e entre os seus dois principais afluentes (Saráre e Galera), o que representou a legitimação do poder lusitano no extremo oeste da América Portuguesa, tendo D. Antônio Rolim de Moura como representante legítimo do Estado Português na América Portuguesa.

Rolim de Moura governou a Capitania de Mato Grosso por 13 anos, 11 meses e 4 dias, compreendendo o período de 1751 a 1765 (SIQUEIRA, 2002, p. 79). Em 1754, o Rei D. José I o nomeou Brigadeiro e depois o fez Conde de Azambuja e Marechal de campo dos seus exércitos. O despachou como governador da Baía de Todos

os Santos, aonde chegou aos 25 de março de 1764, de onde veio, em 1767, para o Rio de Janeiro, com o título de Vice-Rei a render o Conde da Cunha. Tomou posse e governou o Rio de Janeiro até outubro de 1769. Partiu para Lisboa e foi despachado pelo Rei D. José I e por sua augusta filha. Presidente do Conselho da Fazenda, Tenente General do Exército de S. Majestade do Conselho de Guerra, e Governador das Armas da Corte e Extremadura. Antônio Rolim de Moura faleceu em Lisboa, na noite de 8 de dezembro de 1782.

Rolim de Moura foi o oficial do Império luso português que estabeleceu a posse da Coroa da Portuguesa, na América, por toda a margem direita do rio Guaporé e cujo legado foi ter iniciado a consolidação das fronteiras mato-grossenses. Foi um hábil diplomata e suas qualidades, como administrador, soldado, homem de cultura e pessoa, merecem os nossos elogios e honrarias.

A minha proposta ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é, além da produção intelectual que oferecerei à Instituição, dedicar aos trabalhos de organização, sistematização de documentos históricos, área na qual poderei oferecer contribuição.

Reitero meus agradecimentos e a honra de poder integrar a mais antiga instituição cultural de Mato Grosso ao lado de um grupo tão seleto de intelectuais.

REFERÊNCIAS

- BASTO, Artur de Magalhães. *D. Antonio Rolim de Moura. Governador da Capitania de Mato Grosso (Três Documentos)*. Coimbra: Editora, Limitada, 1954.
- CANOVA, Loiva. *Antonio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da Colônia portuguesa na América (1751- 1764)*. Tese (Doutorado, em História). Universidade Federal do Paraná, 2011.
- MOURA, Carlos Francisco. *D. Antonio Rolim de Moura. Primeiro Conde de Azambuja; Biografia*. Cuiabá: NDIHR/UFMT/Imprensa Universitária, 1982 (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães- Gerais).
- NOTÍCIAS chronologica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde o ano de 1751 de sua criação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laembert, v. 20, tomo 20, p. 282-283, 1857.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT

Vinicius de Carvalho Araújo

Cumprimento a todos os presentes e agradeço por compartilharem este importante momento de minha vida. É para mim uma grande honra passar a compor os quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e aproveito a oportunidade para fazer alguns agradecimentos.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado a vida e tudo o que consegui conquistar. Em segundo lugar, à minha família, que me deu as condições de adquirir a formação que acumulei ao longo dos anos. Nela, quero salientar minha esposa Mônica Cristina e meus filhos Carlos Alexandre e Natália Cristina, por sua importância. Destaco também o papel de meu avô, Argeu Pinheiro de Carvalho, jornalista profissional e grande leitor. Ele foi um dos maiores incentivadores do meu talento como escritor, seguindo os passos dele.

Agradeço em terceiro lugar ao sócio efetivo do IHGMT, Paulo Pitaluga, pela proposição do meu nome para ingresso nesta instituição. Serei eternamente grato por sua generosidade e por ter enxergado potencial em mim.

Agradeço, na sequência, aos demais sócios, por terem aceito minha indicação. Quero por em relevo aqui a figura do professor Aecim Tocantins, cuja residência conheci e estreitei relações sociais. Cito também o sócio Joel Leão, que tive a oportunidade de conhecer na militância profissional.

Agradeço à professora Elizabeth Madureira Siqueira pela atenção dispensada tanto a mim quanto às duas colegas que ora passam a integrar a instituição comigo. Sua crença no trabalho que podemos desenvolver é uma das principais fontes de motivação frente aos desafios que se apresentam diante de nós.

Agradeço também aos meus colegas em todas as organizações que fizeram parte da minha formação e atividade profissional. Há um ditado tibetano que diz que “nós somos uma soma de não nós”. Todos vocês compõem este “não nós” que me ajudou a ser quem sou hoje.

Feitos os agradecimentos, peço agora permissão aos presentes e leitores para fazer uma breve digressão sobre a imortalidade, uma vez que estamos numa casa de imortais e estou prestes a ingressar em outra.

Um dos grandes sonhos da humanidade desde seus primórdios foi a busca pela imortalidade. Foram tentadas diferentes formas de alcançar esta quimera. Uma delas foi pela religião, com a aceitação quase universal da existência de uma essência imortal em todos os seres humanos, separada do corpo físico e que sobreviveria à sua morte.

Esta essência foi chamada de diversas formas ao longo da história. Ora como alma, outras como espírito etc. A concepção de uma realidade metafísica ou transcendental foi e ainda é para muitos a busca pela eternidade e sublimação dos nossos limites humanos. Outro caminho mais racional foi por meio da filosofia, que vem indagando, desde pelo menos a antiguidade, sobre o sentido da nossa existência e as possibilidades de uma vida eterna.

Na literatura, que é considerada a sexta das sete artes clássicas, há diversas obras que aprofundam os dilemas éticos e morais envolvidos na imortalidade. Seria correto viver para sempre quando todos os outros seres vivos que habitam a terra não o fazem? Será que se fosse facultado aos seres humanos viver para sempre, isto seria desejável? O que seria dos humanos sem o temor do fim? Há pessoas que se cansam de viver no tempo que nos é permitido. Imaginem pela eternidade? Elfos, vampiros e *highlanders*, além de outros personagens da ficção, enfrentaram situações semelhantes. Elas nos permitem alargar as fronteiras do pensamento humano acerca de nossa própria condição, cumprindo uma missão filosófica, portanto.

Afinal, outro caminho trilhado pelos seres humanos para alcançar a imortalidade foi a ciência. Certa vez perguntei ao meu avô, ainda na fase da minha alfabetização, por que os acadêmicos da Academia Brasileira de Letras (ABL) eram chamados de “imortais”. Ele me respondeu com uma frase que me marcou bastante ao dizer as seguintes palavras: “as letras imortalizam”.

Quer dizer, no momento em que se escreve algo, ele pode perdurar para todo o sempre. Hoje lemos textos escritos há milhares de anos atrás, como a Bíblia por exemplo. Portanto, de certa forma, aqueles redatores, como Moisés, Davi, Salomão ou os evangelistas, foram imortalizados pelas letras que escreveram e que emanciparam-se deles, ganhando vida própria, como uma verdadeira criação. Esta é a beleza da escrita.

A escrita é tão importante que já foi considerada no passado como definidora da existência de história, classificando os acontecimentos em períodos ágrafos ou sem escrita como relativos a “pré-história”. Hoje a historiografia evoluiu para incorporar outros arquivos e fontes, mas a escrita, sob a forma de documentos e monumentos, continua sendo fundamental.

Falo um pouco agora a meu respeito. Minha formação e interesses profissionais são um tanto ecléticos e podem até confundir alguém mais acostumado com os rótulos. Embora seja graduado e professor em Administração, categorizada como Ciência Social aplicada, sempre tive fortes interesses nas Ciências Humanas, que remontam à minha educação básica.

Portanto, em paralelo ao meu curso superior, realizei leituras em Sociologia, Ciência Política, Economia, Direito, História, Relações Internacionais, Filosofia e outras. Isto me permitiu fazer opção pela Administração Pública, que aplica conceitos de todas estas disciplinas. No mestrado em História pela UFMT, pude aprofundar mais a compreensão dos conceitos da Ciência Política, para melhor analisar a história política contemporânea de Mato Grosso.

Tive contato também com partidos, grupos e outras estruturas políticas, por meio das mais variadas fontes, como vídeos, fotografias, arquivos de áudio, entrevistas etc. Foi uma experiência muito rica e que me abriu um “admirável mundo novo”. Pretendo dar continuidade às pesquisas, agora num abrigo institucional mais apropriado. O IHGMT é um dos espaços adequados para o desenvolvimento de projetos de pesquisa nesta área, com fomento das agências especializadas e toda a integração possível na comunidade acadêmica.

Os projetos que pretendo desenvolver na instituição tratam de história política, história do tempo presente e também a história oral. Temas relativos às elites políticas no Estado e algumas biografias importantes deverão ser abordados, a começar pelo personagem escolhido como meu patrono.

Minha intenção é contribuir também no campo da gestão do IHGMT, já que esta é uma das minhas áreas de especialidade. O Instituto é uma associação, organização privada, mas presta e pode prestar mais serviços públicos, alinhando-se com as tendências contemporâneas na gestão de entidades do terceiro setor. Existem várias possibilidades para mim neste campo, como o suporte na elaboração de projetos para captação de fundos e a busca por parcerias para co-produção de serviços públicos, por meio da transformação em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Falo agora um pouco sobre meu patrono. José Manuel Fontanillas Fragelli nasceu em Corumbá no dia 31/12/1915, filho do médico Nicolau Fragelli e de Maria Fontanillas Fragelli. Em 1929, após a morte de sua mãe, seu pai, que fôra vereador e prefeito de Corumbá, migrou para Campo Grande com os três filhos, sendo que José Fragelli foi enviado para o Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, como aluno interno.

Em 1933, ele completou sua formação secundária no Colégio Salesiano Dom Bosco, em Campo Grande. Depois, foi aprovado no vestibular da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, onde estudou, de 1934 a 1938, ao lado de futuros líderes, como André Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Jânio Quadros, Auro de Moura Andrade e seu amigo Wilson Barbosa Martins. Em 1939 retornou a Campo Grande, onde começou a exercer a advocacia em escritório na Avenida Rio Branco. Foi proprietário e professor do Colégio Osvaldo Cruz e também promotor público. José Fragelli se casou em 1941 com Maria de Lourdes Ribeiro, filha de José Alves Ribeiro, apelidado de Zelito, da região de Aquidauana¹.

Fragelli participou, junto com seu pai, da formação da União Democrática Nacional (UDN) em Campo Grande, em 1945, e foi eleito com 666 votos para deputado estadual constituinte em 1947, sendo relator da Constituição estadual². No Governo Fernando Corrêa da Costa, foi líder na Assembleia Legislativa e Secretário de Estado de Interior, Justiça e Finanças. Nas eleições de 1954, ganhou para deputado federal, como segundo mais bem votado³.

Em 1959, José Fragelli saiu então da vida pública e passou a se dedicar apenas à advocacia e à fazenda de sua esposa. Advogou para vários militares da 9ª Região Militar e chegou a defender perseguidos políticos.

Em 1969, foi eleito para a Presidência da Aliança Renovadora Nacional (Arena-MT), quando teve grande participação na eleição de 1970. Foi eleito Governador do velho Mato Grosso inteiro pela Assembleia Legislativa, em 03/10/1970, para o quadriênio 1971-1975.

Seu Governo foi marcado por realizações em todo o Estado. Cabe destacar:

1. Rodovia Transpantaneira, que pretendia ligar Cuiabá a Corumbá atravessando o Pantanal, além de outras estradas.
2. Na área de energia, houve reestruturação da Cemat e grande expansão da capacidade de transmissão e distribuição. Foram relevantes a inauguração da Usina Casca III em Chapada dos Guimarães e o início das obras da linha de transmissão saindo da Usina de Cachoeira Dourada (GO), passando por Alto Araguaia (MT) e Rondonópolis;

1 ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado*. Cuiabá: Editora UFMT (no prelo).

2 ALVES, Louremergue. *O Último cruzado da nossa colonização*. São Paulo: Editora Scortecci, 2004.

3 AGOSTINHO, Pedro Antônio. *Relações de Poder no Bolsão Sul-mato-grossense*. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Dourados). 2003.

3. O Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat) foi recuperado. No segundo ano de seu mandato (1972), o lucro do Bemat teria superado os nove exercícios anteriores⁴;
4. foi construído o Estádio “Verdão”, batizado de Governador José Fragelli, com capacidade para mais de 50 mil espectadores;
5. A construção do Centro Político Administrativo (CPA), para centralizar numa área mais ampla os principais órgãos estaduais e federais, bem como bairros residenciais⁵;
6. A licitação de uma área de 2.000.000 de hectares no município de Aripuanã para colonizadoras⁶, que levantou os recursos que pagaram o CPA e o “Verdão”. Desta área saíram 12 atuais municípios, como Juína e Alta Floresta.

Peço licença aqui para citar as palavras de Ruben Figueiró sobre o Governo Fragelli:

No campo da Educação deu ênfase à construção de escolas e centros (sic) educacionais e, nesse trabalho, superando ao que fizeram, reunidos, todos os governadores de até então. [...]. Ainda no setor energético realizou amplo programa de iluminação das cidades da Grande Dourados e da região da fronteira como Ponta Porã. Executou amplo programa de saneamento básico – água e esgotos – em Campo Grande, Dourados, beneficiando 94% das cidades da região sul⁷.

Após a divisão do Estado, José Fragelli foi candidato a Senador por Mato Grosso do Sul, disputando na sublegenda da Arena com o

4 ESTADO DE MATO GROSSO. *Mato Grosso: do Garimpo ao Computador (Balanço do Governo José Fragelli)*. Cuiabá, sem editora, 1974.

5 Diante da situação estrangulada em que se encontravam os órgãos públicos no centro de Cuiabá, Fragelli decidiu construir uma “cidade administrativa” contígua à capital. Para PÓVOAS (1977), o objetivo não era apenas criar um centro para sediar as agências federais e estaduais, mas orientar a expansão urbana de Cuiabá no sentido norte. O projeto inicial previa bairros residenciais, parques, estacionamentos, lagos, avenidas e outros equipamentos importantes. Para mais detalhes leia PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso: um Convite à Fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

6 O Governador Fragelli negociou com o Senador Filinto Müller (então Presidente do Senado), a aprovação de uma resolução autorizando o Estado a vender as terras do município de Aripuanã para colonizadoras. A lei estadual 3.307 de 18/12/1972 reservou a área para a Codemat, que deveria proceder a fundação de colônias agrícolas, alienação para projetos de colonização ou aqueles patrocinados com incentivos fiscais da Sudam. A mesma lei dispôs que de 10 a 20% dos recursos apurados com a venda dos dois milhões de hectares deveria ser aplicada em obras de infraestrutura do município e os restantes 80 a 90%, na construção do Centro Político Administrativo em Cuiabá e outras obras de interesse do Estado. Desta área surgiram os atuais municípios de Alta Floresta, Apiacás, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Paranaíta, Colniza e Rondolândia. Para mais detalhes leia PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso: um Convite à Fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977 e *Verdão 30 anos. A história de um gigante imortal* e Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (Seel). 21/04/2006. Disponível em <http://www.seel.mt.gov.br>. Acessado em 21/02/2007.

7 FIGUEIRÓ, Ruben. *Somente ele quem fez II*. 24/10/2006. Disponível em <http://www.midiamax.com.br>. Acessado em 30/04/2010.

também ex-Governador Pedro Pedrossian. Fragelli foi candidato pela sua disciplina partidária, para garantir a vitória da Arena, que dependeu de seus votos para superar o MDB, e colocar um contrapeso para Pedrossian, em caso de renúncia para assumir o Governo do Estado⁸.

Pedrossian foi eleito, mas, como previra José Fragelli e o grupo “ortodoxo” da Arena, acabou renunciando à vaga de Senador em 1980, quando foi nomeado Governador em substituição a Marcelo Miranda. Desta forma, Fragelli assumiu a cadeira de Senador da República em seu lugar.

No Senado, Fragelli saiu do Partido Democrático Social (PDS), substituto da Arena e se filiou ao Partido Popular (PP), articulado pelos Senadores Tancredo Neves (MG) e Petrônio Portela (PI) como uma alternativa entre PDS e PMDB na redemocratização. Na eleição para Presidente do Senado em 1985, realizada após a escolha de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, a candidatura de José Fragelli foi lançada pelos representantes da bancada do PP já abrigados no PMDB, após a fusão em 1982. A despeito do apoio de Tancredo ao Senador Humberto Lucena (PB), José Fragelli ganhou a eleição na bancada do PMDB e, na sequência, no plenário, contra o candidato do PDS, Senador Luis Vianna Filho (BA)⁹.

Na Presidência do Senado, e do Congresso Nacional, José Fragelli teve participação num dos episódios mais importantes da história política contemporânea do Brasil. Após a internação de Tancredo Neves na véspera de sua posse na Presidência da República, cabia a ele decidir o que fazer. Após breve reunião com os principais interessados, foi tomada a decisão de empossar o vice-presidente eleito José Sarney para exercer a Presidência durante a convalescença de Tancredo. Após a morte deste, em 21/04/1985, Sarney foi efetivado na Presidência da República.

José Fragelli chegou a assumir a Presidência da República por duas vezes em 1986, em substituição ao Presidente Sarney, que se ausentara para viagem ao exterior. Depois deste mandato como Senador, José Fragelli encerrou sua carreira política, desta vez em definitivo¹⁰.

8 “Superando este impasse, a ala “ortodoxa” constatou a impossibilidade de vencer Pedrossian nas urnas e ameaçou não lançar candidatos, o que, naturalmente, levaria seus votos a reforçar a legenda do MDB. Entretanto, a firmeza de propósito do ex-Governador José Fragelli e a sua coerência com posições anteriores, onde sempre dizia que queria enfrentar Pedro em eleições diretas, abortiu aquele comportamento esboçado por outros líderes da ala “ortodoxa”. MOTTA, Elias de Oliveira. As Eleições de 1978 em Mato Grosso do Sul. In: *As Eleições Nacionais de 1978. II – Estudos Regionais*. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.

9 Entrevista com Ruben Figueiró. Campo Grande, 29/09/2006.

10 Entrevista com José Manuel Fontanillas Fragelli. Aquidauana, 27/09/2006.

Depois disto, Fragelli manteve residência em Aquidauana e continuou participando do processo político na região, na medida das suas limitações. Ele deixou o nosso convívio no dia 30/04/2010, aos 94 anos, de causas naturais. Para aqueles que não acreditam em coincidências, lembro que seu falecimento se deu no mesmo dia em o Estádio em Cuiabá que leva seu nome começou a ser demolido, para dar lugar à nova Arena Pantanal Multiuso, que sediará jogos da Copa do mundo 2014. Relembro que houve grande polêmica acerca da sua demolição, reforma ou mesmo a construção de um novo estádio em outra região da cidade.

A carreira de José Fragelli evoca algumas reflexões feitas pelo sociólogo Max Weber no livro “Ciência e Política: duas vocações”. Nesta obra, Weber discute a relação entre a ciência e política e o papel de ambas na sociedade industrial. Ao falar da política, ele faz uma distinção entre aqueles que vivem da política e aqueles que vivem para a política. Os primeiros seriam políticos profissionais e os últimos aqueles vocacionados para servir a uma causa maior.

No campo científico, Fragelli foi professor, autor de algumas obras e proprietário do colégio Osvaldo Cruz em Campo Grande, como já disse antes. Seu exemplo de compreensão da política como missão torna-se mais importante num período como o atual, em que presencia-se a perda de credibilidade de parte das elites políticas, que ele tanto dignificou a seu tempo.

Seu exemplo, assim como seus discursos e textos escritos, seguirão como bússolas para nortear a ação política das gerações atuais e vindouras. Estas são as suas obras mais importantes e não aquelas elencadas antes.

Minha escolha deste personagem da história política mato-grossense como meu patrono deve-se às características apontadas aqui. Tive a oportunidade de conhecê-lo em Aquidauana e me impressionei por sua simplicidade e hospitalidade, em particular para quem sentou em todas as cadeiras que mencionei. Conheci também a sua biblioteca e fiquei maravilhado com as obras ali disponíveis, algumas em outros idiomas. Encontrei um livro de Ciência Política de Nicos Poulantzas em italiano e pedi a ele. Ganhei de presente e o guardo até hoje. Muitos dizem que é possível conhecer uma pessoa por sua biblioteca. A impressão que tive dele por este prisma foi, portanto, a melhor possível.

Tenho vários pontos de afinidade com ele, embora discorde das posições políticas assumidas ao longo de sua carreira e das organizações das quais participou. A convergência se dá na sua forma de encarar

a política e neste dilema entre ciência e política, que também é meu. Me considero um homem da ciência, pela condição de professor, pesquisador e amante do conhecimento. Também sou interessado na política e, por meu perfil observador, tornei-me analista dos seus movimentos e também da gestão pública. Tenho ainda pouco envolvimento direto com a política partidária, mas é algo que não pode ser descartado, em face da minha idade e mesmo das características apontadas aqui.

Portanto, o meu objetivo não foi submeter José Fragelli ao tribunal da história, mas apenas refletir sobre seu legado no campo ético e científico. Afinal, como meu velho avô dizia, as maiores heranças que um homem deixa são a sua biblioteca e seu exemplo. Muito obrigado a todos pela atenção.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Pedro Antônio. *Relações de Poder no Bolsão Sul-mato-grossense*. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Dourados). 2003.
- ARAÚJO, Vinicius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado*. Cuiabá: EdUFMT (no prelo).
- ESTADO DE MATO GROSSO. *Mato Grosso: do Garimpo ao Computador (Balanço do Governo José Fragelli)*. Cuiabá, s/ed., 1974.
- MOTTA, Elias de Oliveira. As Eleições de 1978 em Mato Grosso do Sul. In: *As Eleições Nacionais de 1978. II – Estudos Regionais*. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.
- PÓVOAS, Lenine de Campos. *Mato Grosso: um Convite à Fortuna*. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.

ENTREVISTAS

- Entrevista com Ruben Figueiró. Campo Grande, 29/09/2006.
- Entrevista com José Manuel Fontanillas Fragelli. Aquidauana, 27/09/2006.

WEBGRAFIA

- FIGUEIRÓ, Ruben. *Somente ele quem fez II*. 24/10/2006. Disponível em <http://www.midiamax.com.br>. Acessado em 30/04/2010.
- Verdão 30 anos. A história de um gigante imortal* e Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (Seel). 21/04/2006. Disponível em <http://www.seel.mt.gov.br>. Acessado em 21/02/2007.

DISCURSO DE POSSE NO IHGMT

Suzana Schisuco Hirooka

A esta casa me dirijo como uma nova sócia que se sente honrada de compor um grupo de pessoas de saberes e de ações construtivas para o Estado de Mato Grosso. Agradeço ao João Carlos Vicente Ferreira pela indicação, reconhecendo minha contribuição ao Estado. Agradeço a confiança de todos que aceitaram a minha indicação. Agradeço aos amigos e parentes presentes, em especial, meu Pai Tochio Hirooka. O reconhecimento reforça a certeza de que estamos no caminho certo.

A minha presença neste Instituto representa o primeiro nome de origem japonesa. Assim, escolho como Patrono Iassutaro Matsubara. Nascido em 7 de janeiro de 1892, na Província de Wakayama, costa leste do Japão. Participou da Primeira Guerra Mundial, na Marinha, e sentiu os horrores da guerra, motivando-o a emigrar para o Brasil em novembro de 1918. Munido de esperança e coragem, juntamente com sua jovem esposa Matsu, recomeçam a vida num País do outro lado do mundo.

Os Matsubara empenham uma ação de grande coragem, o de mudar completamente suas vidas. Sair de sua Província – Wakayama - região peninsular de magnífica beleza cênica, envolto numa cultura oriental milenar, e mudar para o Brasil, país de dimensão continental com diversidade de ambientes e de culturas, num momento histórico de fortes transformações e idéias desenvolvimentistas. O trabalho e a disciplina, características natas dos japoneses, transformam os Matsubara, em doze anos, em prósperos fazendeiros de café no município de Marília, Estado de São Paulo.

O sucesso de Iassutaro Matsubara como empreendedor conquistou o prestígio político que lhe concedeu a emigração de quatro mil famílias japonesas vindas da sua terra natal – Wakayana. Este relacionamento político também o coloca no maior desafio da sua vida, de iniciar a colonização no norte do estado de Mato Grosso – a “Marcha para Oeste”. A área denominada como “vazio geográfico”, era um vazio de desenvolvimento no conceito de empreendimentos produtivos sob uma ótica capitalista e de produção. Porém este vazio representava o domínio da vegetação, da fauna e das populações nativas.

Em 1952, inicia a implementação da Gleba do Rio Ferro. Região esta território de índios Xinguano que estabeleciam uma complexa cultura ameríndia milenar, registrada por Karl Von Den Steinen em 1884, hoje os vários sítios arqueológicos constantemente descobertos na região do rio Ferro registram os vestígios desta ancestralidade. Uma área governada pela natureza, com ecossistema importante de contato entre o cerrado e a floresta amazônica, uma ampla região de complexidade ambiental e cultural. Onde o crescimento em equilíbrio e a sustentabilidade ainda é um desafio. Iniciava-se a colonização, abrindo fronteiras, florestas foram desmatadas para abrir espaço para as estradas, pontes, residências e vilas. Muito trabalho que impulsionou o desenvolvimento e abriu as portas para a colonização de terras que hoje representam a monocultura, terras tão produtivas que o mundo se curva a produção agrícola do Brasil e do Mato Grosso

Continuamos com a mesma coragem e esperança de um mundo melhor que os jovens Matsubaras saíram pela primeira vez do Japão. Um mundo melhor, porém agora no século XXI, um mundo sem limites culturais, onde o sincretismo e as misturas étnicas, transformam os Brasileiros em “Neo brasileiros”, onde negros, brancos, índios, europeus, japoneses, e tantas outras etnias se transformam em famílias unidas pela prole de uma geração nova, com um desafio de continuar e manter o legado dos antecessores, mas buscando a preservação e a conservação da cultura e do meio ambiente.

Os “vazios geográficos” já não existem mais, aquela abundância de terras ocupadas pela natureza e seus habitantes são substituídas pela monocultura e os “vazios geográficos” hoje representam as áreas preservadas. A sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental são conceitos modernos que desafia intelectuais, políticos e empresários. O Mato Grosso tem muito a contribuir neste novo período que surge, o de crescer em harmonia, em equilíbrio, onde a qualidade de vida e a manutenção dela é o grande desafio.

Com estas palavras quero propor que projetos e conhecimentos sejam gerados neste Instituto, de modo a criar movimentos direcionados ao futuro, no enaltecimento do passado, possamos sugerir projetos e ações que possam contribuir para a disseminação do conhecimento, tornando os cidadãos de Mato Grosso conhecedores do nosso passado e mentes ávidas em provocar mudanças salutares nesta sociedade do século XXI. Onde as atuais ações econômicas, ambientais, culturais e sociais podem nos levar a caminhos duvidosos.

Os desafios e as mudanças necessárias remetem a coragem e

a esperança de um mundo novo, o mesmo espírito que trouxe os Matsubara ao Brasil e que no seu momento histórico atingiram seus objetivos – o de tornar o Norte do Mato Grosso produtivo. Agora temos que refletir qual Mato Grosso desejamos para os próximos anos? A valorização da memória, da nossa diversidade ambiental e cultural, a preservação e conservação, uma nova concepção de ser, de estar e de agir, com conceitos que nos remetem a uma vida melhor.

Chegamos a um ponto de desenvolvimento que a fartura de terras a ser explorada não é a mesma realidade de 60 anos atrás. O momento atual é outro, somos uma nação preocupada em preservar, conservar e manter a nossa qualidade de vida conquistada com o suor e morte de muitos pioneiros. Somos frutos de um passado que proporcionou a nossa sobrevivência e crescimento econômico, mas hoje estamos em tempos de transição, onde os conceitos evoluem através de mudanças. Nossa necessidade é de termos uma reflexão sobre as alternativas de criar condições para que a sociedade possa agir com sabedoria e eficiência num momento de mudar, a permanência nunca foi uma constante. O passado deixa claro que estamos em constante processo de evolução, de transformações ambientais e juntamente com ela a mudança da vida.

A sociedade evolui num mundo artificial e de supressão do passado. Uma sociedade que substituiu a riqueza da natureza e da cultura, construída em muitos anos de evolução por um mundo uniforme e globalizado, temos o poder de transformar, poder que, agora deve ser pensado e usado com a sabedoria que este instituto carrega nos seus prestigiados membros. Sinto a responsabilidade de representar este Instituto, corresponder e interagir contribuindo para a sua permanência e crescimento. Espero que tenha a clareza nas ações e projetos que venha a construir.

Assim, encerro este discurso agradecendo novamente a todos que contribuíram na minha trajetória até aqui. A todos, meu muito obrigado!



NOTÍCIA



COLUNA PRESTES EM MATO GROSSO

PRESTES COLUMN IN MATO GROSSO

Vinicius de Carvalho Araújo¹

HERÓIS NÃO RENUNCIAM (direção de Leão Film)



Na última terça-feira (08/05/2012) tive a oportunidade de participar de dois eventos importantes liderados por colegas sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Uma delas é foi a exposição *Uma janela de sonhos*, aberta à visitação às 19h do mesmo dia no Cine Teatro Cuiabá, em comemoração aos 70 anos de inauguração do espaço. O curador da exposição é o sócio Aníbal Alencastro, que vem se destacando nesta temática do cinema. Outro foi o lançamento do documentário *Heróis não renunciam*, tendo o também sócio Joel Leão como produtor e diretor. O vídeo-filme retrata a passagem da Coluna Prestes pelo estado de Mato Grosso em 1926 e destaca a resistência oferecida pelos chamados “batalhões patrióticos” àquele grupamento militar.

Aproveito o lançamento do filme para me aprofundar um pouco mais na própria Coluna Prestes e sua importância na História do Brasil e, em particular, de Mato Grosso. Foi um dos episódios mais relevantes da primeira metade do século XX no Brasil. Teve relação direta com os movimentos políticos da Reação Republicana liderada por Nilo Peçanha e a própria Aliança Liberal.

¹ Vinicius de Carvalho Araújo é gestor governamental do Estado, mestre em História Política, professor universitário escreve neste blog toda segunda-feira - vcaraujo@terra.com.br www.professorviniciusaraujo.blogspot.com

Mato Grosso teve uma participação importante na marcha realizada pela Coluna. Primeiro, porque foi um dos Estados no qual eles mais andaram, dada a sua extensão territorial de então, que incluía os atuais estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia. Foram 2 mil km dos cerca de 25 mil km estimados para a Coluna nos 13 Estados atravessados.

Segundo, porque eles passaram por aqui em duas ocasiões. Logo após o encontro em Foz do Iguaçu, no Paraná, da Coluna de Prestes vindo do Rio Grande do Sul e de Miguel Costa de São Paulo. Eles foram em direção ao Paraguai e percorreram boa parte da região sul do “velho Mato Grosso”, partindo em seguida na direção de Goiás. Depois, passaram por aqui na volta, no final de 1926 e começo de 1927, em direção a Bolívia, tanto com a Coluna principal quanto com o chamado “périplo de Siqueira Campos”.

Personagens importantes para história regional como o Marechal Rondon e o então coronel Bertoldo Klinger tiveram papel de destaque nestas passagens. O Marechal Rondon teve a oportunidade de comandar as tropas legalistas contra a Coluna na região de Catanduvas (PR) e Bertoldo Klinger foi um perseguidor implacável dos chamados “rebeldes” não apenas em Mato Grosso, mas também no vizinho Estado de Goiás.

Algo interessante é que o estado-maior da coluna planejou a invasão de Mato Grosso, inicialmente por Três Lagoas, visando a criação de uma outra república, que eles denominaram de Estado Livre do Sul ou Brasilândia. Eles entendiam que a maior parte dos militares na região eram favoráveis à causa da Coluna e que, portanto, manifestariam adesão ao movimento. Desta forma, eles teriam um recurso de poder importante para negociar com Artur Bernardes. Foi mais um episódio na longa história do separatismo no Estado, que culminou com a emancipação de Mato Grosso do Sul, em 1979. Só para lembrar, menciono a proclamação da República Transatlântica em Corumbá em 1892, como parte dos levantes militares do começo da República.

Os ecos deste período ainda estão presentes no Estado, com o município de Brasilândia (MS), próximo a Três Lagoas e Nova Brasilândia (MT), na região de Chapada dos Guimarães. A produção é, portanto, uma contribuição importante para melhor compreensão deste importante momento histórico em Mato Grosso. Parabênizo novamente todos os responsáveis pela sua produção e recomendo aos interessados no tema.